

Programa - orçamento

2019/20

Conselho Diretivo
77ª Reunião Ordinária

La Antigua Guatemala
27 Setembro 2018



Organização
de Estados
Ibero-americanos

Para a Educação,
a Ciência
e a Cultura



Organización
de Estados
Iberoamericanos

Para la Educación,
la Ciencia
y la Cultura

Índice

0	APRESENTAÇÃO	5
1	PARTE I: ORIENTAÇÃO GERAL E CONTEXTO	7
	Ibero-América: nova realidade, diferentes desafios	8
	A OEI na Agenda 2030	18
2	PARTE II: EDUCAÇÃO	25
	Primeira infância e educação	26
	Competências e habilidades para o século XXI na Ibero-América	32
	Governança da educação	38
	Programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania	42
	Ensino superior	52
3	PARTE III: PROGRAMA IBERO-AMERICANO DE DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA	63
4	PARTE IV: CIÊNCIA	73
5	PARTE V: CULTURA	83
6	PARTE VI: COOPERAÇÃO COM OUTROS PARCEIROS	99
7	PARTE VII: ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	115
8	PARTE VIII: MODELO ORGANIZACIONAL	123
9	PARTE IX: SITUAÇÃO FINANCEIRA	127
10	BIBLIOGRAFIA	131

A OEI, 70 anos ao serviço da Ibero-américa por meio da educação, da ciência e da cultura

A Secretaria Geral da Organização de Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), em conformidade com as disposições do artigo 29 do Regulamento Orgânico, apresenta ao Conselho Diretivo o Programa-Orçamento do biênio de 2019-2020, para consideração e, se for o caso, aprovação.

O presente Programa-Orçamento foi elaborado num momento em que existiam circunstâncias específicas, razão pela qual apresenta diferenças significativas em relação aos que o precederam. Primeiro, coincide com o 70º aniversário da OEI, efeméride que destaca a sua longa história, o seu reconhecimento e enraizamento na região, bem como a sua vocação para o futuro. Porém entendemos que os aniversários em nada contribuem se apenas se dedicam a situações nostálgicas. No entanto, podem ser muito úteis se aproveitados para redobrar os esforços, para inovar, renovar estruturas, métodos e procedimentos e definir novas e ambiciosas metas para o futuro.

Sem dúvida, é um momento de celebração e de reconhecimento para todas as pessoas que tornaram possível converter a OEI na entidade decana com maior presença e atividade na Ibero-América. Mas é também um momento de mudança e de um novo impulso graças a que a nossa região tem evoluído muito e para melhor. Consequentemente, a atividade de cooperação da OEI não pode ser aquela que iniciou na sua remota data de fundação, nem sequer a que vem sendo desenvolvida nas últimas décadas.

A segunda circunstância que marca diferenças importantes neste Programa-Orçamento em relação aos anteriores é o alinhamento com a Agenda 2030 para o

desenvolvimento sustentável, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 15 de setembro de 2015 e que inclui 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas específicas. Trata-se de um marco de cooperação que leva em consideração as lições aprendidas e, por vezes, a falta de cumprimento das iniciativas similares que o precederam; um plano que, como um todo, é o novo marco da ação cooperativa da nossa organização.

A OEI possui um instrumento próprio de cooperação, articulado com todos os países membros, as Metas 2021, que foi implementado em 2008, na conferência de Ministros em El Salvador — aprovado pela XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo realizada em Mar del Plata, em 2010 — atualmente, a nossa organização inicia um processo cuja finalidade é alcançar a convergência das Metas 2021 com a Agenda 2030 num quadro de ação que seja comum para todos, que esteja alinhado com a agenda global e, além disso, que reconheça as particularidades da região e seja coerente com elas, com um modelo final que poderia ser designado “objetivos Ibero-americanos 2030”. De acordo com o acima exposto, o Programa-Orçamento descreve detalhadamente como é realizada essa convergência entre as Metas 2021 e a Agenda 2030, bem como os prazos a serem cumpridos. Fazemos parte de uma sociedade global e devemos articular-nos com ela.

Como não poderia ser de outra forma, o Programa-Orçamento 2019-2020 apresenta o desenvolvimento de todas e cada uma das prioridades de cooperação da OEI para o próximo biênio, descrição que é precedida por um estudo sobre a situação política, econômica, educacional, cultural e científica em nossa região. Essa análise ajudará a contextualizar a nossa proposta.

Os eixos prioritários de cooperação correspondem às principais necessidades identificadas nas Metas 2021 e na Agenda 2030 e que, ao contrário dos anteriores Programas-Orçamentos, apresentam em cada caso uma sólida justificação académica e científica, bem como evidências provenientes de relatórios e avaliações internacionais. Assim ocorre com a educação e as suas prioridades para a primeira infância, as habilidades e competências para o século XXI, a melhoria da governança educacional ou a formação em direitos humanos, valores democráticos e cidadania Ibero-americana.

Outra prioridade é que a OEI deixe de ser uma organização com duas línguas oficiais para ser uma entidade verdadeiramente bilíngue, além do apoio e a promoção das centenas de línguas originárias existentes em nossa região.

Quanto à ciência, acreditamos que o Observatório Ibero-americano de Ciência e Tecnologia terá um papel decisivo para fornecer e partilhar indicadores do ensino superior e de capacidades científicas e tecnológicas, processar grandes volumes de informação e, em geral, contribuir para a disseminação do conhecimento. O Observatório também irá colaborar para que os vínculos entre as empresas, os investigadores e as universidades sejam mais estreitos e frutíferos.

O ensino superior, que tem crescido exponencialmente na região nos últimos anos, ocupa também um importante capítulo neste Programa-Orçamento. Tal capítulo pretende fortalecer e ampliar as iniciativas que já estão em curso, tais como o Programa de Mobilidades Paulo Freire e, acima de tudo, incluir novas propostas que irão definir as bases de um verdadeiro Espaço Ibero-americano do Conhecimento, onde não apenas se partilhe, mas também gere conhecimento.

A cultura é um eixo vertebral que agrega valor, visibilidade e coesão na Ibero-América, e por isso atribuímos a este tema uma importância especial. Nosso principal objetivo é o desenvolvimento da Carta Cultural Ibero-americana, aprovada na Cúpula Ibero-americana de Montevideu em 2006; a promoção de grandes eventos culturais como um sinal de cultura viva e compartilhada; e o trabalho para

proteger e promover a criação cultural, principalmente a que utiliza os meios digitais, tais como a autoria, a distribuição e o acesso.

Finalmente, depois de nos referirmos às mudanças organizacionais que vamos realizar na OEI para alcançar os fins previstos, apresenta-se uma imagem que resume a estrutura orçamentária deste programa 2019-2020. Este esquema afeta a disponibilidade de recursos para a execução de todos os projetos, com uma distribuição equilibrada e de acordo com as necessidades de cada um, através de uma administração eficiente e eficaz que, em poucas palavras, mostra que somos uma instituição capaz de assegurar a sua sustentabilidade.

Para concluir, reiteramos que é uma proposta que marca um antes e um depois, como resultado de vivermos uma Ibero-América diferente e, em geral, melhor, num contexto em que a globalização e a digitalização impõem profundas mudanças e com uma nova Agenda para o Desenvolvimento Sustentável que, como afirma textualmente em sua declaração, “é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade”.

Por último, acrescentamos a circunstância de que quem lhes apresenta este Programa-Orçamento é um novo secretário-geral da OEI, eleito por unanimidade por todos os governos dos países membros. Um novo secretário-geral que, com uma equipe diretiva renovada, com maior empenho, compromisso e dedicação, vai fazer cumprir o que foi aprovado.

Mariano Jabonero
Secretário-geral

Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)

Parte I: Orientação geral e contexto



Parte I: Orientação geral e contexto

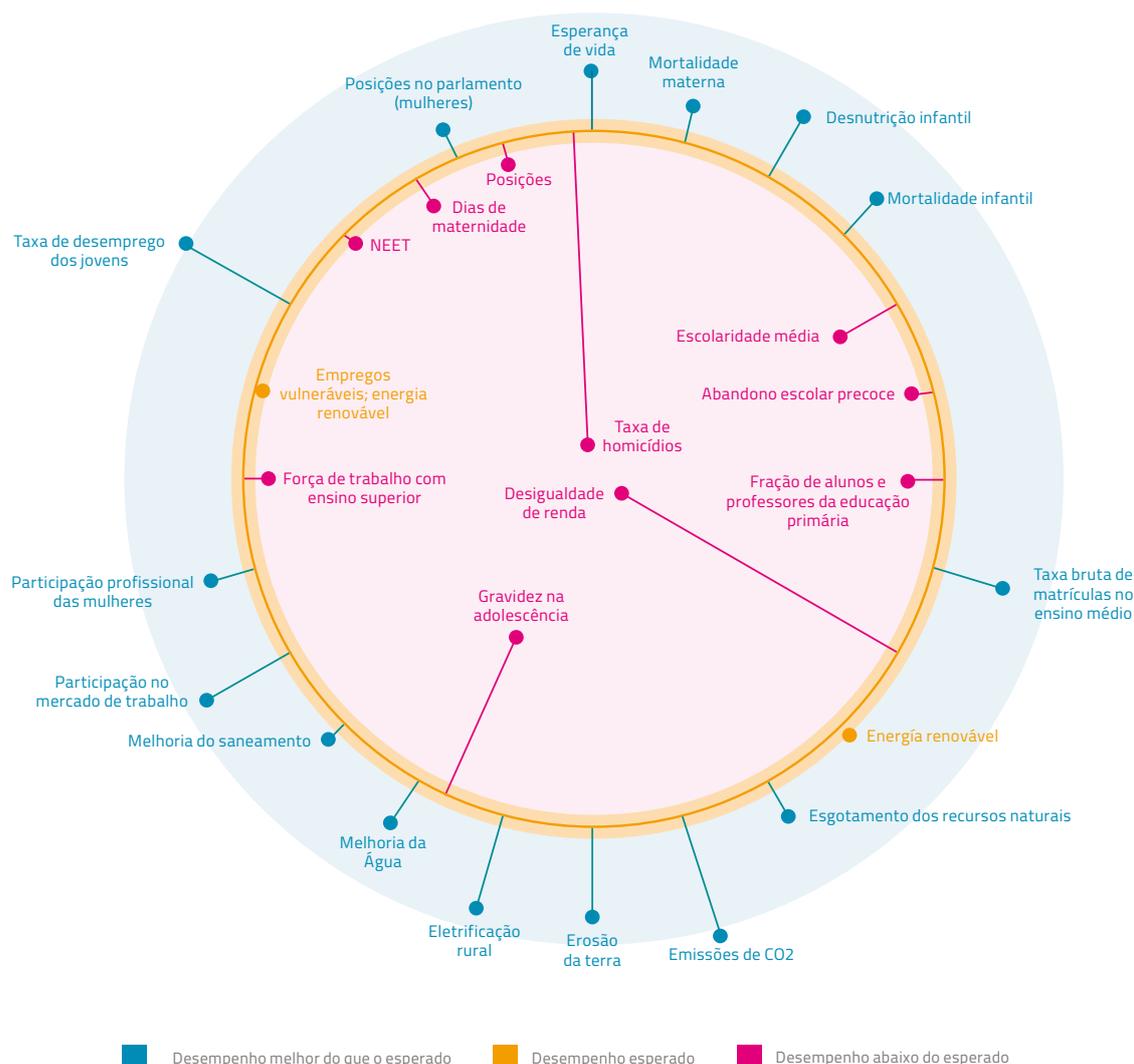
Ibero-América: nova realidade, diferentes desafios

Como já antecipamos, a elaboração deste Programa-Orçamento 2019-2020 foi realizada com uma metodologia diferente da utilizada em ocasiões anteriores. Se anteriormente se partia de uma estrutura de metas, objetivos, planos de ação ou indicadores de desenvolvimento e avaliação, desta vez, o programa da OEI é elaborado a partir de duas realidades: a situação da Ibero-América, suas carências, necessidades e expectativas, com a intenção de responder ou colaborar

com sua solução, bem como um referencial do Plano de Ação para a Agenda 2030 e seus correspondentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Apresentamos uma breve análise da região tendo em conta a sua atual situação política, econômica, educacional e cultural, diagnóstico que servirá para apoiar a estratégia global de ação da OEI para o biênio 2019-2020

Figura 1. Diferenças entre a conquista social esperada e o sucesso social observado na América Latina e no Caribe



Fonte: PNUD (2016). Relatório Regional sobre Desenvolvimento Humano para América Latina e o Caribe. Progresso multidimensional: bem-estar além da renda



De uma perspectiva política, hoje podemos afirmar que a democracia foi consolidada em nossa região, superando o que aconteceu nas últimas décadas, cuja lembrança ainda pesa em amplos setores sociais, em que eram comuns as ditaduras, os conflitos armados e as diferentes formas de privação das liberdades e direitos. À medida que cada vez mais encontramos exemplos em todos os continentes de processos exitosos de democratização que representam uma inversão de fase, a constante erosão do Estado de direito vem transformando esses processos em regimes em que apenas do ponto de vista formal podem ser considerados democráticos. Para evitar este desvio na região é necessário, como foi manifestado na VIII Cúpula das Américas (Lima, 2018), tomar consciência de que existe um elevado grau de insatisfação e frustração entre os cidadãos Ibero-americanos perante a incapacidade das instituições de responderem a importantes questões, tais como a corrupção, a pobreza ou a desigualdade: 45% dos cidadãos da nossa região consideram que vivem em democracias com sérios problemas, ao passo que somente 36% apoiam a ação de seus governos.

A política é um mundo construído com aspirações legítimas, expectativas e esperanças que, se não são alcançadas, resultam em decepções, frustrações e desconfianças. Talvez a situação descrita acima tenha a ver com as expectativas de melhorias que existiram há algum tempo e a conquista, insatisfatória, recentemente alcançada (UNDP, 2016).

Essa insatisfação gera uma desconfiança nas instituições que, como foi apontado, pode levar a consequências muito sérias e indesejáveis.

Nestas circunstâncias, é aconselhável repensar as instituições para revitalizar o contrato social, criando novos vínculos entre o Estado, o mercado e os cidadãos, uma relação que forçaria os Estados a prestar melhores serviços e o mercado a criar mais oportunidades e empregos de qualidade para, dessa forma, satisfazer as necessidades das pessoas e suas legítimas expectativas de alcançar níveis mais altos de bem-estar.

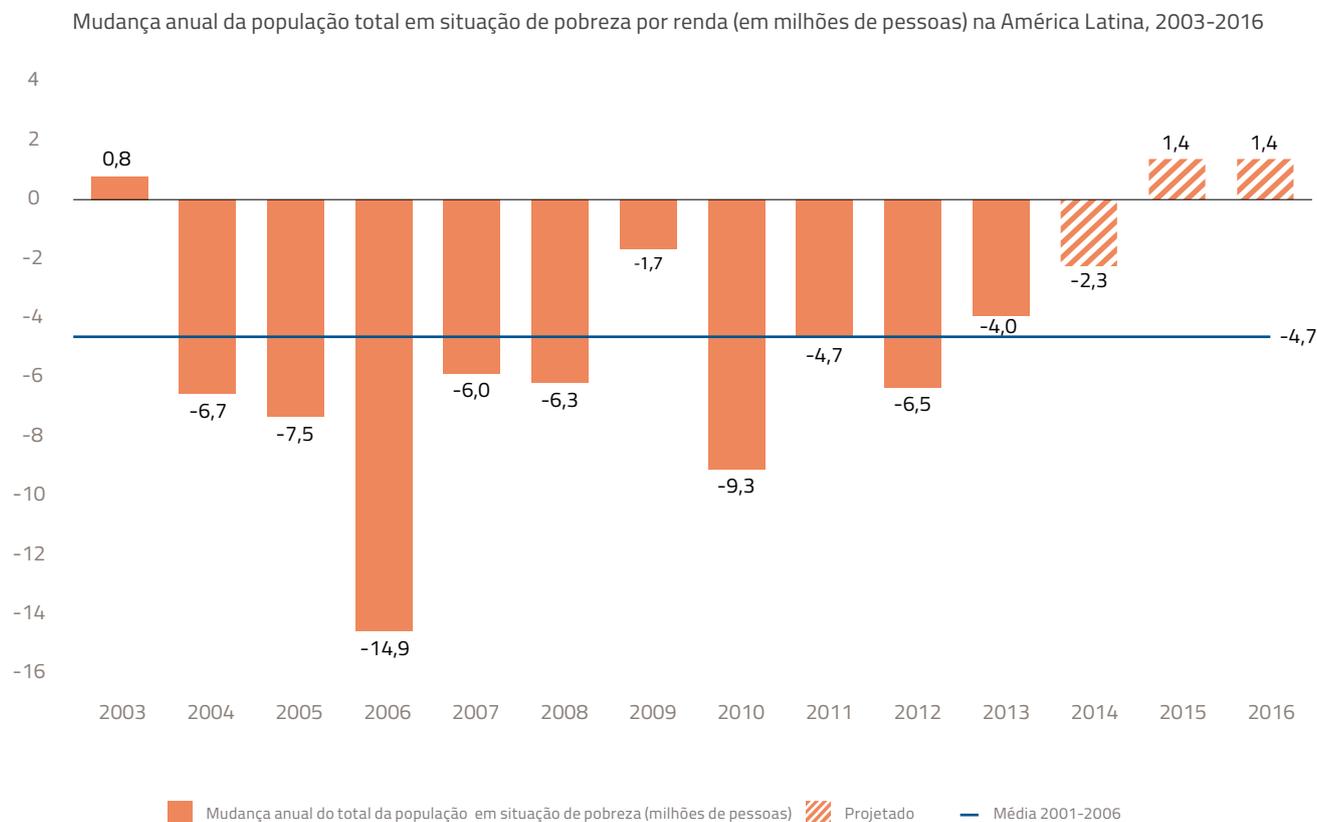
Perante um panorama como o descrito, a OEI deseja reafirmar o seu compromisso com o fortalecimento da democracia na região e a promoção da boa governança.

Precisamos contar com democracias mais fortes, mais confiáveis, que cumpram as suas funções e sejam mais abertas, mais inovadoras e mais capazes de dar respostas às necessidades dos cidadãos, promovendo sistemas de governo aberto e com maior capacidade fiscal e administrativa: com centros de governo melhor equipados e mais eficazes; e uma melhoria na cobrança de impostos, que atualmente não excede 22,6% do PIB, enquanto nos países da OCDE se situa em 34,3% (OCDE, CAF, CEPAL, 2018). Tudo isto de acordo com os valores e princípios do Estado de direito, garantia das liberdades e direitos fundamentais dos cidadãos.

Nesta análise política, vale a pena fazer uma referência específica à integração regional ou sub-regional, antigo princípio orientador das políticas Ibero-americanas que surge quase ao mesmo tempo da criação de suas nações. Hoje podemos observar como a integração — processo que traria maiores níveis de coesão e força tanto para o interior quanto o exterior — definha em diversas organizações políticas, que em certas ocasiões se sobrepõem, mas que em geral mostram pouca atividade em comparação com o que aconteceu no passado. Se analisarmos este contexto do ponto de vista econômico, podemos também verificar essa debilidade da política ao observar que apenas 16% das exportações de nossos países têm como destino o mercado regional. Em resposta, identificamos que a Aliança do Pacífico, em conjunto com o Mercosul, concentra 90% do PIB da região, bem como praticamente todos os investimentos provenientes do exterior: parece que a economia desmente ou mesmo ignora a política.

Parte I: Orientação geral e contexto

Gráfico 1. A redução da pobreza desacelerou-se após a crise de 2009 e estima-se um aumento acumulado da população em situação de pobreza por rendimento de aproximadamente 2,8 milhões de pessoas em 2015-2016



Fonte: PNUD (2016)

Em termos de economia, de acordo com o Banco Mundial, a Ibero-América está a emergir da crise melhor do que outras regiões do mundo. Isto é evidenciado pelo crescimento do PIB da região de 2% em 2018 e a previsão de 2,6% para 2019. No entanto, em uma região muito heterogênea as previsões econômicas podem não ser homogêneas, razão pela qual somos confrontados com cenários sub-regionais desiguais. Em primeiro lugar, as economias que mais dependem dos Estados Unidos são as mais expostas aos efeitos de seu crescente protecionismo, como é o caso da América Central, México, Equador e Colômbia. Por outro lado, existem aquelas cujas exportações de metais para a China, um país sujeito a mudanças nas demandas devido às circunstâncias políticas e comerciais, têm um grande peso sobre as suas economias. Seria o caso do Brasil, Peru e Chile. Finalmente, encontramos as economias que podem sofrer impactos negativos como consequência dos atrasos na execução de grandes projetos de infraestrutura, como está acontecendo no Panamá, Peru, Colômbia, Argentina ou Costa Rica.

Em suma, mesmo que as perspectivas globais sejam positivas, com diferenças por áreas como acabamos de expor, em quase todos os casos comprovamos que a dependência da venda de matérias-primas, conhecida como a “maldição das commodities” (Katz, J. 2016), é muito importante: matérias-primas como a soja, a carne, o petróleo, a madeira ou os metais preveem manter ou aumentar os preços, bem como a exposição aos efeitos de outros mercados, principalmente os EUA e a China.

Por outro lado, devemos ter em conta o grande impacto que a revolução digital tem tido na economia mundial. As três empresas com maior cotação de suas ações na bolsa do mundo são tecnológicas: Apple, Alphabet e Microsoft, seguidas de perto pela Amazon e pelo Facebook. São tão grandes que juntas representam o sétimo PIB mundial, isto é, uma economia como a da França ou da Índia.

A prosperidade e o crescimento, neste novo contexto em que o conhecimento e a inovação tornaram-se

verdadeiros motores econômicos, dependem cada vez mais dos mais recentes desenvolvimentos tecnológicos e dos constantes avanços que ocorrem nessa área.

Os países da Ibero-América sofreram desde o início dos anos noventa um crescimento significativo do PIB, o que resultou em uma notável redução da taxa de pobreza. No entanto, existe o risco desta evolução estagnar na medida em que os padrões de desenvolvimento são mais intensivos em capital e tecnologias. Isto pode prejudicar a produtividade dos países da região e, conseqüentemente, reduzir a renda das famílias, especialmente as dos trabalhadores menos qualificados.

A alternativa é clara, e mais ainda em uma sociedade global, interdependente e digitalizada: uma economia de conhecimento na qual a educação, a ciência e a cultura — o que é sinônimo dos objetivos da missão da OEI — sejam protagonistas da mudança.

Na relação entre economia e desenvolvimento, a igualdade ocupa um lugar privilegiado, uma vez que a igualdade é essencial para o avanço de um modelo de desenvolvimento focado em inovação e aprendizagem, com efeitos positivos sobre a produtividade, a sustentabilidade econômica e ambiental, a disseminação da sociedade do conhecimento e o fortalecimento da democracia e da cidadania plena (CEPAL, 2018).

Tal como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) afirma, a igualdade é uma condição necessária para a eficiência dinâmica do sistema, criando um ambiente institucional de políticas e de esforços que prioriza a inovação e a criação de capacidades.

A igualdade é a inimiga da pobreza e nossa região voltou a desperdiçar oportunidades, como observamos na evolução da redução da pobreza, que foi progredindo até 2015, ano em que inverteu a tendência de melhoria para aumentar novamente o número de pobres, naquele ano e no seguinte, em 2,8 milhões de pessoas.

Atualmente, isso é mais relevante em função do impacto da revolução tecnológica e do surgimento de uma sociedade global digitalizada.

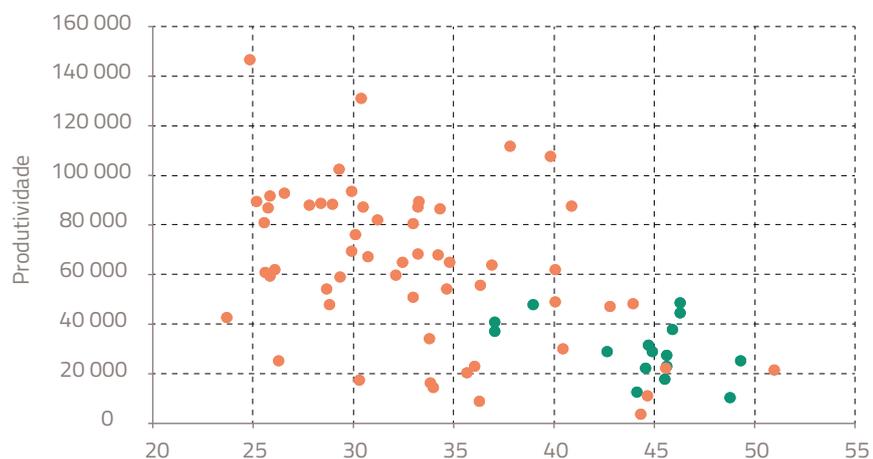
A desigualdade gera baixa produtividade. Não se trata de uma relação de causa e efeito, mas de dois fatores que se nutrem mutuamente, conforme mostrado no gráfico 2 que correlaciona a desigualdade e a produtividade em nossos países, juntamente com outros de diferentes âmbitos geográficos. Uma das razões é muito possivelmente o fato de confiar a produtividade ao pessoal com baixa ou nenhuma qualificação e competência e, portanto, com baixos salários, em vez de fazê-lo aos trabalhadores altamente qualificados e competentes e, portanto, com condições laborais e salários decentes.

Gráfico 2. Produtividade e coeficiente de GINI, 2014

(em dólares em paridade de poder de compra (PPC) e em termos percentuais)

Coeficiente de GINI

- América Latina e o Caribe
- Outros países



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

Parte I: Orientação geral e contexto

Uma questão-chave no trabalho em favor da igualdade, em que insistimos e coincide com o que fazemos em favor do desenvolvimento e do conhecimento, é erradicar a cultura de privilégio tão profundamente enraizada em nossa região. Trata-se de uma cultura que reconhece, atribui e naturaliza privilégios para alguns, por razões de origem, gênero, etnia, cultura e religião, ao mesmo tempo em que se nega a outros, transmitindo assim desigualdades do passado que se reproduzem no presente e se perpetuam através de instituições que impõem assimetrias (Calderón, Hopenhayn e Ottone, 1996).

A literatura política, sociológica e pedagógica tem considerado frequentemente que, no passado, os sistemas educacionais, e especificamente a escola como instituição, desempenhavam um papel fundamental na preservação de privilégios e na sua perpetuação.

A partir da educação, ou seja, a partir da OEI, cabe-nos realizar um importante trabalho em favor da universalização das competências como garantia para oferecer mais e melhores oportunidades para todos e contribuir, assim, para a construção de comunidades mais coerentes, mais desenvolvidas e mais competentes. Junto a isso, precisamos reforçar os valores de cidadania e de igualdade no acesso e benefício de direitos: todos nós, Ibero-americanos, devemos considerar-nos sujeitos políticos e não objetos políticos. Pela primeira vez na história, o

conhecimento é o principal motor da economia e do desenvolvimento.

Trabalhar de acordo com a Agenda 2030 é comprometer-se com a igualdade e o desenvolvimento sustentável, um consenso alcançado em 2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas que a OEI subscreve e apóia em favor do planeta e das pessoas. Nesta nova agenda global, o objetivo mais importante é assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ODS 4), garantindo, como objetivo final, que ninguém seja deixado para trás.

Nesse sentido, e em relação à situação educacional de nossa região, em linhas gerais,

podemos concluir que importantes objetivos foram alcançados em termos de acesso e cobertura. No entanto, os nossos sistemas são prejudicados pela falta de qualidade e de capacidade inclusiva.

Como pode ser observado na Tabela 1, a taxa de cobertura garante a universalização do ensino básico ou

Tabela 1. Taxa de escolarização da população por faixas etárias e países, 2000-2013. (Dados expressos em porcentagem)

País	6 a 11 anos		12 a 14 anos		16 a 17 anos	
	2000	2013	2000	2013	2000	2013
Argentina	99,2	98,9	97,8	98,3	85,2	88,0
Bolívia	93,4	97,6	89,2	95,0	76,4	84,9
Brasil	95,5	98,4	95,0	97,9	81,1	83,7
Colômbia	95,1	96,6	89,3	93,4	67,8	75,9
Costa Rica	96,3	98,8	83,3	94,7	58,2	81,7
Chile	98,6	99,2	97,9	99,0	87,8	92,0
República Dominicana	93,8	98,0	95,6	98,5	83,8	88,3
Equador	95,8	99,0	82,0	95,4	63,8	84,4
El Salvador	85,7	95,0	83,8	91,0	62,8	71,6
Guatemala	75,3	91,3	72,7	82,2	40,7	55,5
Honduras	91,1	95,3	74,9	76,8	44,1	53,4
México	96,5	98,9	88,8	91,9	57,9	69,6
Nicarágua	86,1	89,7	82,6	84,4	58,9	57,7
Panamá	97,8	98,8	92,8	94,5	75,1	80,0
Paraguai	94,1	98,7	87,6	94,7	63,9	81,4
Peru	96,9	97,3	92,1	95,4	69,9	74,8
Uruguai	98,9	99,3	95,0	95,3	77,2	78,7
Venezuela	95,8	98,0	91,6	95,5	68,6	78,3

Fonte: CEPAL, 2017

fundamental em quase todos os países da região graças aos avanços obtidos nos últimos anos, bem como ao aumento da cobertura alcançado no ensino médio ou secundário: Aumento e cobertura tradicionalmente têm sido associados à extensão da escolaridade obrigatória. Nesse sentido, uma média histórica de 12,1 anos foi atingida, conforme mostrado na tabela seguinte. Isso exigiu um grande esforço na dotação de infraestruturas, na contratação de pessoal e na aquisição de recursos didáticos e outros meios de apoio à escolarização, tais como o transporte, a alimentação ou as transferências condicionadas.

Mas não há motivo para complacência porque, como já foi explicado, a educação Ibero-americana padece de sérias deficiências em termos de qualidade, equidade e inclusão, deficiências que assumem a forma de graves injustiças e insuportáveis discriminações se considerarmos a origem social, cultural, o grupo étnico ou o gênero dos estudantes.

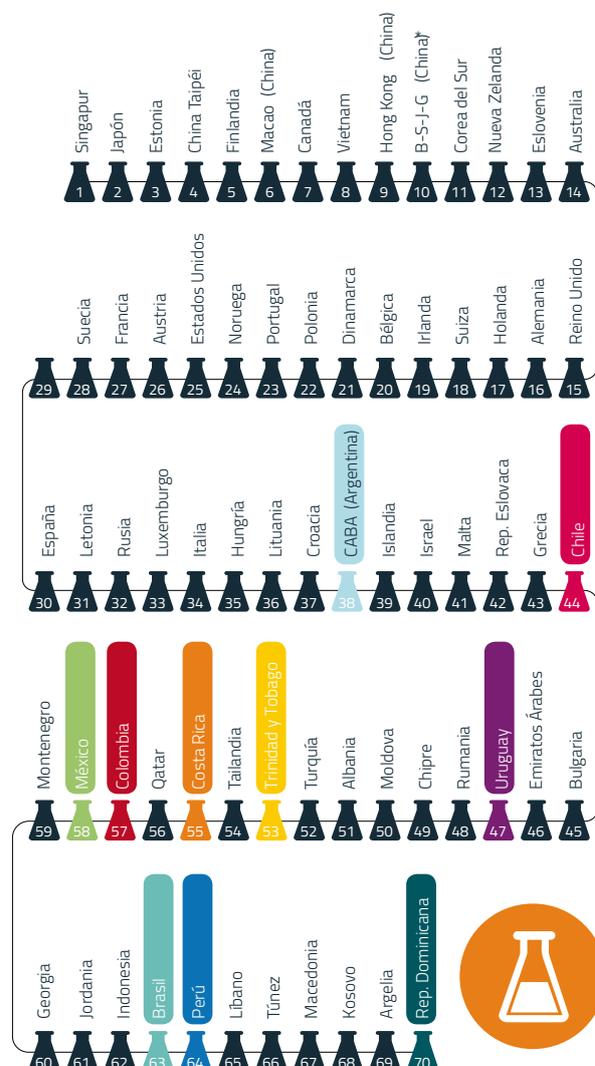
Tabela 2. Anos de educação obrigatória, 2000 e 2016

País	2000	2016	Aumento de anos entre 2000 e 2016
Argentina	10	14	4
Bolívia	8	14	6
Brasil	8	13	5
Chile	8	13	5
Colômbia	10	10	0
Costa Rica	11	11	0
Cuba	9	9	0
República Dominicana	10	13	3
Equador	9	12	3
El Salvador	10	11	1
Guatemala	9	12	3
Honduras	9	14	5
México	6	7	1
Nicaragua	11	11	0
Panamá	9	13	4
Paraguay	12	14	2
Peru	9	9	0
Uruguai	9	14	5
Venezuela	14	16	1

Fonte: CEPAL, 2017

Tal como ilustrado pela figura abaixo, os testes externos padronizados de avaliação de competências de nossos alunos, tal como o PISA — resultados semelhantes fornecem outros testes de avaliação externa, como o TERCE, TIMM ou PIRLS — destacam que, mesmo com melhorias (exceto em algum caso particular), nossos países apresentam resultados abaixo da média da amostra. Além disso, nesses resultados são constatados dados preocupantes, como, por exemplo, a elevada taxa de repetição de ano, as diferenças de acordo com o gênero ou, ainda mais, de acordo com a origem social, bem como os limitados níveis de expectativa.

Figura 2. Ranking em Ciência, PISA 2015



*B-S-J-G se refiere a Beijing, Shanghai, Jiangsu y Guandong
Fuente: OECD, PISA 2015, Vol I, Cuadro I.2.4a



Fonte: Ruta Maestra 2017.

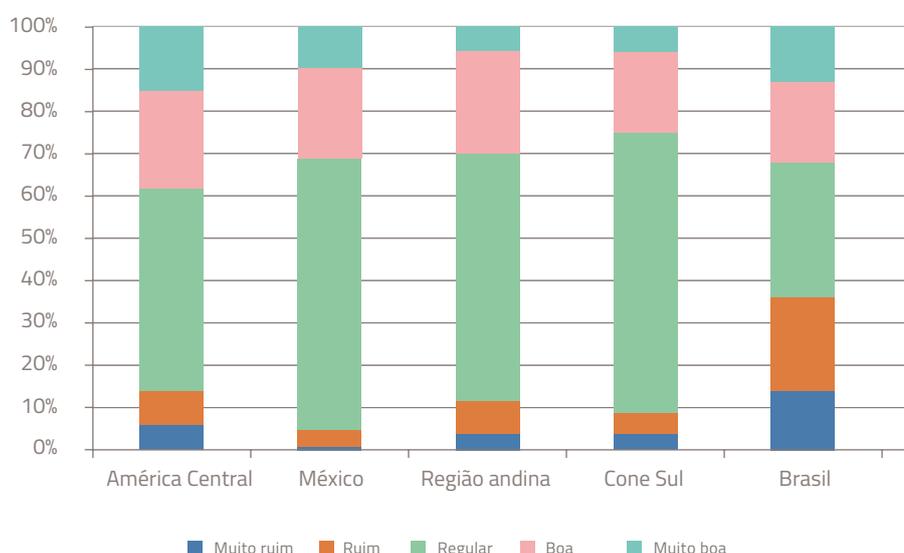
Parte I: Orientação geral e contexto

Se estes resultados são a evidência de testes de avaliação de competências, as opiniões dos usuários não diferem muito deles, ou seja, os alunos, que manifestam uma percepção de baixa qualidade em relação à educação que recebem e, ainda mais, ao seu horizonte profissional e vital. Este horizonte é caracterizado por mudanças e incertezas. O gráfico a seguir destaca a opinião negativa que os jovens da região têm sobre a educação que lhes é oferecida.

transformou nosso modo de pensar, produzir, consumir, negociar, administrar, comunicar, viver, morrer, fazer guerra e amar” (Castells, M., 2005), e são qualificadas como competências para o século XXI.

No entanto, o desafio é garantir a qualidade, a inclusão e a equidade e, de uma forma muito particular, dotar todas as nossas crianças e jovens com habilidades e competências para enfrentar com confiança, força e

Gráfico 3. Percepção dos jovens sobre a qualidade da educação, 2012



Fonte: F. Pedró (2017). Tecnologias para a transformação da educação.

Se nos referirmos à opinião dos empregadores, não vamos encontrar melhores opiniões sobre a qualidade da educação. Uma pesquisa aplicada pelo Fórum Econômico Mundial a empresários da região mostrou que, em suas opiniões, a qualidade da educação era ruim ou regular e que, em uma escala de 1 a 7, de pior para melhor, a média é inferior a 3. Todos afirmam que têm dificuldade em encontrar trabalhadores qualificados.

Os empregadores não demonstram unicamente seu interesse por competências cognitivas (técnicas), mas igualmente pelas não cognitivas (sociais), já que, de acordo com uma pesquisa realizada com empresários de vários países da região (BID, 2016), estas competências sociais são consideradas tão ou mais importantes que as competências gerais ou específicas para o acesso ao emprego.

Essas novas competências garantem mais e melhores oportunidades de emprego e bem-estar para todos e fazem parte de um momento histórico no qual (...) uma revolução tecnológica com base na informação

resiliência um futuro caracterizado pela insegurança e incerteza. Em última análise, o objetivo é oferecer a todos eles mais e melhores oportunidades em suas vidas, assegurando um melhor nível de bem-estar, o que, por sua vez, afeta diretamente o desenvolvimento de nossos países:

se todos os estudantes dos países de baixa renda deixassem a escola com competências básicas de leitura, 171 milhões de pessoas poderiam escapar da pobreza e, se nossos alunos deixassem as escolas com as novas competências para o século XXI, as suas oportunidades de um emprego decente aumentariam diretamente em 40%.

Convém não esquecer que o aumento do nível educativo se desloca diretamente para a redução dos riscos de conflito, uma vez que os jovens com níveis educacionais muito baixos são muito mais propensos a serem recrutados por grupos de criminalidade organizada.

Segundo a meta 4.3 do ODS 4 ("Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade"), concluímos que o ensino superior é a pedra angular do desenvolvimento sustentável, pois cria novos conhecimentos, ensina competências específicas e promove valores fundamentais, tais como a liberdade, o respeito e a dignidade.

Os sistemas de ensino superior hoje são muito variados, com uma oferta muito diversificada de estudos com diferentes modalidades — a oferta a distância ou semipresencial é crescente — e uma forte disparidade no acesso de acordo com o nível de renda familiar dos alunos. Um exemplo disso é a distribuição dos alunos por setor de gestão. Em países como a Argentina e o Uruguai, cerca de 80% dos estudantes estão no setor público, enquanto no Brasil e no Peru esse valor é de cerca de 30% e no Chile é de apenas 15%

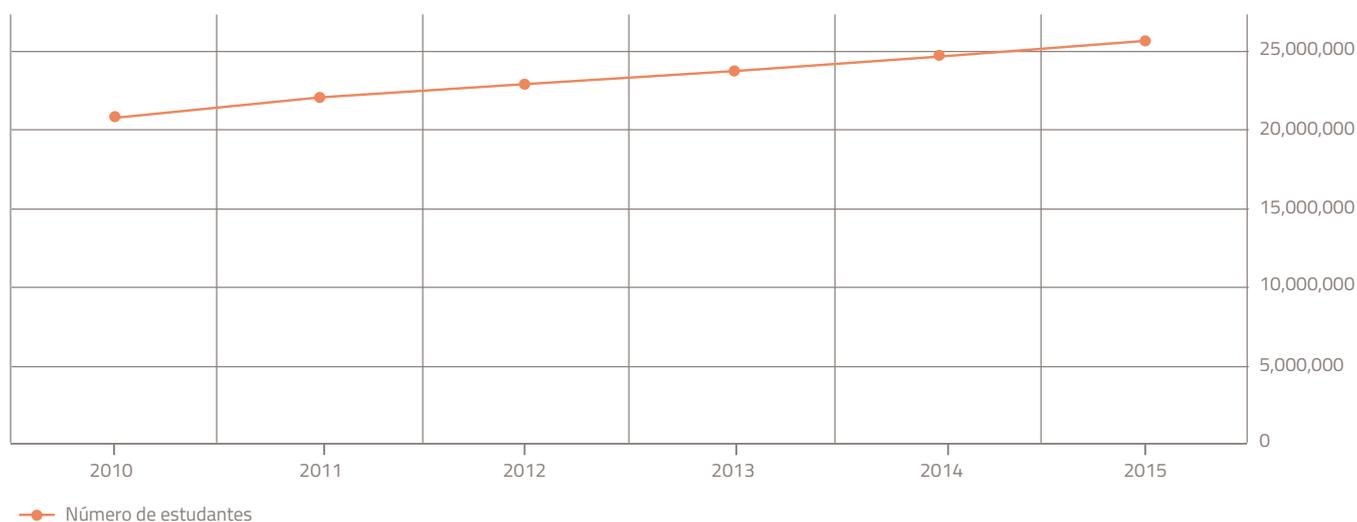
Entre 2010 e 2015, o número de alunos matriculados no ensino superior na América Latina e no Caribe (ALC)

cresceu 22%, ultrapassando 25 milhões de alunos. O crescimento das matrículas nesse nível educacional tem sido associado a um

enorme aumento da oferta de cursos e de instituições universitárias, razão pela qual é necessário fortalecer os mecanismos externos de garantia da qualidade universitária.



Gráfico 4. N° de matriculados no ensino superior na América Latina



Fonte: Red Índices

Parte I: Orientação geral e contexto

Da mesma forma, há uma necessidade urgente de apostar em um espaço Ibero-americano de educação superior onde se possam harmonizar os sistemas, melhorar a comparabilidade, promover a mobilidade, bem como a remoção de obstáculos, o reconhecimento mútuo e a atribuição de diplomas duplos.

O ensino superior deve ser acessível e disponível para todos. Dado o aumento da demanda por estudos superiores, foram criados na Ibero-América dois mecanismos de resposta que, em ambos os casos, transferem o custo da sua satisfação para as pessoas. Em primeiro lugar, nas universidades públicas, aumentando o custo das taxas de inscrição que os estudantes ou suas famílias devem pagar. Em segundo lugar, expandindo a oferta privada. E, tudo isso, sem esquecer que em certos países as universidades públicas são gratuitas, embora os estudantes que as frequentem sejam, em sua maioria, provenientes de famílias de classes sociais abastadas.

Nas circunstâncias atuais, é necessário considerar algumas recomendações já apresentadas para atingir os ODS nesta área e, assim, alcançar uma educação superior acessível e disponível (UNESCO, 2017):



Conhecer o objetivo das políticas de equidade. Certificar-se de que os grupos que mais precisam de ajuda são os beneficiários do apoio e da ajuda.



Adotar medidas legislativas em favor da equidade e da acessibilidade.



Estabelecer mecanismos de gestão e supervisão que possam estar associados à verificação da qualidade.



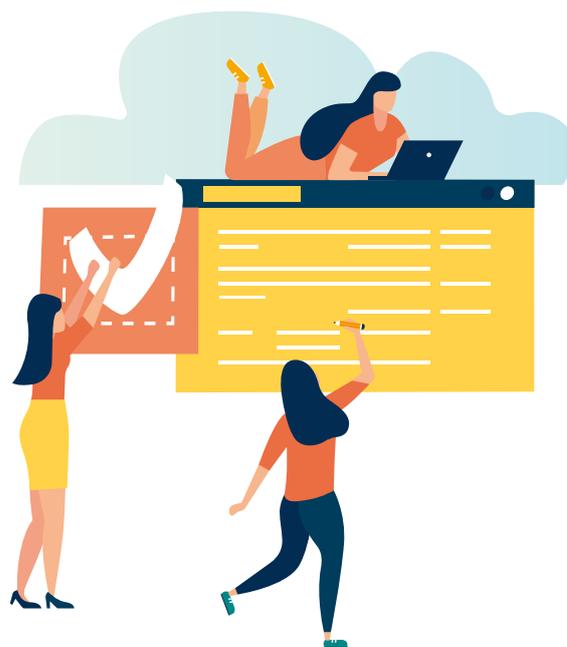
Estabelecer condições de igualdade, combinando diferentes critérios de admissão e políticas de discriminação positiva.



Criar mecanismos de apoio financeiro para os alunos, tais como subsídios, bolsas de estudo ou empréstimos.



Limitar os reembolsos dos estudantes para evitar que se tornem encargos insustentáveis.



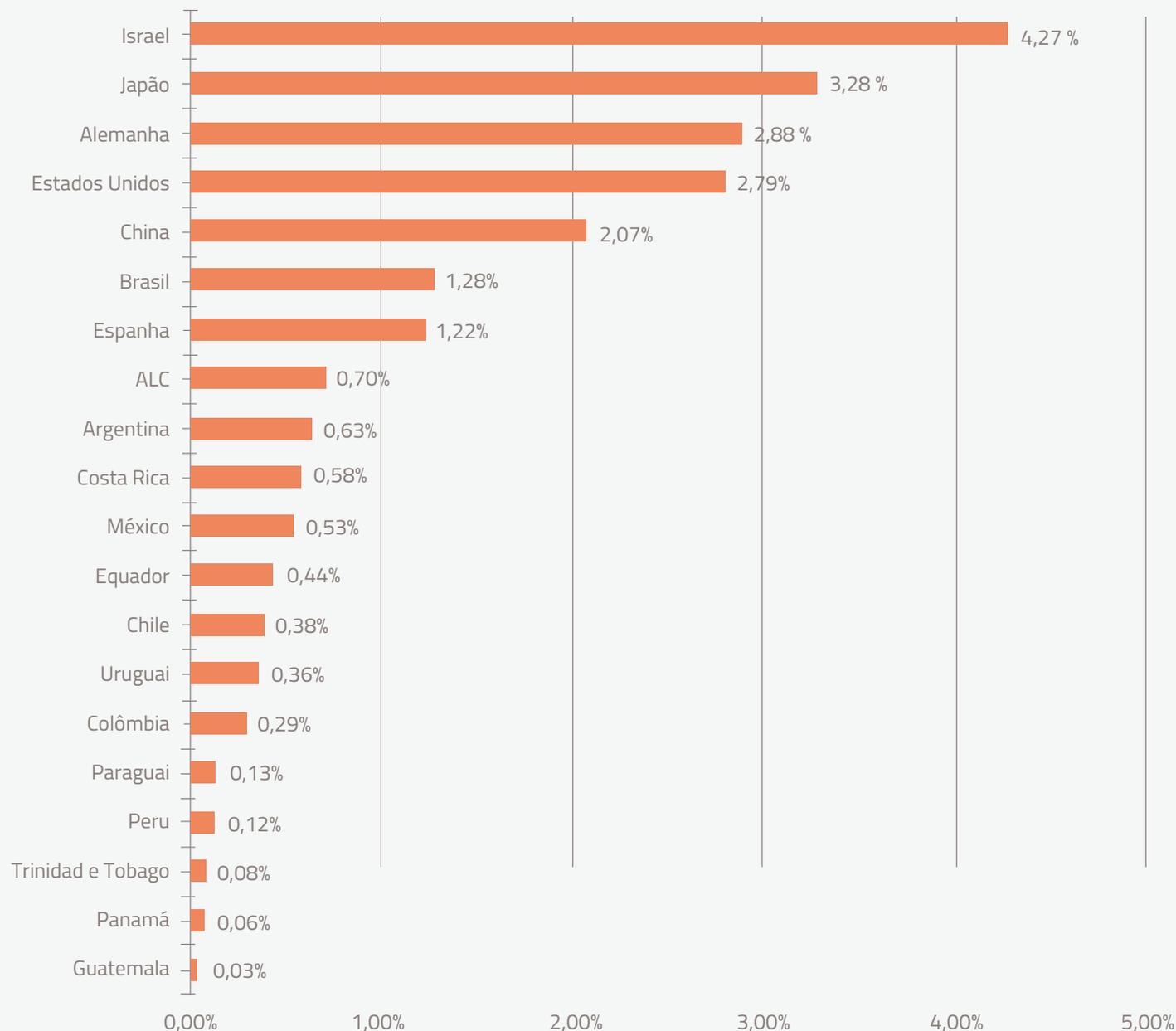
A ciência, a tecnologia e a inovação também são desafios importantes para a Ibero-América. Num contexto econômico muito favorável, entre 2010 e 2015, o investimento em investigação e desenvolvimento (I&D) ou pesquisa e desenvolvimento (P&D) aumentou 27%, o que representa uma importante massa de recursos. Em termos proporcionais, no entanto, o aumento do investimento em ciência e tecnologia foi muito pequeno e manteve-se estável: 0,68% em 2010 e 0,70% em 2015, acompanhando quase exatamente o crescimento do PIB regional.

O volume de investimento em I&D alcançado pelos países da região ALC em 2010 representou um valor aproximado de 3% de participação no total global. Em 2015, esse valor aumentou para 3,5%. Apesar desse avanço, a intensidade de investimento dos países da ALC em relação à economia regional foi baixa, em comparação aos países mais desenvolvidos. Enquanto alguns países líderes investiam cerca de 3% do seu PIB em 2015 (com alguns casos como o de Israel, que ultrapassou 4%), na ALC apenas o Brasil atingiu a meta de 1%.

Como resultado da maior alocação de recursos, a qualidade da investigação na América Latina aumentou significativamente. A base de dados SCOPUS, que indexa cerca de 28.000 periódicos internacionais selecionados com critérios de qualidade e de cobertura temática da corrente principal da ciência, registrou um aumento de 37% no número de artigos científicos assinados por investigadores latino-americanos.

Por outro lado, o desenvolvimento do conhecimento tecnológico teve uma intensidade menor que a investigação básica e aplicada. As patentes da invenção são uma prova deste fato. No período analisado,

Gráfico 5. Investimento em I&D como porcentagem do PIB



Fonte: UNESCO 2017

o número de patentes solicitadas pelos latino-americanos por meio do Tratado PCT da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) além de não ter aumentado, diminuiu ligeiramente.

Atualmente, a ciência e a tecnologia vivenciam um momento de inflexão na Ibero-América. Pela primeira vez desde 2000, o investimento em I&D está diminuindo depois de ter acompanhado o desenvolvimento econômico da região. As causas dessa mudança de

tendência podem ser muitas, mas uma característica partilhada pela maioria dos países Ibero-americanos é a dissociação entre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e o setor produtivo. Os indicadores disponíveis revelam que a região tem uma participação das empresas no financiamento de I&D muito menor do que nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo que o sistema científico e tecnológico aparece com um papel muito restrito nos processos de inovação empresarial.

Parte I: Orientação geral e contexto

A OEI na Agenda 2030

Das metas 2021 à agenda 2030: Os objetivos Ibero-americanos 2030

Metas Educativas 2021. Um projeto de cooperação para a Ibero-América

As **Metas Educativas 2021** foram o eixo do trabalho desenvolvido pela OEI nos últimos dez anos. Na reunião realizada em El Salvador em 18 de maio de 2008, os Ministros da Educação de todos os países Ibero-americanos lançaram as mencionadas metas, com o objetivo básico de melhorar a qualidade e a equidade da educação e assim poder enfrentar mais eficazmente os problemas da pobreza e da desigualdade na região, reforçando a inclusão.

A proposta foi aprovada pela XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo realizada em Mar del Plata, em 2010. Nesta ocasião, foi adotado, como um instrumento articulado para enfrentar os principais desafios educacionais da região, o *Programa Metas Educativas 2021: a educação que queremos para a geração dos bicentenários*. Foi proposto, como objetivo final, conseguir que ao longo da década mais alunos estudem e por mais tempo, com uma oferta de qualidade reconhecida, equitativa e inclusiva, e na qual participem a grande maioria das instituições e setores da sociedade. Tratava-se de integrar duas agendas educativas em um único programa de ação: por um lado, recuperar o atraso educacional acumulado ao longo do século XX e, por outro lado, enfrentar os desafios colocados pelo século XXI.

No documento final de síntese *A educação que queremos para a geração do bicentenário de 2010*, reconhece-se que os promotores das Metas 2021 compreenderam desde o início que o simples fato de anunciar uma série de metas tinha um valor simbólico altamente significativo, mas era fundamental realizar outros esforços para proporcionar a mudança social necessária. Ou seja, as metas apresentadas devem ser alcançadas por meio de ações específicas, bem orientadas e ajustadas às necessidades de cada contexto territorial. Ações que, uma vez que devem enfrentar principalmente os problemas de pobreza e de desigualdade, devem também estar orientadas preferencialmente para os setores sociais e coletivos submetidos a situações mais difíceis (contextos vulneráveis, comunidades indígenas, afrodescendentes, mulheres, crianças, regiões deprimidas).



Como resultado, para a concretização desse objetivo, foi identificado um conjunto de 11 metas gerais que abordam questões educacionais de especial importância na região, tais como o fortalecimento da educação inicial, a universalização do ensino primário e médio, a participação social, a equidade e a qualidade da educação, a educação técnico-profissional, a alfabetização e o fortalecimento da formação de professores e da investigação científica, bem como a importância do investimento em educação, entre outras.

Posteriormente, esses objetivos foram especificados com mais precisão e algumas prioridades foram estabelecidas dentro das várias áreas identificadas. Desta forma, vários objetivos específicos foram definidos no âmbito de cada uma das 11 metas gerais. Para cada uma delas, foi selecionado um conjunto de indicadores que permitiriam o seu monitoramento. O exercício foi completado com a fixação dos níveis de realização. Dada a diversidade de situações nacionais existentes na Ibero-América, alguns desses níveis foram fixados em forma de intervalo de variação, o que permitiu certo grau de liberdade para os países estabelecerem seu ponto de chegada em 2021 a partir de sua posição inicial em 2010. Desta forma, pretende-se combinar a convergência desejada com as metas educativas, considerando a diversidade de situações e políticas no campo da educação.

Desde a sua aprovação, o documento Metas 2021 tornou-se uma referência essencial para o desenvolvimento, implementação e avaliação das ações das agências que o promoveram (OEI, CEPAL, Secretaria Geral Ibero-americana -SEGIB). Da mesma forma, o documento tem sido utilizado como um quadro de referência para avaliar a evolução das políticas educacionais nos países Ibero-americanos.

Acompanhamento das Metas Educativas 2021. Relatórios *Miradas sobre a educação na Ibero-América*

Juntamente com as Metas 2021, a XX Conferência Ibero-americana de Educação aprovou um plano para avaliar e monitorar o programa eo seu desenvolvimento ao longo da década de 2011-2021, que deveria servir como base para avaliar os avanços realizados e os eventuais desvios no que diz respeito às previsões iniciais. Para este fim, foi criado o **Instituto de Avaliação de Metas Educativas (IESME)**, atribuindo-lhe a responsabilidade de realizar o trabalho necessário para avaliar o desenvolvimento e o nível de progresso do projeto, adotando um modelo colegiado de organização no qual a representação dos países ocupa um lugar central.

Ao longo destes anos, o IESME desenvolveu sua missão através de três órgãos fundamentais. Por um lado, o Conselho Reitor, formado pelos diretores dos institutos de avaliação dos diferentes ministérios da Educação. Por outro lado, o Comitê Executivo, presidido pelo secretário-geral e uma equipe técnica da OEI, apoiado por especialistas em avaliação. Por fim, o Conselho Assessor, formado por representantes de organizações internacionais e especialistas de reconhecido prestígio na região.

Desde então, o acompanhamento das Metas 2021 tem sido realizado, com a participação ativa dos países Ibero-americanos, através da elaboração de relatórios *"Miradas sobre educação na Ibero-América"* (um total de sete até o momento). Estes relatórios são anuais — em alternância daqueles destinados ao monitoramento das metas através da atualização de seus indicadores com outros conteúdos temáticos destinados a abordar assuntos de particular relevância para a região — e são apresentados aos ministros da Educação nas Conferências Ibero-americanas de Educação.

A Agenda Educativa 2030. Uma perspectiva internacional

Em paralelo à implementação das Metas 2021, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou em 15 de setembro de 2015 a Agenda 2030 para o Desen-

Parte I: Orientação geral e contexto

volvimento Sustentável, um documento ambicioso que integra 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas específicas e que se destinam a constituir os compromissos básicos da agenda de desenvolvimento social da humanidade durante os próximos 15 anos.

A **Agenda 2030** inclui certas prioridades e estratégias que visam promover a construção de uma agenda educativa holística, ambiciosa e exigente que não deixa ninguém para trás. O núcleo desta estratégia é articulado em torno do quarto objetivo de desenvolvimento sustentável —

“Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” — entendido como um objetivo transformador e universal.

Esta Agenda 2030 tem em conta os ensinamentos retirados de articulações insuficientemente resolvidas entre os objetivos da Educação para Todos (EPT) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Deste modo, uma lição considerada fundamental é a afirmação de que *“a agenda global de educação deve trabalhar no âmbito do desenvolvimento internacional, em vez de paralelo a ele”* (como aconteceu com os objetivos dissociados de EPT e os ODM). Da mesma forma, o foco da nova agenda em aprendizagem e em qualidade indica que *“reconhece o perigo de se concentrar no acesso à educação sem prestar atenção suficiente se os alunos estão, de fato, aprendendo e adquirindo habilidades relevantes uma vez que estejam na escola”*. A Agenda 2030 pretende ser uma aposta crítica para a mudança das práticas educacionais atuais, por isso se insiste na convicção de que *“continuar no ritmo atual não vai levar a educação para todos”*.

O ODS 4 é especificado em 7 metas que se referem a diferentes temas. O acordo alcançado em relação ao reconhecimento efetivo da educação como um direito humano fundamental e como um bem público é considerado de especial relevância. Isso conduziu ao compromisso de oferecer 12 anos de ensino básico ou fundamental e secundário ou médio com financiamento público. Juntamente com este foco de acesso educacional, a inclusão e a equidade são promovidas, com o compromisso de abordar todas as formas de exclusão e marginalização, disparidades e desigualdades, com referência especial à situação das

pessoas com necessidades especiais e à igualdade de gênero.

A qualidade e a melhoria dos resultados adquirem um espaço privilegiado na nova declaração, focalizando sua atuação na avaliação de resultados e na promoção de professores capacitados e socialmente reconhecidos. Incorpora como características de qualidade educacional, além das tradicionais capacidades cognitivas, a criatividade e as habilidades sociais e interpessoais, a fim de promover a educação para o desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, a formação técnico-profissional, a vocacional, a alfabetização de jovens e adultos e o ensino superior estão inseridos na promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, insistindo em alternativas flexíveis para as certificações de conhecimento e habilidades da educação não formal e informal.

É preocupante a violação dos direitos das pessoas que não frequentam a escola devido à situação de conflitos e de desastres naturais, por isso é manifestado o compromisso em desenvolver sistemas resilientes que atendam às necessidades educacionais nestes contextos. Finalmente, recomenda-se aumentar significativamente o apoio à educação durante as crises humanitárias prolongadas.

Para cumprir esta agenda, definem-se os princípios de colaboração, cooperação e responsabilidade dos governos em execução de suas obrigações financeiras (estabelecendo-se intervalo de variação de financiamento de pelo menos 4-6% do PIB e/ou de 15-20% do total de gasto público em educação) e solicita-se aos países desenvolvidos — e outros doadores — que aumentem o financiamento com o cenário de cumprimento de 0,7% do PIB para a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA). A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é designada como a agência especializada em educação das Nações Unidas para a liderança e coordenação da agenda.

Das Metas 2021 à Agenda 2030

Neste breve resumo histórico do surgimento das Metas Educativas 2021 da OEI e dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável 2030 da ONU são observadas semelhanças em seus aspectos essenciais, bem como a presença de um quadro global de referência do qual participam os mesmos países Ibero-americanos. Existem também coincidências com os principais objetivos e



prioridades indicados pela União Europeia (UE) e com as abordagens de estudos e indicadores educacionais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No quarto objetivo do desenvolvimento sustentável, propõe-se um ensino básico ou fundamental e secundário ou médio de qualidade, equitativa, gratuita e financiada com fundos públicos durante 12 anos, dos quais pelo menos 9 serão obrigatórios, alcançando assim resultados de aprendizagem relevantes. Além disso, é aconselhável oferecer pelo menos um ano de educação pré-escolar de qualidade, gratuita e obrigatória. Esta prioridade também está incluída na formulação das Metas gerais 2021: Meta 3 “Aumentar a oferta de educação inicial e potencializar seu caráter educativo” e Meta 4 “Universalizar o ensino básico ou fundamental e secundário ou médio e ampliar o acesso ao ensino superior”.

Sobre a inclusão e a equidade na educação, a Agenda 2030 enfatiza a erradicação de todas as formas de exclusão e marginalização, as disparidades e as desigualdades no acesso, na participação e nos resultados de aprendizagem. Insiste-se, da mesma forma, que nenhuma meta de educação deverá ser considerada cumprida a menos que tenha sido atingida por todos. No mesmo sentido, destaca-se a importância da igualdade de gênero para alcançar o direito à educação para todos. Essas prioridades estão incluídas na formulação das Metas 2021, em sua Meta 2: “Alcançar a igualdade educacional e superar todas as formas de discriminação na educação”.

Em relação à educação de qualidade, é destacada a melhoria dos resultados de aprendizagem, o que requer, por um lado, garantir professores bem preparados, devidamente contratados, que estejam profissionalmente qualificados, motivados e apoiados com recursos suficientes dentro de sistemas geridos de forma eficaz. Por outro lado, é essencial avaliar adequadamente o progresso e os resultados alcançados. Além disso, a educação de qualidade fomenta a criatividade e o conhecimento, garante a aquisição das competências básicas de leitura, escrita e cálculo, bem como de aptidões analíticas, de resolução de problemas e outras habilidades cognitivas, interpessoais e sociais de alto nível. A educação de qualidade proporciona o desenvolvimento de competências, os valores e as atitudes que permitem aos cidadãos levar uma vida saudável e plena, tomar decisões com conhecimento de causa e responder aos desafios locais e globais. Estas prioridades estão refletidas na formulação das Metas 2021: Meta 5 “Melhorar a qualidade da educação e do currículo escolar”, Meta 8 “Fortalecer a profissão docente” e Meta 11 “Avaliar o funcionamento dos sistemas educacionais e do projeto Metas educativas 2021”.

Finalmente, em termos de aprendizagem de qualidade ao longo da vida para todos, em todos os contextos e em todos os níveis de ensino, é apresentado — dentro da Agenda 2030 — um maior acesso à formação técnica e profissional, ao ensino superior e à investigação. Além disso, é importante que sejam oferecidos percursos de aprendizagem flexíveis, bem como o reconhecimento, a certificação e a acreditação dos conhecimentos, habilidades e competências adquiridos mediante a educação informal e não formal. Essas prioridades estão contidas na formulação das Metas 2021, especificamente em sua Meta 6 “Favorecer a conexão entre a educação e o emprego através da educação técnico-profissional”, Meta 7 “Oferecer a todas as pessoas oportunidades educacionais ao longo de toda a vida” e Meta 9 “Ampliar o Espaço Ibero-americano do Conhecimento e fortalecer a investigação científica”.

Essa justaposição de objetivos e conteúdos, longe de ser identificada como uma dificuldade, pode constituir uma oportunidade para estabelecer novas coordenadas de integração que melhorem as ferramentas e estratégias de cooperação atualmente em vigor.

Isto implica uma confluência entre as Metas 2021 da OEI e os ODS das Nações Unidas, especialmente no que diz respeito ao Objetivo 4, embora vinculado ao resto dos objetivos de desenvolvimento.

Uma primeira análise de metas e objetivos, bem como de suas congruências mostra o seguinte panorama:



Parte I: Orientação geral e contexto

Tabela 3. Convergência das Metas Educativas 2021 com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4

METAS 2021	ODS-4
Meta 1 Participação da sociedade	Presente de maneira transversal em todas as metas
Meta 2 Igualdade educativa	Meta 4.5 Igualdade entre os sexos e inclusão
Meta 3 Oferta de educação inicial	Meta 4.2 Desenvolvimento na primeira infância e educação pré-escolar universal
Meta 4 Ensino básico ou fundamental e secundário ou médio	Meta 4.1 Ensino básico ou fundamental e secundário ou médio universal
Meta 5 Melhorar a qualidade da educação	Meta 4.6.1 e Meta 4.7 Educação dos cidadãos para o desenvolvimento sustentável
Meta 6 Conexão entre a educação e o emprego	Meta 4.3 Igualdade de acesso ao ensino técnico-profissional e superior Meta 4.4 Habilidades adequadas para um trabalho decente
Meta 7 Educação ao longo da vida	Meta 4.6 Competências Profissionais
Meta 8 Fortalecer a profissão docente	Meta 4.c Professores e educadores
Meta 9 Espaço Ibero-Americano do Conhecimento	Meta 4.3.2 Acesso de todos em igualdade de condições ao ensino técnico e superior
Meta 10 Investir mais e investir melhor	Meta 4.a Ambientes de aprendizagem eficazes
Meta 11 Avaliar o funcionamento dos sistemas	Meta 4.1.2 Conjunto das metas, para cada nível educacional

Fonte: Objetivos Ibero-americanos 2030: processo de convergência com a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS 4), OEI-IESME, 2018.



Da mesma forma, neste processo de busca de sinergias, parece apropriado levar em consideração a definição de objetivos que a UE realiza ou as prioridades em educação propostas pela OCDE, organizações das quais diversos países Ibero-americanos fazem parte. As abordagens gerais destas instituições, centradas na educação para a próxima década, coincidem substancialmente com aquelas definidas na Agenda 2030. Neste sentido, convém identificar as concretizações e as ênfases das prioridades que podem ser incluídas nas Metas 2021, por meio da revisão dos indicadores Ibero-americanos que prestem contas dos resultados alcançados nas prioridades apresentadas.

Para isso, a OEI, mediante uma equipe de especialistas e em coordenação com o seu Instituto de Avaliação (IESME), está avançando na análise comparativa entre essas duas iniciativas (Metas 2021 e Agenda 2030). O objetivo desse esforço é contar com um espaço comum de trabalho para promover o diálogo sobre políticas educacionais e desenvolver propostas e ações de cooperação compartilhadas. Trata-se também de estabelecer mecanismos relativos à realização de uma avaliação sobre até que ponto as Metas 2021, que foram definidas especificamente para a Ibero-América, contribuem e influenciam o desenvolvimento e a realização dos objetivos fixados em escala internacional no âmbito da Agenda de Educação 2030.

A convergência entre os dois projetos também se expressa no convite para que a OEI participe — por meio de seu secretário-geral — no Comitê de Direção (“Steering Committee”) de Educação 2030, o que permite não apenas melhorar a articulação entre ambos os espaços, mas também favorecer a análise e o intercâmbio de boas práticas.

Da mesma forma, a OEI está trabalhando para integrar ambas as agendas mediante diversas iniciativas, tais como o desenvolvimento e a participação em espaços de reflexão política e técnica; promovendo o diálogo intersetorial entre educação, cultura e ciência; representando e desenvolvendo um trabalho coeso com os países da América Latina por meio dos Conselhos Diretivos, Conferências e Assembleias; e com o desenvolvimento de alianças estratégicas e acordos de colaboração com outras organizações e instituições (Banco Mundial, UNESCO, OCDE, Aliança do Pacífico, etc.).

De acordo com o ODS 17, que está ligado à promoção de alianças para o cumprimento da agenda de desen-

volvimento sustentável, a OEI irá unir-se a este esforço coletivo mediante o acompanhamento da coordenação de políticas com outros organismos e instituições que partilha áreas geográficas e/ou temáticas.

Estas tarefas serão especificadas com a definição e o desenvolvimento dos Objetivos Ibero-americanos 2030 que serão apresentados para aprovação na correspondente Conferência Ibero-americana de Ministros de Educação.

A OEI irá promover a participação ativa de atores governamentais, favorecendo a implementação da agenda educacional no contexto regional e a construção de planos nacionais e setoriais inspirados em propostas de desenvolvimento sustentável.

Parte II: Educação



Primeira infância e educação

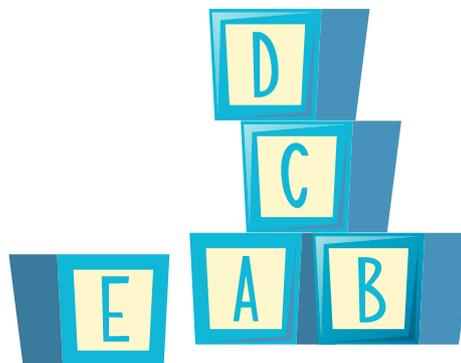
Apresentação e antecedentes

Por mais de uma década, a OEI vem promovendo diversas ações relacionadas com a educação e a assistência integral à primeira infância, com base na convicção de que, nessa etapa, estabelecem-se as bases para o desenvolvimento e a aprendizagem ao longo da vida.

Algumas dessas ações da OEI podem ser destacadas. Em 2001, respondendo ao mandato da Cúpula do Panamá, apresentou-se à XI Conferência Ibero-americana de Educação (CIE) uma proposta de estratégia de trabalho e de linhas de ação para a elaboração de um Plano de Cooperação para o Fortalecimento e a Extensão da Educação Inicial na Ibero-América, que foi aprovada e lançada juntamente com os governos e outros atores envolvidos no tema: a Rede Ibero-americana de Informação e Comunicação em Educação Inicial. Paralelamente, realizaram-se encontros com o objetivo de elaborar um plano de cooperação para acompanhar os países Ibero-americanos na construção de ferramentas que permitissem fortalecer, dinamizar e ampliar a educação inicial, além de favorecer o desenvolvimento de novas práticas de cooperação entre países por meio de redes de informação, comunicação e intercâmbio. O Plano foi aprovado na XII CIE de Santo Domingo (República Dominicana) em 2002. No âmbito deste Plano, foram preparados diversos documentos de discussão e realizadas diversas publicações¹ e atividades interinstitucionais

Neste contexto, em 2007, foi criado o Instituto de Desenvolvimento e Inovação Educativa (IDIE) de Primeira Infância e Direitos da Infância, com sede na Colômbia, com a expectativa de “promover e apoiar, sob os ideais de equidade, diversidade cultural e inclusão social, o processo de universalização de exercício dos direitos dos meninos e das meninas menores de seis anos, nos países Ibero-americanos...”.

Um dos principais propósitos desse espaço específico foi analisar, produzir, disseminar e divulgar o conhecimento e a informação sobre as ações implementadas pelos Estados Ibero-americanos em torno do desenvolvimento integral da primeira infância. O objetivo era o de aspirar a tornar-se um observatório para a troca de



ideias e de conhecimentos no campo dos direitos e do desenvolvimento integral da primeira infância.

Em 2012, a plataforma Sistema de Informação sobre a Primeira Infância (SIPI) foi criada dentro do Sistema de Informação sobre a Primeira Infância na América Latina (SITEAL), a fim de fornecer informações atualizadas que permitam conhecer e monitorar o grau de cumprimento dos direitos das crianças nos países da América Latina.

Ao mesmo tempo, no âmbito do Centro de Altos Estudos Universitários (CAEU) da OEI, foi desenvolvido um Curso de Formação de Agentes Educacionais de Nível Inicial, que atingiu uma escala regional.

Anteriormente, a OEI havia implementado o *Projeto Metas Educativas 2021: la educación que queremos para la generación de los bicentenarios*, aprovado pela XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Mar del Plata, na Argentina, em 2010, onde foi acordado:

realizar programas e ações voltadas para a primeira infância em um duplo sentido: o que se refere ao acesso à educação (...). Ao mesmo tempo, a atenção integral à primeira infância é constituída como um cenário complexo em que convergem diversos tipos de instituições e que nem sempre agem de maneira coordenada. A implementação de ações em favor da infância requer o comprometimento da sociedade como um todo e a ação coordenada das diferentes administrações públicas (CEPAL-OEI-SEGIB, 2010).

Tal encontra-se especificado no Programa de Atenção Integral à Primeira Infância, um dos programas de ação compartilhada do projeto.

Uma das primeiras tarefas implementadas foi o lançamento da Rede Ibero-americana de Educação Inicial (REDIN) em 2011, que integrou representantes da educação de nível inicial de 14 países da região. Esta iniciativa foi reforçada em 2017 com a criação do Instituto Ibero-americano da Primeira Infância, com sede no Chile, cujo objetivo é contribuir para a cooperação entre os países da comunidade Ibero-americana, a fim de avançar mais decisivamente no desenvolvimento de



políticas públicas e práticas sociais que promovam o bem-estar e o desenvolvimento integral dos meninos e das meninas até 8 anos e garantam o pleno exercício de seus direitos

O trabalho do Instituto está organizado em torno de três áreas de trabalho; educação, bem-estar e proteção, realizando atividades de investigação, formação, aconselhamento, estágios e intercâmbios, criação de redes e campanhas de comunicação em prol da primeira infância.

Este processo teve lugar no contexto de um interesse crescente da comunidade internacional pelo desenvolvimento, cuidado e educação da primeira infância, desde o final da década dos anos setenta, com a declaração do Ano da Criança pelas Nações Unidas; a subsequente Convenção sobre os Direitos da Criança (CDN), realizada dez anos depois; a Cúpula Mundial pela Criança (1990) e o Fórum Mundial de Educação para Todos em Dakar (2000).

Atualmente existe um amplo consenso, tanto da esfera acadêmica quanto dos governos e organismos internacionais de cooperação, sobre os benefícios de uma educação de qualidade na primeira infância: tanto para o desenvolvimento dos meninos e das meninas como para a qualidade de vida da população adulta e o desenvolvimento humano sustentável. Essa recomendação é baseada nos seguintes argumentos:



As evidências da investigação em psicologia, nutrição e neurociências indicam que os primeiros anos de vida são críticos na formação de inteligência, da personalidade e dos comportamentos sociais. A experiência inicial determina as conexões neurológicas e biológicas do cérebro que afetam o bem-estar durante o curso da vida, impactando na saúde, na aprendizagem e no comportamento (Melhuish et al., 2008).



Os meninos e as meninas que participam de programas da primeira infância de qualidade apresentam melhores resultados de aprendizado, repetem e desistem menos do que aqueles que não têm a mesma oportunidade.



Os impactos de uma atenção e educação de qualidade nos primeiros anos são ainda maiores no caso de

meninos e meninas que, por diferentes razões, vivem em situação de vulnerabilidade, o que representa um poderoso mecanismo para a redução precoce das desigualdades e o avanço na construção de sociedades mais justas e integradas



A educação e a atenção integral à primeira infância têm um elevado retorno econômico e social. Heckman, Prêmio Nobel de Economia, demonstrou que o retorno sobre o investimento na primeira infância é maior que o de outros níveis educacionais. À medida que o grande poder preventivo da educação infantil seja incluído em problemas como a violência, a dependência de drogas e a criminalidade, seus benefícios podem ser traduzidos não apenas em termos sociais, mas também econômicos.

Com base na experiência institucional e nas novas perspectivas sobre a atenção à primeira infância, a OEI propõe o desenvolvimento de ações organizadas em duas grandes áreas estratégicas e quatro possíveis linhas de intervenção prioritária.

Áreas estratégicas de trabalho

Políticas integradas destinadas à primeira Infância (PI)

A primeira infância é caracterizada por ser um “período evolutivo da vida em que as crianças experimentam mudanças maturativas muito rápidas e processos muito significativos de interação social. Nestes primeiros anos de vida, são criadas as bases para a saúde física e mental, a segurança emocional e a identidade cultural e individual, enquanto são adquiridas e desenvolvidas as habilidades para pensar, falar e aprender. Trata-se de um período em que os meninos e as meninas são especialmente frágeis e vulneráveis, mas ao mesmo tempo é considerado um estágio em que o potencial de crescimento e desenvolvimento individual é muito importante” (OEI, 2009: 15).

Dadas as características e os níveis de dependência dos meninos e das meninas pequenas, os desenvolvimentos teóricos de várias disciplinas coincidem em destacar a necessidade de realizar **abordagens integradas e de qualidade para garantir seus cuidados, educação e proteção.**

Parte II: Educação

A Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada por 196 países, é o primeiro e principal instrumento que reconhece meninos, meninas, crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Os Estados que aderiram à CDN concordaram com a construção de um Sistema Integrado para a Proteção dos Direitos da Primeira Infância. Na agenda atual, a atenção e a educação na primeira infância definem as famílias e os Estados como corresponsáveis e envolvem uma série de intervenções e benefícios: os serviços de saúde (acompanhamento da gravidez, nascimentos, estado nutricional, hábitos saudáveis, prevenção de doenças), políticas de licenças, políticas de auxílio à famílias, serviços de atenção e educação para crianças até 2 anos, programas de apoio às famílias com crianças pequenas, serviços educacionais do sistema formal, transferências diretas para as famílias em situação de vulnerabilidade social, entre outros. Tais benefícios estão sob a responsabilidade de diversos organismos e setores do Estado e também de organizações da sociedade civil de diversos tipos. São destacadas as intervenções destinadas aos meninos e meninas que se encontram sob os sistemas de proteção de direitos (com base em diversos instrumentos legais, em custódia, em lares transitórios ou em casas de apoio em resultado de serem vítimas de situações de violência, abuso ou exploração, entre outras).

Nos países da Ibero-América, todos esses serviços dificilmente estão articulados, de modo que, em geral, o desenvolvimento e a implementação de políticas integradas intersetoriais ainda são um desafio.

Além disso, um dos obstáculos mais críticos que os países da região enfrentam para garantir a atenção e a educação de qualidade para a primeira infância é que muitas famílias encontraram sérias dificuldades para formar um fluxo de renda constante, suficiente e protegido. A persistente carência de renda é sobre-representada nos grupos sociais historicamente mais desfavorecidos — entre a população indígena, afrodescendente, com necessidades especiais, que reside em zonas rurais e população migrante, entre outras — e muitas vezes faz parte dos processos históricos de acumulação intergeracional de desvantagens sociais que geram condições extremamente desfavoráveis para a apropriação dos benefícios potenciais e para o acesso aos bens e serviços oferecidos pela cadeia de prestação de benefícios (UNESCO-IIPE-OEI, 2011).

Educação da primeira infância

A educação é um direito que começa com o nascimento e que está diretamente vinculado à possibilidade de alcançar o desenvolvimento infantil ideal, que se qualifica como o desenvolvimento que ocorre na

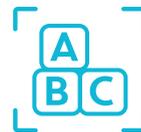
interação com os outros e é reconhecido como um processo multidimensional que envolve aspectos motores, afetivos, cognitivos e sociais.

Trata-se de um processo de ações deliberadas que envolvem a transmissão da cultura, mas também ultrapassa, a escolarização. Para garantir a educação para a primeira infância, devem ser oferecidas experiências de aprendizagem variadas e sistemáticas, equivalentes em qualidade, por meio do sistema formal e de outros tipos de ofertas que incluam a participação das famílias e da comunidade. Para assegurar o direito à educação é necessário fazer valer outros direitos, tais como a saúde e a nutrição, o direito a ser bem tratado e o direito de meninas e meninos não trabalharem.

O maior reconhecimento da importância de uma educação de qualidade nos primeiros anos reflete-se no aumento do número de países que dispõem de políticas e planos integrados para a primeira infância, uma maior institucionalização deste nível educacional e um aumento progressivo da oferta educativa.

Em todos os países, tem havido um aumento significativo na cobertura do grupo de 3 a 6 anos, enquanto a cobertura de crianças menores de 3 anos varia entre 5% e cerca de 15% (OEI, 2016). Existe também uma tendência a iniciar a educação obrigatória aos 4 e 5 anos e, em alguns países, até mesmo aos 3 anos. No entanto, as médias regionais escondem grandes desigualdades entre e dentro dos países. Os meninos e as meninas que mais precisam de acesso à educação na primeira infância para compensar sua situação de desigualdade ou vulnerabilidade são os mais excluídos; crianças que vivem em situação de pobreza, de povos nativos, migrantes ou com necessidades especiais. A qualidade dos programas de educação na primeira infância e da equipe que os oferece também é preocupante em todos os países, especialmente no caso de programas não convencionais, que geralmente são voltados para crianças em situações de maior vulnerabilidade, nas quais são precocemente acentuadas as desigualdades sociais.

De acordo com as características desta etapa vital, existem certos consensos sobre o papel destacado de alguns aspectos para garantir uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva na primeira infância:



- ◆ **A formação de laços de apoio, confiança, respeito e complementaridade com as crianças e as famílias.** Destaca-se a necessidade de estabelecer acordos e entendimentos comuns entre as instituições ou serviços, as crianças e suas famílias.

- ◆ **A centralidade do jogo como principal experiência de aprendizagem na primeira infância,** como conteúdo cultural e como meio de aprender outros conteúdos da cultura.

- ◆ **Ambientes enriquecedores, seguros e protetores que aumentem as possibilidades de desenvolvimento, aprendizagem.** Para que os meninos e as meninas desenvolvam todo e participação o seu potencial, precisam encontrar um contexto material e social enriquecido e adaptado às suas características e necessidades. O ambiente físico deve ser estimulante, com uma variedade de atividades e materiais que favoreçam a observação, a experimentação, a curiosidade, enfrentando diferentes desafios intelectuais e de crescente complexidade. A criação de ambientes sociais e emocionais, ricos em interações, é outra dimensão fundamental para o bem-estar, a sensação de segurança, de autoconfiança e de competência, permitindo aos meninos e meninas envolverem-se e tirarem proveito das experiências de aprendizagem.

O jogo tem um papel primordial na primeira infância. Recapitulando contribuições de diferentes autores, Valiño (2005) explica que o jogo permite aos meninos e meninas:

- ◆ Reforçar a exploração e a construção de conhecimentos (matemáticos, de linguagem, sobre os próprios jogos como conteúdos culturais e sociais).

- ◆ Enriquecer o próprio mundo cultural conhecendo, participando de produções de sua comunidade e outras comunidades.

- ◆ Exercitar funções cognitivas: manter “em mente” as regras e objetivos do jogo, recuperar informações sobre diversos campos de conhecimento ou experiências sociais, estabelecer relações e combinações, pensar sobre as ações, concentrar-se em tarefas, antecipar resultados, aprender a coordenar ações, tomar decisões, resolver problemas e construir estratégias.

- ◆ Negociar com os outros. Chegar a um acordo partilhar avaliações, percepções, emoções sobre si mesmo, os outros e as coisas, manter a atenção conjunta e argumentar posições.

- ◆ Desenvolver um nível de confiança cada vez maior que contribua para a sua autoestima e adquirir uma autonomia progressiva.

A extensão progressiva da oferta educacional com uma escolarização cada vez mais precoce resultou em práticas que garantem um lugar marginal ao jogo. Em consequência, não respeitam as características das aprendizagens próprias desta etapa da vida e, portanto, as experiências educativas de qualidade não podem ser garantidas (Peralta, 2014 e Sarlé, 2006 e 2012).

Além disso, nem todas as crianças têm as mesmas oportunidades de jogar.

Diversos relatórios indicam que as condições de pobreza têm um impacto negativo nas oportunidades para o jogo

em relação à escassez de materiais de jogo, à limitação de espaços em suas casas, à inacessibilidade a parques ou espaços públicos semelhantes, bem como o pouco tempo destinado à vivência dos jogos e brincadeiras como parte da vida familiar que não integram as práticas da criança (Tuñón, 2014)

As crianças que estão em situação de vulnerabilidade econômica e social encontram limitações significativas para exercer seu direito a brincar definido na Convenção sobre os Direitos da Criança. Por um lado, existem as limitações materiais ligadas não apenas à falta de jogos e brinquedos, mas também à falta de espaços físicos seguros e adequados. Por outro lado, as limitações devido à falta de tempo para brincar, uma vez que estas crianças geralmente assumem tarefas para apoiar a sobrevivência da família ou à ausência de situações em que os jogos e brincadeiras sejam partilhados e/ou transmitidos por seus pais e outros adultos de referência. Estas situações afetam diretamente o seu desenvolvimento, já que “o jogo atua através de vários sistemas adaptativos contribuindo para a saúde, o bem-estar e a resiliência. Esses sistemas incluem: o prazer e o desfrute, o controle das emoções, os sistemas de resposta ao stresse, os vínculos afetivos, bem como a aprendizagem e a criatividade” (Lester e Russell, 2011).

A importância de estimular o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças pequenas.

“As habilidades linguísticas permitem que os meninos e as meninas comuniquem uns com os outros — isto é, utilizem a linguagem — para expressar seus sentimentos, contar experiências vividas, perguntar o que elas escutam, veem e se lembram.

Parte II: Educação

As habilidades cognitivas permitem que as crianças desenvolvam o conhecimento, isto é, as representações mentais do mundo físico e social, e utilizem esse conhecimento para compreender o que acontece todos os dias, tentar entender novas situações, refletir sobre eventos que ocorreram, estabelecer relações que possibilitem a solução de problemas. (...) O desenvolvimento das habilidades linguísticas e cognitivas ocorre a partir da interação com outras pessoas que falam com as crianças, brincam com elas e lhes mostram as formas de fazer e de participar nas situações cotidianas” (Borzzone, Silva e Rosemberg, 2006).

Mas, como afirmam Rosemberg, C. e outros investigadores, nos lares onde a leitura e a escrita constituem situações frequentes durante os primeiros seis anos de vida, as crianças participam de muitas horas de experiências de alfabetização que envolvem situações em que os adultos proporcionam às crianças uma variedade de materiais de leitura e escrita, leem textos para elas com frequência, inclusive os ensinam a escrever palavras e, em geral, mantêm diálogos frequentes, fluentes e com uma variedade considerável de conceitos e vocabulário. Estas experiências lhes garantem, assim, diversos conhecimentos sobre a linguagem escrita e oral. Em contraste, muitas crianças não dispõem desse tipo de oportunidades em seus lares: de fato, com seis anos de idade as crianças podem ter um repertório de 6.000 a 14.000 palavras, diferenças que se explicam pelas possibilidades de alfabetização familiar e escolar. No entanto, quando existe a possibilidade de contar com serviços de educação infantil, as oportunidades para as crianças de setores vulneráveis aumentam sensivelmente, desde que as propostas de ensino de qualidade sejam garantidas.

Além disso, mesmo quando aos cinco anos todas as crianças tenham adquirido os elementos básicos do sistema gramatical de sua língua, nem todas falam da mesma forma (porque falam diversos dialetos) e tampouco necessariamente falam a mesma língua, já que na região falam-se línguas indígenas, tais como o guarani, o quéchua, o wichi, o qom. Portanto, é necessária a elaboração e implementação de propostas de alfabetização bilíngues e interculturais.

Respeitar e valorizar a diversidade. Oferecer uma educação de qualidade, sem exclusões, requer o desenvolvimento de marcos curriculares e estratégias pedagógicas pertinentes para a diversidade de meninos, meninas e contextos, sem cair em opções de qualidade excludentes ou desiguais. Todos os meninos e meninas são diferentes em decorrência da sua pertença social e cultural, e também por suas características individuais (físicas, de personalidade, motivações, ritmos, interesses e capacidades), tornando os processos de desenvolvi-

to e aprendizagem únicos e irrepetíveis em cada caso. Muitas dificuldades de aprendizagem e de participação devem-se à falta de adequação do ensino à singularidade de cada criança que está mediada por seu contexto social e cultural de pertença. Os programas devem considerar a equidade de gênero e devem ser culturalmente apropriados, assegurando o aprendizado na língua materna para favorecer a aprendizagem e a construção da identidade. No caso dos meninos e meninas com necessidades educacionais especiais, é essencial realizar a adaptação do currículo e das atividades educacionais e fornecer-lhes o apoio necessário para otimizar seu processo de desenvolvimento e aprendizado.

Relação de colaboração com as famílias. O desenvolvimento de políticas voltadas para o reforço da participação e da educação das famílias, como os primeiros educadores de seus filhos e filhas, é um elemento de especial importância para o bem-estar dos meninos e meninas e para proporcionar uma educação de qualidade. É necessário investir mais em políticas voltadas para as famílias e considerar a variedade de estruturas familiares, desenvolvendo estratégias para garantir a participação de famílias de baixa renda e provenientes de diferentes culturas. O apoio às famílias envolve ações de natureza diferenciada: visitas aos lares para acompanhar as crianças com alto risco ou atraso no seu desenvolvimento; informar sobre os recursos e serviços existentes para qualificar a demanda por educação e atividades de formação para os pais; ou envolver os pais nas atividades das escolas e nos programas.

Linhas de intervenção prioritárias

Propõe-se abordar estas duas áreas de trabalho - as políticas integrais e a educação da primeira infância - mediante cinco linhas de ação prioritárias:

Ações possíveis

1. **Articulação e coordenação com organismos de cooperação, redes e instituições dedicadas à primeira infância** no âmbito dos compromissos assumidos pelos Estados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável² e nas Metas 2030.
2. **Produção, sistematização, análise e disseminação de informação, conhecimento e recursos** sobre a situação educacional e social da primeira infância na Ibero-América, que sirva para a elaboração, desenvolvimento e avaliação de políticas e programas.



3. **Fortalecimento das capacidades políticas e técnicas** de órgãos governamentais, da sociedade civil e de cooperação orientados para a primeira infância por meio de assistência técnica.

4. **Formação** de professores, educadores e outros agentes dedicados ao cuidado, à educação e à proteção das crianças pequenas.

5. **Intervenção** em favor da primeira infância em contextos com características específicas.

1. **Articulação e coordenação** com organismos de cooperação e instituições dedicadas à primeira infância (PI):

- Identificação de organismos de cooperação e conjunto de instituições dedicadas à atenção de diferentes problemáticas relacionadas com a PI no espaço Ibero-Americano.
- Promoção de uma rede interinstitucional destinada ao trabalho sobre a PI que favoreça o intercâmbio e reforce as ações específicas na região.
- Identificação de parceiros estratégicos para o desenvolvimento conjunto de linhas de ação prioritárias no território Ibero-Americano.

2. **Produção, sistematização, análise e disseminação de informação**, conhecimento e recursos sobre a situação educacional e social da primeira infância na Ibero-América:

- Fortalecimento dos sistemas regionais de informação sobre a situação da primeira infância.
- Elaboração de estudos e investigações que promovam a análise da informação disponível e identifiquem áreas prioritárias ligadas aos problemas da primeira infância.
- Desenvolvimento de um conjunto de boas práticas para o uso da informação para melhorar as iniciativas voltadas para a atenção à primeira infância.
- Desenvolvimento de modelos metodológicos e instrumentais suscetíveis de aplicação em contextos reais, incluindo sua implementação, avaliação e disseminação.

3. **Fortalecimento** das capacidades políticas e técnicas:

- Criação da assistência técnica a entidades governamentais nacionais e subnacionais para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de ações destinadas a melhorar a atenção à PI na região.
- Desenvolvimento da assistência técnica a entidades não governamentais, da sociedade civil e de cooperação

para a formulação, implementação e avaliação de ações destinadas a melhorar a atenção à PI na região.

- Promoção da articulação, do acompanhamento e da cooperação horizontal entre as entidades governamentais e não governamentais voltadas para a atenção à PI na região.
- Organização de atividades de intercâmbio por meio de fóruns temáticos, atividades presenciais e virtuais que promovam a articulação de diferentes iniciativas e organismos na região.
- Geração de um conjunto de boas práticas no campo das experiências e dos recursos para a melhoria da primeira infância.
- Estágios e intercâmbios entre os responsáveis pelas políticas dos países.

4. **Formação** de professores, educadores e outros agentes dedicados ao cuidado, à educação e à proteção das crianças pequenas:

- Elaboração e implementação de programas presenciais e virtuais para promover a formação de professores, educadores e outros agentes envolvidos na atenção à primeira infância.
- Formulação e produção de materiais e recursos didáticos destinados ao aprimoramento dos programas de formação de professores, educadores e outros agentes envolvidos na atenção à primeira infância.
- Suporte ou implementação de experiências demonstrativas de boas práticas que possam ter valor exemplar ou serem facilmente reproduzidas em larga escala com maior abrangência.

5. **Intervenções** em favor da primeira infância em contextos com características específicas:

- Identificação, sistematização e divulgação de projetos e experiências bem-sucedidas em favor da primeira infância, que sejam desenvolvidos em contextos rurais ou com populações e línguas nativas.
- Apoio à formulação e monitoramento de programas e projetos promovidos por entidades governamentais, da sociedade civil ou de cooperação em favor da primeira infância em contextos específicos.
- Elaboração e desenvolvimento de programas de formação, metodológicos e de recursos didáticos para ações da primeira infância em contextos com características específicas.

Competências e habilidades para o século XXI na Ibero-América

Uma proposta a favor de uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva e com oportunidades de aprendizagem para todos ao longo da vida

A educação encontra-se hoje em uma encruzilhada causada pela transição para uma era global, pós-nacional, pós-industrial, líquida, incerta, neomoderna, uma crise que chega a atingir a própria educação e questionar seus fins e meios. Vivemos em uma época em que a educação é mais importante do que nunca, no entanto, não se trata mais de uma garantia como outrora (Fernández Enguita, 2016).

A educação sempre teve dois propósitos: a transmissão de conhecimento, usos e costumes do passado e a preparação de crianças e jovens para o futuro. Neste momento, o papel da escola tornou-se especialmente complexo, uma vez que ela deve preparar os alunos para um futuro incerto, globalizado e em transição. Em suma, a escola tem que preparar os alunos para o futuro deles e não para o nosso passado (OCDE - Fundação SM, 2018). A digitalização nos conectou oferecendo grandes oportunidades para o desenvolvimento individual e coletivo; porém, essa mesma circunstância fez com que o nosso mundo se tornasse mais complexo e incerto, particularmente no que tange aos postos de trabalho em que as tarefas rotineiras ou não rotineiras, cognitivas ou não, estão a determinar a continuidade ou desaparecimento de uma ou de outras.

Uma vez enfrentados os desafios quantitativos mais urgentes de escolarização na Ibero-América, é preciso ampliar e qualificar a oferta educacional.

É neste momento em que o enfoque sociopolítico e técnico a ser dado a projetos e ações assume uma

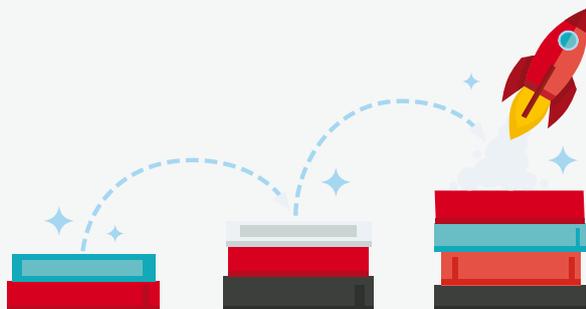
particular importância, incluindo a base teórica e histórica subjacente a eles, tanto do ponto de vista da qualidade como da ética e do compromisso, ou da eficácia dos sistemas para compensar as desigualdades. Nesta ordem de ideias, deve ter-se em conta as dificuldades e diversidade existentes em cada caso, com base no princípio de autonomia e corresponsabilidade que devem prevalecer nestes processos tão incertos e complexos como motivadores e decisivos.

Melhorar a educação para o século XXI

Para a Ibero-América, a qualidade da educação indica, acima de tudo, a diferença entre a estagnação e o desenvolvimento (Lagos, R. e Zedillo, E., 2016).

Isso significa colocar o foco nas pessoas como receptoras do serviço e oferta educacional, nas pessoas como agentes que justificam e favorecem as políticas, ações e recursos que devem ser aplicados e nos processos que os tornarão possíveis. Assim, são frequentemente mencionados como fatores de qualidade para o século XXI aspectos como:

- ◆ A pertinência pessoal e social em relação às necessidades e interesses. O que se necessita aprender.
- ◆ O envolvimento coletivo nas propostas e desenvolvimento das ações, uma abordagem de comunidades de aprendizagem nas quais cada entidade social contribui com sua visão e seus recursos pessoais, intelectuais e econômicos.
- ◆ As propostas colaborativas de ação, promovidas pelas próprias instituições em que o serviço educacional é prestado e pelos responsáveis que devem fornecer as condições adequadas para produzi-las nas melhores condições possíveis. Essa abordagem é a que melhor justifica a necessidade do trabalho em equipe e do intercâmbio de conhecimentos, estratégias e ações em torno de situações de aprendizagem específicas, o que permite que as situações sejam resolvidas de forma eficiente e diferenciada.



◆ O desenvolvimento profissional do professor é fundamental nos processos de melhorias que são considerados pertinentes e sustentáveis. Este princípio é aplicado não apenas aos professores em sala de aula, mas também ao corpo administrativo, supervisores e administradores da educação em geral e, em última instância, a todos aqueles que têm algum grau de responsabilidade no sistema. O nível de otimização dos recursos pessoais, vinculado à satisfação no desempenho de suas funções, são fatores determinantes no rendimento acadêmico e nos índices individuais e coletivos de satisfação. Aqui entram elementos, tais como a força ética e profissional dos atores da educação, ou a estima e autoestima profissional, como os professores e o corpo administrativo se veem a si próprios e como são vistos sob o ponto de vista dos diferentes contextos e setores sociais e da educação. Incentivos para os bons profissionais.

◆ A liderança exercida nas instituições de ensino é outro elemento-chave. Falamos de uma liderança proativa, responsável, compartilhada e profissional, aproveitando as competências da equipe de profissionais de cada instituição, além de técnicos, em sua articulação com os aspectos administrativos e gerenciais, capazes de planejar estratégias, propor ações e produzir resultados; dotado de competências pedagógicas que o tornem capaz de apoiar a prática educativa. Uma liderança que seja sustentável ao longo do tempo e em contexto para que, em última análise, possa tornar-se uma liderança transformadora, capaz de gerar espaços colaborativos de ação e estratégias oportunas.

◆ O reforço da autonomia das organizações educacionais, constituídas nos verdadeiros motores das reformas educacionais e da qualidade nos sistemas. Assim, as instituições educacionais são os locais-chave para o aprimoramento dos sistemas.

◆ Um currículo adequado, atualizado, aberto e flexível, juntamente com as metodologias ativas nos contextos da aprendizagem ativa e motivadora, com o protagonismo do aluno e dos processos de ensino e aprendizagem. Observar e promover a pluralidade metodológica.

◆ A provisão de espaços, equipamentos e recursos didáticos apropriados em relação ao desenvolvimento da atividade educativa. Oferta adequada das

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos processos pedagógicos da instituição de ensino e da sala de aula.

◆ A criação de um sistema de comunicação e de redes entre instituições e profissionais que possibilite a troca de informações e experiências. Compartilhar boas práticas pedagógicas e de gestão.

Competências e habilidades

A importância reside na finalidade e não nos próprios termos, no que eles implicam, nos seus princípios ou no que eles transferem em termos de aplicação nos sistemas educacionais, nos seus aspectos pedagógicos, metodológicos, didáticos e inclusive organizacionais e de gestão. Devemos estar cientes de que essas são novas abordagens que, entre outras vantagens, permitem determinar ações políticas, estratégicas e de ação com o valor agregado de poderem ser avaliadas e comparadas internacionalmente. Isso favorece o apoio e o aprimoramento dos processos e dos resultados com base nas evidências.

Corvalán, Tardiff e Moreno (2014) destacam a natureza integradora da abordagem de competências. Os autores apontam que “as competências se caracterizam pela sua natureza integradora, combinada, sempre em desenvolvimento, contextualizada e evolutiva, no sentido de integrar novos recursos e enfrentar novas situações” (pág.75). Ou seja, a integração dinâmica destas competências é uma característica essencial do modelo, principalmente quando um estudante ou profissional enfrenta situações novas dependendo do contexto.

Por sua vez, Perrenaud (2007) descreve o termo como a “capacidade de mobilizar vários recursos cognitivos para lidar com um tipo de situação” (pág.8). Este autor destaca quatro aspectos que fundamentam as competências:

◆ As competências não se constituem em si mesmas em conhecimentos, habilidades ou atitudes embora mobilizem, integrem e orquestram esses recursos.

◆ Essa mobilização só é importante dependendo da situação, e cada situação é única, embora possa ser tratada por analogia com outras já conhecidas.

Parte II: Educação

- ◆ A realização da competência passa por operações mentais complexas, assentadas em esquemas de pensamento.
- ◆ As competências profissionais se desenvolvem mediante processos de formação, mas também dependem da evolução diária do praticante e de uma situação de trabalho para outra.

O termo competências abrange a educação formal e informal de um indivíduo; além disso, como descrito por Corvalán (2014), elas são integradoras e estão em constante desenvolvimento. Segundo Perrenoud (2007), as competências são complexas de determinar porque devem ser contextualizadas de acordo com o conteúdo disciplinar.

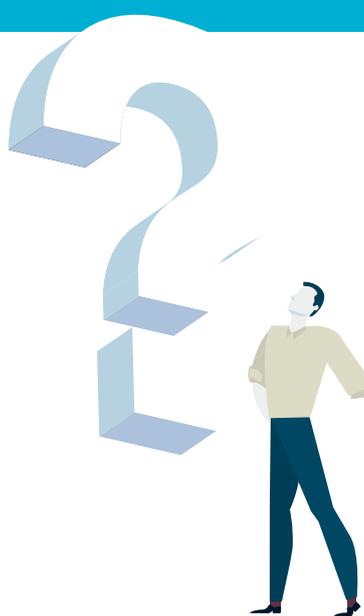
No tocante ao conceito de “habilidade”, é evidente a sua relação com outros termos como a própria competência. Portanto, este conceito não deve ser tomado como algo dicotômico e muito menos contraposto; o apoio mútuo tanto na própria epistemologia quanto na aplicação a diferentes ações, além de óbvio, é absolutamente indispensável.

A título de introdução/justificação, vamos referir-nos, por exemplo, às habilidades de pensamento. A teoria de Bloom (1990), uma das mais aplicadas na área da educação, desenvolve uma sequência de objetivos de aprendizagem da área cognitiva variando desde um pensamento inferior a um superior: conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação. Estas taxonomias capturam tipos de atividade cognitiva e acabam sendo o ponto de partida para ensinar a desenvolver o pensamento, do simples ao complexo.

Para Allueva (2007), “pensar implica trabalhar um conjunto de destrezas ou habilidades cognitivas para gerenciar os conhecimentos com base nas aptidões e interesses pessoais” (pág. 136). Além disso, o autor propõe três elementos de pensamento para aprender a ensinar:

- ◆ A metacognição é conhecimento, reflexão e regulação, e envolve um autoconhecimento da tarefa e da estratégia.
- ◆ O pensamento convergente é vertical, analítico e lógico.
- ◆ O pensamento divergente é imaginativo e criativo, fornecendo novas ideias para uma maior eficácia.

Por um lado, Beas J., Cruz, S., Thomsen, P. e Utreras, S. (2001) descrevem que um pensamento de boa qualidade deve ter três aspectos essenciais: ser crítico, criativo e metacognitivo, características semelhantes



às mencionadas pelo autor acima referido, que reflete a importância de ensinar estas habilidades aos alunos, embora estas características não sejam fáceis de promover e praticar rotineiramente dentro da sala de aula.

Beas et al., (2001) destacam em seu modelo integrado as habilidades de aprofundamento e extensão do conhecimento, tais como: a comparação, a indução, a análise da fiabilidade de uma fonte de informação, a elaboração de fundamentos, a abstração e a análise de perspectivas, as quais podem ser trabalhadas desde o ensino primário até o universitário.

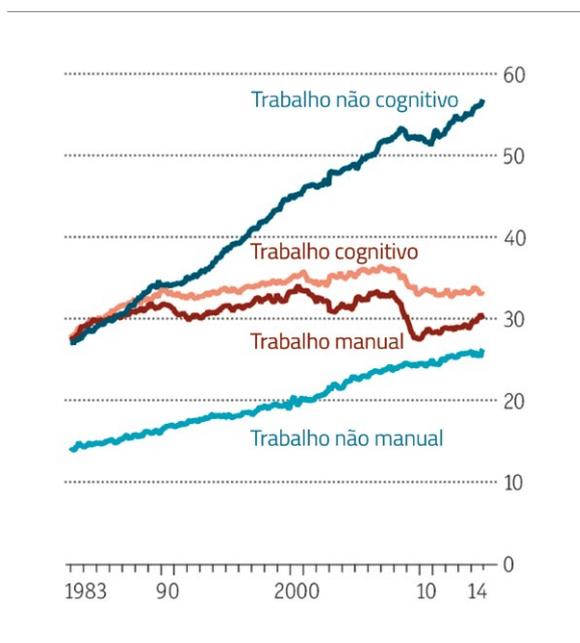
Além disso, Elliot (1993) descreve que as habilidades não são aspectos isolados e independentes, mas estão vinculadas a uma estrutura. Isto é, trata-se de uma estrutura de habilidades, das mais simples às mais complexas.

O desenvolvimento de habilidades nos estudantes tem tido interpretações diferentes nos últimos anos. Assim, R. Sternberg descreve a inteligência bem-sucedida como aquela que é analítica, criativa e prática. H. Gardner fala das cinco mentes de futuro: mentes disciplinadas, sintéticas, criativas, respeitadas e éticas; e, finalmente, T. Wagner salienta destrezas fundamentais, tais como o pensamento crítico, a resolução de problemas, a colaboração em rede, a agilidade mental, o empreendedorismo, a curiosidade e a imaginação. Devemos enfatizar que todas essas abordagens concordam sobre a importância de dotar os nossos meninos, meninas e jovens de um conjunto de competências que lhes permita enfrentar um futuro incerto e em transição com segurança, capacidade, adaptação, confiança e resiliência.

Aqueles que disponham de competências e habilidades adequadas irão viver o futuro de forma agradável e rentável; aqueles que tenham uma qualificação insuficiente poderão deparar-se com situações laborais inseguras e precárias. A missão da escola hoje é garantir que ninguém seja deixado para trás e que todos tenham a alegria de aprender e o prazer de utilizar o que foi aprendido em todos os aspectos da vida (Fullan, Hill e Crévola, 2006).



Gráfico 6. Emprego nos Estados Unidos pelo tipo de trabalho



Fonte: The Economist (2016)

Faz sentido planificar a transição das “competências” para as “habilidades”?

A habilidade encontra-se dentro da classificação das competências, é muito mais específica, e pode ser trabalhada em processos educativos; porém, a competência é ampla e, do ponto de vista de vários autores, inclui conhecimentos, habilidades, destrezas e atitudes; no entanto, existem vários autores que combinam cada uma delas (Perrenaud, 2007). Portanto, a partir das referências teóricas, existem definições e classificações variadas.

O que é preciso ter presente é que a habilidade se desenvolve num contexto específico, e não é gerada apenas a partir do âmbito formal, mas também do informal, devido à influência das motivações e das experiências no comportamento dos alunos, desde a infância. Para dar um exemplo, as habilidades de leitura e escrita, desenvolvidas na escola e no ensino universitário, acabam tornando-se uma tarefa que a família promove antes que as crianças ingressem na educação formal, sendo um grande preditor de sucesso na aprendizagem (Borrero, 2008).

Passar de competências para habilidades é focalizar a capacidade de pensamento nas pessoas, a fim de desenvolver uma ação, atividade ou tarefa específica de maneira fácil e natural. Neste caso, diferentes tipos de habilidades também podem ser geradas, tais como:

cognitivas, metacognitivas, manuais, de atitude, etc. Tendo em conta que promovê-las não é uma tarefa fácil, seria uma grande vantagem ensinar as habilidades que são mais complexas pois, com o tempo, será possível alcançar a competência de maneira integral.

Outro fundamento é que a formação de habilidades que estejam explícitas no programa curricular facilita a realização e implementação pelo professor. Por outro lado, o desenvolvimento de competências é complexo, uma vez que a integração dificulta o seu desenvolvimento e implementação na prática dos professores. Prova disso é a aplicação de medições internacionais, como o Relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que mede as habilidades em matemática, ciências e leitura, em especial, porque busca identificar em âmbito nacional os resultados nessas áreas de conhecimento, a fim de gerar e melhorar as políticas educacionais na esfera continental.

Por outro lado, atualmente existem programas específicos para o desenvolvimento de diferentes habilidades, o que produz um aprendizado sistemático e um maior exercício destas habilidades que, por sua vez, ajudam a trabalhar uma determinada habilidade, tornando a sua internalização mais efetiva.

Uma visão prospectiva indica-nos a possível evolução das competências cognitivas e manuais, repetitivas e não repetitivas requeridas nestes momentos e sua evolução futura. Trata-se de uma visão muito útil para guiar a ação de nossos sistemas educacionais.



Parte II: Educação

Novas referências para a melhoria na educação

De acordo com uma nova abordagem baseada no desenvolvimento de competências e aquisição de habilidades, podemos resumir os marcos básicos neste processo de transição e melhoria nos seguintes pontos:

- ◆ Aprender fazendo: evitar que os alunos fiquem entediados e os professores se frustrem..
- ◆ Promover as novas competências que possibilitem a formação de bons cidadãos e o desenvolvimento do talento dos alunos para que eles tenham mais e melhores oportunidades em suas vidas.
- ◆ Aprender a pensar em um mundo global, intercultural e em transição.
- ◆ Conhecer e valorizar os recursos tecnológicos: de usuários de tecnologia a criadores de tecnologia.
- ◆ As competências científicas, tecnológicas, matemáticas e artísticas (STEAM na sua sigla em inglês) devem estar no centro das propostas de ações e respostas educativas.
- ◆ Trabalhar em equipe, sempre juntos e de forma colaborativa.
- ◆ Gerar situações para a aprendizagem por meio de projetos que exijam que os alunos enfrentem problemas, resolvam demandas e apliquem o que foi aprendido nesses processos.
- ◆ Fomentar situações de aprendizagem em rede, o que implica a abertura da escola a outras escolas, às famílias e à comunidade como um todo.

Diante dos novos desafios, a União Europeia e a UNESCO, por sua vez, adotaram um marco de referência que define quais as competências-chave que todas as pessoas precisam para sua realização e desenvolvimento pessoal, bem como para uma cidadania ativa, a inclusão social e o emprego. Trata-se de um marco de atuação que serve de base para a definição e a formulação de propostas de ação no âmbito Ibero-americano.

As competências referidas são as seguintes:

Comunicação na língua materna

Comunicação em línguas estrangeiras

Competência matemática e competências básicas em ciências e tecnologia

Competências digitais

Aprender a aprender

Competências sociais e cívicas

Espírito de iniciativa e espírito empresarial

Sensibilidade e expressão culturais

A OEI considera a comunicação em língua materna tanto a que se realiza nos dois idiomas oficiais de nossos países como nas línguas originárias de cada comunidade: sendo todas objeto de proteção, apoio e promoção. Além disso as duas línguas (espanhol e português) são as que mais se projetam como línguas globais para o século XXI. A língua de sinais deve ser considerada como uma competência básica referente a um público específico.

Esta é uma estratégia que a OEI vem desenvolvendo em diferentes países e que continuará a ser concretizada ao nível local e sub-regional, como acontecerá com o projeto de escola de fronteira que é apresentado abaixo” por “escolas de fronteiras que será apresentado a seguir.





Programa de ação da OEI

A OEI irá impulsionar um programa orientado para o desenvolvimento, definição e fortalecimento das competências e habilidades para o século XXI que se concretizará nas três linhas de trabalho a seguir:

Fortalecimento da capacidade docente

Uma educação de qualidade é aquela que prepara os alunos para a vida, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias que lhes permitam tornarem-se sujeitos ativos, socialmente adaptados, produtivos e felizes.

Desta forma, educar na sociedade de hoje, na chamada sociedade do conhecimento, significa formar pessoas com habilidades e estratégias suficientes para continuar aprendendo ao longo de toda a vida. Essa mudança conceitual implica aceitar que o processo educativo deixa de ser uma transmissão dos saberes declarativos, consolidando-se como uma construção permanente do conhecimento, por meio da apropriação de competências e habilidades que permita a aprendizagem autônoma e autorregulada do aluno.

Conseguir que os alunos aprendam a tomar decisões, resolvam situações problemáticas e sejam capazes de administrar seus próprios aprendizados coloca, inevitavelmente, o professor no centro do processo educativo. O desenvolvimento dessas novas destrezas requer professores motivados e formados, capazes de mediar nesse processo de construção e apropriação que os alunos devem realizar.

Neste sentido, a proposta visa fortalecer o papel do professor, na medida em que, se os alunos não estiverem em suas salas de aula com professores capazes de gerar maiores oportunidades de aprendizagem, não haverá melhoria genuína na qualidade da educação. Para isso, **será lançada uma oferta de formação especializada, cujo objetivo é aumentar as capacidades do corpo docente nas diferentes competências a desenvolver nos alunos.** Neste caso, a certificação dos cursos deverá ser concedida por universidades de diferentes países Ibero-americanos.

Análise e gestão do conhecimento sobre as habilidades e competências do século XXI na Ibero-América

Baseia-se na constatação de que, no momento, não

há consenso sobre como implementar o conjunto de habilidades e competências definidas, nem mesmo existem informações sistematizadas sobre as práticas desenvolvidas nos países a esse respeito.

Nesse sentido, propõe-se desenvolver um **estudo regional para saber como os países definem essas habilidades, e obter informações sobre as diretrizes e regras que regulam seu ensino e avaliação.** As conclusões deste estudo também irão proporcionar orientações aos formuladores de políticas, investigadores e educadores para a elaboração de medidas e propostas de ação.

Competências digitais

Com um corpo docente competente e com as condições adequadas, o uso da tecnologia na educação permite a criação de ambientes de ensino e aprendizagem que facilitem o desenvolvimento das competências que os alunos precisam atualmente para desenvolverem-se na sociedade. A tecnologia pode ser uma ferramenta privilegiada para promover mudanças pedagógicas, na medida em que pode favorecer alguns fatores cruciais, tais como:

1. Promover o aprendizado ativo, interativo e cooperativo
2. Oferecer uma maior personalização da aprendizagem
3. Reformar o currículo com uma abordagem de competência
4. Avaliar a aprendizagem de maneira consistente com os objetivos
5. Adotar uma abordagem sistêmica para a gestão da mudança pedagógica
6. Desenvolver uma liderança pedagógica potente
7. Apoiar os professores

Para avançar no desenvolvimento das competências digitais, propõe-se uma estratégia em dupla direção. Por um lado, a realização de **um seminário Ibero-americano que seja complementado por espaços de debate on-line disponibilizados por atores governamentais, a sociedade civil e o mundo acadêmico.** Seu objetivo é criar um espaço de reflexão para identificar e compartilhar conhecimentos e experiências. Por outro lado, há uma proposta orientada para a **identificação e o intercâmbio de experiências e boas práticas para o desenvolvimento de competências digitais.**

Para ambas as iniciativas, existirá o apoio e a aliança de atores públicos e privados.

Governança da educação

A noção de governança admite várias definições. No entanto, existe um consenso sobre os fatores que não podem ser deixados de lado. Hyden, Court e Mease (2004) definem a governança como o modo de gerenciar as regras do jogo político nas instituições, incluindo as regras formais e não formais; em particular, considera-se o desempenho das instituições públicas, assim como a atuação de organizações privadas cujos objetivos incluem contribuir para o interesse comum (Hyden, 1992).

Essa definição geral é perfeitamente aplicável tanto aos sistemas educacionais quanto às próprias escolas. A melhoria da governança de sistemas e escolas na Ibero-América é um compromisso a favor da qualidade de sua educação, um compromisso que requer três linhas de trabalho: metas claras, uma liderança determinada em favor dessas metas para transformá-las em realidade e uma ampla participação social que assegure que esses esforços tenham continuidade e sejam sustentáveis. O Programa-Orçamento 2019-2020, apresentado pela OEI, tem metas claras e uma estratégia de governança que, sem dúvida, contribuirá para sua realização por meio dos outros dois eixos de trabalho citados acima.

O Programa para a **Melhoria da Governança da Educação na Ibero-América**, proposto pela OEI durante o biênio 2019-2020, está estruturado em três níveis de intervenção (ver Figura 3).

Governança, qualidade e equidade na educação

A definição destes elementos é crucial para alcançar uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva, tanto mediante a sua implementação adequada como, especialmente, por meio da formação dos recursos humanos que esta estratégia requer. Portanto, é essencial apresentar uma definição operacional.

Trata-se de uma iniciativa que faz parte da estratégia geral da OEI, que liga o Programa Metas 2021 com a Agenda Global para o Desenvolvimento 2030, especificamente o Objetivo 4, inteiramente dedicado à educação. Ele prescreve a garantia de uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, bem como a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

A atualização e melhoria da governança é uma emergência que ocorre em um contexto de transição, não apenas por ter a referência da Agenda 2030, mas também pelos efeitos da universalização da educação, que transfere as prioridades para a área da qualidade e não tanto da quantidade. Por outro lado, a nova consideração da educação como bem público: um conceito antigo e indispensável que sempre se baseou no princípio de que os poderes públicos garantiam o direito à educação, seja por meio de seu financiamento e provisão direta ou de entidades delegadas para esse fim.

Figura 3. Melhoria da Governança da Educação na Ibero-América



Fonte: Elaboração própria



Os Estados ainda são os últimos responsáveis por garantir o direito à educação, embora em muitos casos não sejam mais os únicos provedores deste serviço. Esses processos de abertura e participação de outros agentes no setor educacional permitem ampliar a cobertura educacional e, ao mesmo tempo, diversificar a oferta. Porém, isto não deve ser entendido como uma diminuição do papel das administrações públicas, mas apenas uma mudança de papel. Elas continuam a garantir o acesso de todos à educação e também devem assegurar que esta seja uma educação de qualidade, independentemente do centro educacional escolhido por cada família. Por isso, nos últimos anos, elas têm dado atenção especial a temas como a governança e o fortalecimento das instituições de ensino, por meio de ações de treinamento, assistência técnica, geração de conhecimento ou intercâmbio de experiências, entre outras.

Governança e inovação na educação

A partir do campo da cooperação educacional e, dada a natureza polissêmica do conceito de inovação, propõe-se vincular este conceito a um processo de transformação e aprimoramento do ciclo de gestão das políticas públicas. Trata-se de acompanhar as etapas que caracterizam este ciclo, incorporando critérios, tais como a delimitação do contexto, a abordagem sistêmica e participativa, a formulação coletiva das propostas, a orientação para a demanda e a melhoria, a incorporação de experiências demonstrativas, bem como a articulação de diferentes níveis e agentes.

Para tanto, a OEI pretende desenvolver estratégias de monitoramento do ciclo da política pública, incluindo elementos de diagnóstico, formulação de propostas que integrem ações de formação, fortalecimento de capacidades e intercâmbio de experiências, acompanhamento e monitoramento das ações empreendidas e a avaliação de todo o processo.

Governança e participação

Do ponto de vista acadêmico, diversos estudos e análises, principalmente aqueles que o professor Eric Hanushek, da Universidade de Stanford, tem publicado

desde os anos noventa, demonstram que a autonomia escolar promove uma melhora nos resultados dos alunos, especialmente se for acompanhada por uma prestação de contas

O debate na região gira em torno dos seguintes eixos:

◆ **Descentralização dos níveis de governo e autonomia escolar.** Esta é a política mais recorrente, que também tem um enorme sentido na região, pois com exceção do México, Brasil, Argentina, Espanha e Portugal, todos os outros países são centralizados e apenas descentralizaram a designação de autoridades regionais e algumas tarefas de gestão. Ambos os sistemas coexistem na região.

- ◆ Tem sido mais fácil na região descentralizar funções do que descentralizar o poder, o que incluiria gestões orçamentárias.
- ◆ As descentralizações e desconcentrações mais radicais estão atualmente sujeitas a revisão crítica, tanto por causa dos desequilíbrios territoriais que geram ou perpetuam, quanto pela perda de objetividade de gestão que resulta do efeito de proximidade.
- ◆ As condições territoriais têm sido determinantes no sucesso e fracasso dos modelos mais extremos de autonomia escolar. Os exemplos emblemáticos ocorreram na América Central.
- ◆ A autonomia escolar requer algumas condições legais (reconhecimento da autonomia orçamentária para as escolas), de gestão (melhorias na seleção e treinamento dos diretores de instituições de ensino) e de mudanças culturais.

◆ **Participação em instâncias colegiadas e participação consultiva.** As tendências progressistas viram na participação um espaço para a democratização da vida escolar. Em certa medida foi assim, mas na maioria dos países tornou-se uma questão puramente administrativa: Conselhos que não decidem muito ou planos estratégicos que não implicam compromissos e que dificilmente para eles contribuem. Em resumo, a solução é “traduzir” estes instrumentos de gestão geral em adaptações úteis para as escolas.

Parte II: Educação

◆ **Além disso, a aspiração dos tipos de participação deve ser considerada com cuidado.** Portanto, a questão hoje é quem toma as decisões sobre o que é ensinado. Tornar a participação transparente dentro da escola, dentro do sistema e em relação à sociedade é fundamental. A participação requer uma mudança de enfoque para qual os compromissos implícitos e as consequências não são alheios.

◆ **Educação para a função social e educação para as competências curriculares.** Os testes padronizados ajudam a criar uma cultura de avaliação, bem como a prestação de contas, que, como vimos, é um complemento necessário para a autonomia escolar. No entanto, seu potencial efeito benéfico pode ser diminuído se as escolas dedicarem muito tempo e esforço para preparar os alunos para esses testes e se, por exemplo, se focarem especialmente nas áreas curriculares que estão sujeitas à avaliação — geralmente leitura, matemática e ciências. Por outro lado, e isto é algo que as escolas não podem perder de vista, a educação envolve muito mais do que a aquisição de competências cognitivas. A educação vem exercendo tradicionalmente uma função social clara. Para que isso prossiga, é imprescindível que sejam ensinadas na escola outras competências mais diretamente relacionadas com os valores democráticos e os direitos e obrigações que assistem aos cidadãos em um Estado de direito.

Liderança escolar e qualidade da educação

A liderança escolar parte da consideração de que os resultados obtidos pelas escolas não dependem tanto dos seus recursos disponíveis, mas de como são utilizados (Purkey e Smith, 1983). Consequentemente, o funcionamento das escolas não deve corresponder a burocracias, mas ao resultado de relações sociais complexas em que os avanços são realizados mediante processos de diálogo, negociação, compromissos e acordos.

Entre as características das escolas eficazes estão as de liderança (Cuenca, R., Pont, B., 2016):

- ◆ Liderança profissional: intencional, participativa e profissionalizada.
- ◆ Altas expectativas: compartilhadas por todos, comunicadas e que representem um desafio intelectual.
- ◆ Visão e objetivos compartilhados: objetivos comuns, práticas consistentes em um ambiente colaborativo.

◆ Organização da aprendizagem: desenvolvimento profissional baseado nas necessidades da escola.

◆ Ambiente de aprendizagem: uma atmosfera em ordem e um ambiente de trabalho atraente.

Na Ibero-América, foi demonstrado que a qualidade e a gestão de recursos estão intimamente relacionadas com o desempenho dos estudantes (Murillo, 2007).

Evidências mostram que a aprendizagem pode ser o fator que mais contribui para a qualidade da educação, depois dos professores e que, no entanto, tem recebido pouca atenção.

Capacitação de administradores, supervisores e diretores

A formação é uma ferramenta paradigmática para melhorar a governança da educação. Seria impensável implementar uma estratégia para melhorar a liderança escolar sem lançar um programa de capacitação para três agentes-chave: o corpo administrativo, os supervisores e os diretores.

Tradicionalmente, trata-se de perfis com um peso específico menor nas propostas de formação impulsionadas pelas administrações públicas. Atualmente, reconhece-se sua importância central — segundo fator de relevância, após a figura do professor — para a melhoria da qualidade educacional, ao mesmo tempo em que se verifica a necessidade de desenvolver estratégias específicas de formação. Como linhas de trabalho, sugere-se o seu desenvolvimento em torno dos seguintes eixos:

- ◆ Liderança focada no apoio, avaliação e desenvolvimento da qualidade do professor.
- ◆ Liderança focada no estabelecimento de objetivos e no desenvolvimento de sistemas inteligentes de avaliação.





- ◆ Gestão estratégica de recursos humanos e financeiros.
- ◆ Colaboração com o entorno, com outras entidades públicas e privadas e com outras escolas.

Projetos para desenvolver o programa de melhoria da governança da educação

Escola Ibero-americana de Governança Educacional

Será articulada como resultado de uma aliança com bancos multilaterais de desenvolvimento, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) ou o Banco Mundial (BM), universidades e outras entidades de cooperação.

Seu objetivo será a implementação de uma estratégia de ação com dupla dimensão. Em primeiro lugar, o desenvolvimento de uma oferta de formação de cursos de pós-graduação e mestrado, cuja finalidade seja a capacitação de administradores, supervisores e diretores.

A certificação dos cursos deve ser sempre concedida por duas universidades de diferentes países Ibero-americanos. Os cursos serão ministrados na modalidade semipresencial com a realização de estágios em governos nacionais ou regionais da Ibero-América, na OEI ou em outras organizações de cooperação.

Em segundo lugar, a promoção de uma proposta voltada para o intercâmbio de experiências e boas práticas. Existe como pano de fundo, por um lado, o trabalho de cooperação técnica realizado pela OEI em conjunto com a instituição financeira (identificação e intercâmbio de experiências demonstrativas no desenvolvimento de professores) e, por outro lado, a elaboração de um instrumento de identificação de boas práticas em matéria de liderança diretiva no âmbito das administrações públicas. Este instrumento conta com o desenvolvimento e a fundamentação de uma matriz de critérios de seleção, bem como um conjunto de dimensões e indicadores que podem ser utilizados para a tomada de decisões em termos de liderança diretiva.

Câtedra de investigação sobre economia e educação

Em parceria com entidades financeiras e acadêmicas, será criada uma câtedra de investigação para estudar as relações existentes entre governança, economia e liderança, gestão, participação e inovação e melhoria da educação.

A OEI será a titular da câtedra que terá um conselho consultivo, composto por representantes das entidades

colaboradoras e reconhecidos especialistas e investigadores.

Dada a demonstrada experiência da OEI em iniciativas de mobilidade acadêmica, e de acordo com os objetivos desta câtedra de investigação, propõe-se o desenvolvimento de um programa específico de mobilidade neste campo. Importa ressaltar que a cooperação Ibero-americana por meio de iniciativas de mobilidade visa não apenas melhorar o desempenho do indivíduo, mas também o fortalecimento institucional, a criação de redes de conhecimento e de intercâmbio de experiências, bem como fomentar processos de integração entre os países Ibero-americanos.

Essa iniciativa também faz parte do firme compromisso da OEI de promover pesquisas na região, especialmente nas áreas mais diretamente relacionadas com os objetivos e propósitos da OEI, conforme detalhado no capítulo sobre o ensino superior.

Fórum Ibero-americano sobre educação e sociedade

Está estruturado em torno de diferentes iniciativas e atividades que, coordenadas pela OEI, promovem debates e ações em torno de tópicos como:

- ◆ Sociedade civil e educação
- ◆ Empresários para a educação
- ◆ Sociedade digital e educação

As atividades do fórum podem estar descentralizadas em diferentes países e adotar diferentes modalidades: congressos, oficinas, publicações, etc. Do mesmo modo, e com o propósito de consolidar iniciativas e propostas derivadas destes espaços de conhecimento e intercâmbio, propõe-se a criação de redes estáveis de cooperação em torno dos tópicos acima mencionados.



Programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania

Contexto político e jurídico dos direitos humanos, da democracia e da cidadania

Os direitos humanos foram consolidados como um marco normativo adotado por uma grande parte dos países do mundo. No entanto, mais do que um regulamento em si, eles são constituídos como os princípios básicos da vida em sociedade e a construção da paz. Ao mesmo tempo, eles proporcionam diretrizes mínimas que conduzem a uma boa vida e ao reconhecimento da dignidade humana.

Após a Conferência Fundacional de São Francisco, na qual também foi criada a Comissão de Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) como “ideal comum pelo qual todos os povos e nações devem esforçar-se”. Nesta conferência, oito países se abstiveram (no caso dos Estados socialistas no momento, Arábia Saudita e África do Sul), sem registros de voto contra³.

Importa ressaltar que, em âmbito regional, existem iniciativas sobre os Direitos Humanos e a Democracia que foram abordadas em diferentes Cúpulas Regionais, tais como a Cúpula das Américas; a Primeira Cúpula Ibero-americana de Direitos Humanos, Migrantes e Tráfico de Pessoas em Bogotá, em maio de 2015⁴; a Segunda Cúpula Ibero-americana de Migração e Direitos Humanos, baseada no conceito de Cidade Sustentável, realizada na Cidade do México em 2017 (CNDH, 2017); a XXV Cúpula Ibero-americana de 2016 que priorizou o tema de Direitos Humanos e Empresa⁵, entre outros; e a Cúpula Regional Latino-Americana de Jovens pelos Direitos Humanos realizada em Puebla neste ano⁶, entre outros cenários regionais que abordam a temática em cada uma de suas reuniões e, posteriormente, buscam criar estratégias e alianças para avançar no tema.

Da mesma forma, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) reafirmou, de forma reiterada, o papel dos direitos humanos nas agendas

nacionais e regionais, especialmente ao enfatizar as questões de migração, meio-ambiente, governança, empresa e acordos internacionais⁷.

Dentro dos esforços internacionais para a defesa, promoção e proteção dos direitos humanos foi promovida a supracitada Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que estabeleceu um precedente em termos de igualdade e reconhecimento do respeito e da dignidade humana sem lugar a discriminação. Cabe destacar que é a primeira vez na história que é emitida uma lista de direitos humanos fundamentais que se aplicariam a todas as pessoas, reivindicando apenas sua qualidade de ser humano.

Além disso, deve-se ressaltar que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como agenda internacional até 2030, apontam, por sua vez, para a consolidação de sociedades capazes de garantir a proteção dos direitos humanos de forma integral, reivindicando o campo profissional, econômico, de gênero, étnico, a segurança alimentar e a proteção do meio ambiente, entre outros. Até mesmo o ODS 16 afeta diretamente a concepção de Estados democráticos, apontando para instituições fortes que priorizam a prestação de contas, numa lógica de vontade soberana popular.

Embora os ODS façam referência ao sistema das Nações Unidas, são uma referência para todo o sistema internacional, assim como para seus atores. Os organismos multilaterais de cooperação, como a OEI, adotaram esses princípios e estabeleceram suas agendas de acordo com eles, a fim de velar pela sua garantia. É assim que, a nível regional, tal como os sistemas de proteção dos direitos humanos tornaram-se vinculativos para cada Estado, também tal acontece para as pessoas. No âmbito americano, existe o sistema interamericano, cujos documentos básicos são a Declaração Americana dos Direitos e Obrigações do Homem, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e o Protocolo de San Salvador.

A Declaração Americana adotada em abril de 1948 pela Nona Convenção dos Estados Americanos em Bogotá, na Colômbia, é aplicável a todos os membros da OEA. Os



direitos humanos estipulados no primeiro capítulo da Declaração incluem direitos civis e políticos, bem como direitos econômicos, sociais e culturais (DESC). Todo um conjunto de direitos é reconhecido, tais como o direito à cultura, à segurança social, à educação, ao trabalho e o direito à saúde.

Devemos mencionar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, adotada em 1969 com vigência a partir de 1978, embora apenas obrigue os Estados que a ratificaram. Esta convenção cria o Tribunal Interamericano de Direitos Humanos. Além disso, o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos que abrange a Área de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (o Protocolo de San Salvador), adotado em 1988, em vigor desde 1999, integra os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estabelecidos na Declaração Americana e na Convenção Americana. Reconhece a competência da Comissão para analisar os casos relacionados com o direito à educação e os direitos dos sindicatos.

As organizações que compõem o sistema interamericano são a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Tribunal Interamericano de Direitos Humanos. A primeira é o mecanismo de supervisão dos direitos humanos no continente americano. É responsável por promover e defender os direitos humanos na região e tem autoridade para receber reivindicações individuais quando todas as instâncias nacionais tiverem sido esgotadas. Em relação ao Tribunal Interamericano de Direitos Humanos, criado pela Convenção Americana, somente os Estados ou a Comissão Interamericana poderão apresentar casos, uma vez que a Comissão já tenha emitido o seu parecer sobre o caso.

A Educação em Direitos Humanos: um Programa Ibero-americano

A Educação em Direitos Humanos (EDH) foi configurada como um Programa Mundial liderado pelo Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos e impulsionado desde 2004 no âmbito da Década das Nações Unidas para a Educação. A EDH, definida no Plano de Ação (2005-2009), é assim compreendida:

(...) a educação, a formação e a informação que visam construir uma cultura universal em matéria de direitos humanos por meio da transmissão de conhecimentos, do ensino de técnicas e da formação de atitudes para promover comportamentos destinados a fortalecer o respeito pelos direitos humanos, liberdades fundamentais,

tolerância, igualdade e paz entre as pessoas, dentro das sociedades e entre as nações. (UNESCO, 2012).

Neste sentido, a EDH busca melhorar a coesão social, a convivência e a dignidade humana, aspectos que fortalecem o desenvolvimento dos países e seu governo democrático e participativo. Da mesma forma, busca-se atacar as fontes diretas de violações dos direitos humanos com base no empoderamento dos cidadãos em torno do conhecimento de seus direitos e dos mecanismos de denúncia. A Anistia Internacional destaca como objetivo desta educação a criação de um ambiente propício ao pensamento crítico e à reflexão sobre os valores e atitudes de cada pessoa, a fim de estimular a participação do cidadão na tomada de decisões em cada um de seus círculos pertinentes⁸.

Além disso, em 2 de novembro de 2011, a Terceira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, mediante a resolução A/C.3/66/L.65, aprovou a Declaração das Nações Unidas sobre educação e formação em matéria de direitos humanos, assinada por países da região como Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru, Portugal e Venezuela.

Assim, e unindo esforços com os instrumentos e iniciativas sobre Direitos Humanos, o **Programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania (PIEDHDC)**, promovido pela OEI, destina-se a estender por meio da educação, o respeito e a promoção dos direitos humanos, dos valores democráticos e da cidadania Ibero-americana, caracterizada por valores de pertença, mobilidade, inclusão e o sentimento de que cada homem ou mulher em nossa região se sinta sujeito político e não objeto da política.

Por um lado, a Agenda 2030 da UNESCO, que surge a partir da Declaração de Incheon em conformidade com o ODS 4, estabelece: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, salienta a importância da educação em direitos humanos e uma abordagem que destaque “a dignidade, a justiça social, a inclusão, a proteção, a diversidade cultural, linguística e étnica, e a responsabilidade e a prestação de contas compartilhadas”⁹. Por outro lado, ratifica-se a educação como um bem público e um direito fundamental baseado na garantia da proteção e promoção de outros direitos.

Considerando a importância da educação em direitos humanos acima mencionada, convém destacar que ela deve ser realizada em múltiplos níveis, a fim de garantir uma cobertura efetiva e a construção e fortalecimento da cidadania em um contexto democrático. Nesta perspectiva, a OEI propõe uma ação conjunta que envolve a comunidade e as entidades estaduais

Parte II: Educação

responsáveis pelas questões educacionais. Assim, cada um pode contribuir de acordo com os diferentes níveis de responsabilidade e de recursos que possui.

É necessário esclarecer que a aproximação pedagógica dos direitos humanos adotada está ligada “a um interesse técnico e a um interesse prático” (Magendzo, 2001). Isso corresponde ao projeto metodológico privilegiado. De fato, os módulos propostos são compostos de um componente teórico e outro prático. O primeiro estabelece uma relação particular entre o professor e a pessoa em formação, uma vez que se busca uma construção coletiva do conhecimento. Isso rompe com a hierarquia professor-aluno, criando relações de conhecimento democráticas, participativas, inclusivas, solidárias e críticas de conteúdos a serem apreendidos. O segundo componente busca a compreensão e a incorporação dos temas por meio da conexão da esfera pessoal com a social, política, econômica e histórica. Faz parte de uma aproximação libertadora e construtiva.

O modelo proposto busca não somente contribuir para a formação individual e coletiva dos participantes, mas também busca gerar um empoderamento em termos de seus direitos como pilar essencial para o exercício democrático da cidadania.

desenvolvimento dos componentes do projeto permite, por meio da educação, promover espaços críticos de diálogo e a apropriação do processo de formação. Desta forma, os objetivos do projeto são cumpridos, de acordo com as metas da organização e dos ODS.

A educação em bom governo e a educação para a cidadania

No âmbito do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), como organismo internacional para a promoção da “análise e do intercâmbio de experiências e conhecimentos sobre a reforma do Estado e a modernização da Administração Pública”, foi promulgada sob a égide da XVI Cúpula Ibero-americana de 2006 no Uruguai o Código Ibero-americano do Bom Governo, pelo qual é definido como “aquele que busca e promove o interesse geral, a participação cidadã, a equidade, a inclusão social e a luta contra a pobreza, respeitando todos os direitos humanos, os valores e procedimentos

da democracia e o Estado de Direito”. Este código, por sua vez, aponta os princípios básicos que devem orientar a ação de um bom governo:

O respeito e reconhecimento da dignidade da pessoa humana.

A busca permanente do interesse geral.

A aceitação explícita do governo do povo e a igualdade política de todos os cidadãos e povos.

O respeito e a promoção das instituições do Estado de Direito e da justiça social.

Porsuavez, os valores que devem orientar a ação de um bom governo residem na objetividade, tolerância, integridade, responsabilidade, credibilidade, imparcialidade, dedicação ao serviço, transparência, exemplaridade, austeridade, acessibilidade, eficácia, igualdade de gênero e proteção da diversidade étnica e cultural, assim como do meio ambiente. De modo que essas regras estão ligadas à natureza democrática do governo, à ética governamental e à gestão pública¹⁰.

Além disso, são estabelecidos 10 aspectos fundamentais para a inovação na gestão pública:

1. A avaliação como ferramenta para uma gestão pública orientada para resultados
2. Governança eletrônica e Sociedade da Informação
3. A participação cidadã e o controle social na administração pública
4. A transparência na gestão pública no âmbito da governança aberta
5. Desenvolvimentos nas funções públicas
6. Qualidade e excelência na administração pública
7. Fortalecimento da Alta Governança
8. A intersectorialidade e a coordenação pró-inclusão nas políticas públicas
9. Serviços públicos integrados
10. Parcerias Público-Privadas

O acima exposto ocorre dentro da relação entre o Estado e a cidadania, uma vez que, como mencionado por Alzate e Romo (2014: 490),

a governança tem sido caracterizada como uma perspectiva que estimula a participação cidadã e as relações horizontais entre os diferentes atores de interesse, com a ideia de um equilíbrio de forças e a redução de assimetrias de poder. Tal equilíbrio entre os atores gera, entre outros resultados, a possibilidade



de compartilhar recursos físicos, técnicos, financeiros e humanos derivados dessa mesma correlação entre as instituições públicas, as empresas localizadas em diferentes âmbitos e a cidadania.

Assim, a cidadania consolida-se como um eixo fundamental para o bom desenvolvimento da democracia. A participação dos sujeitos constitui uma força de grande relevância para o fortalecimento da institucionalidade e da governança, garantindo a proteção dos direitos e reivindicando o papel do cidadão no sistema político nacional. Um estreito e forte vínculo é estabelecido entre direitos humanos, democracia, boa governança e cidadania.

Seguindo a ação institucional e programática da OEI e suas linhas de ação, de acordo com as diretrizes no âmbito do sistema Ibero-americano e dos instrumentos internacionais, bem como as prioridades educacionais da região,

propõe-se a realização de um amplo Programa educacional Ibero-americano, cujo objetivo principal é contribuir para os esforços dos Estados em construir uma cultura de democracia que permita a transformação e a melhoria das condições institucionais, governamentais e de vida dos cidadãos.

Por meio dos componentes que compõem o projeto são abordados pontos importantes para a consecução dos objetivos promovidos na esfera internacional referentes aos direitos, à cidadania, à boa governança, à igualdade de gênero e à diversidade, assim como aspectos como a cultura da legalidade.

Vivemos uma nova era na Ibero-América. A democracia consolidou-se nos países de nossa região e, no entanto, a insatisfação espalhou-se em uma sociedade caracterizada pelo crescimento de uma classe média que desfruta de melhores condições de vida no tocante ao material e que, mesmo assim, olha para o futuro com pessimismo devido a medos e incertezas. Conforme declarado na última Cúpula das Américas (Lima, 2018), 45% de nossos concidadãos consideram que vivem em democracias com sérios problemas, e apenas 36% deles aprovam e apoiam seus governos. Existe um amplo consenso de que a violência, a instabilidade econômica e, acima de tudo, a corrupção são problemas sérios com soluções difíceis ou improváveis.

De acordo com o acima exposto, **o objetivo deste Programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania é promover efetivamente o papel ativo da sociedade civil nos processos de tomada de decisão, reivindicação dos direitos, controle político e solidariedade, a fim de contribuir para a construção e consolidação de Estados democráticos participativos, inclusivos, respeitosos e comprometidos com o cumprimento das responsabilidades adquiridas no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos.**

Estrutura do Programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania

A seguir, detalha-se o organograma do programa e sua articulação com a Secretaria Geral, a Direção Geral de Relações Institucionais e Direitos Humanos, o Instituto de Educação em Direitos Humanos e Democracia (IDEDH) e os escritórios nacionais.

Figura 4. Organograma do Programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania



Fonte: Elaboração própria

Parte II: Educação

O secretário-geral, como autoridade máxima da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), autorizará a elaboração e implementação do Programa de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania.

A Direção Regional do Programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania

coordenará, supervisionará, aprovará e realizará o monitoramento da implementação do Programa. Da mesma forma, informará o secretário-geral sobre o andamento do programa em todas as suas etapas durante o processo de implementação.

As coordenações para a América Central e o Cone Sul,

designadas pelo secretário-geral da OEI, irão apoiar a Direção Regional na supervisão, monitoramento e implementação do programa. Elas também informarão a Direção Geral sobre os avanços no processo de implementação do programa em suas respectivas áreas territoriais.

O Instituto de Educação em Direitos Humanos e Democracia (IEDHD)

será a entidade responsável pela execução do Programa Ibero-americano. A execução será realizada com o apoio dos escritórios da OEI na Ibero-América, sendo seus diretores os representantes nacionais do Instituto em cada país em que o programa seja implementado.

Os diretores nacionais da OEI

irão coordenar o processo de implementação do Programa em seu país; de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo **Instituto de Educação em Direitos Humanos e Democracia (IEDHD)**, e aprovação prévia do diretor regional do Programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania Ibero-americana.

O Instituto de Educação em Direitos Humanos e Democracia (IEDHD)

O desenvolvimento do Programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania Ibero-americana será realizado sob a direção, coordenação, monitoramento e avaliação da Direção Regional do Programa, e por meio do Instituto de Educação em Direitos Humanos e Democracia (IEDHD); um Instituto que foi criado com a missão de apoiar os esforços dos governos nacionais, especialmente através dos ministérios da Educação.

O Instituto contribui não apenas para reforçar e promover uma visão ampla na inclusão dos direitos

humanos na educação formal, mas também para incentivar seu respeito e garantia para melhorar os resultados do governo e alcançar melhorias na convivência pacífica. Da mesma forma, o Instituto colabora com os organismos nacionais e internacionais de direitos humanos e com a sociedade civil, a fim de promover a educação em direitos humanos em escala nacional e internacional. Nesse esforço, governos nacionais, organismos internacionais, empresas privadas e a sociedade civil são aliados e parceiros estratégicos.

Missão

Trabalhar a partir do Estado de direito, do pluralismo ideológico e da igualdade para reforçar por meio da educação a promoção e observância dos direitos humanos, da boa governança, do fortalecimento da administração pública, dos valores cívicos e democráticos, dos direitos da primeira infância, da cidadania e convivência pacífica dos cidadãos nos países Ibero-americanos. Tudo isto, com o propósito de contribuir para a consolidação da democracia e da convivência mediante o apoio técnico e pedagógico, a assistência técnica, a investigação e divulgação, para todos os setores da sociedade civil e do Estado.

Objetivo geral

Apoiar os esforços realizados pelos governos nacionais, especialmente através dos ministérios da Educação, para promover o respeito pelos direitos humanos, fortalecer a cultura democrática e fomentar os valores cívicos e a cidadania Ibero-americana mediante iniciativas de formação, investigação, promoção, reconhecimento e disseminação, que também desenvolvam estratégias para elevar o nível da gestão pública.

Objetivos específicos

- ◆ Apoiar e fortalecer a escola em tudo o que estiver relacionado com a educação dos Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário, por meio da formação e capacitação de administradores, diretores, professores, estudantes e famílias. Esta ação envolve também os excluídos e desmobilizados; migrantes mulheres chefes de família, grupos étnicos, servidores públicos, organizações comunitárias e civis, sindicais, gremiais e setoriais, líderes, empresários, força pública e meios de comunicação.
- ◆ Fortalecer e dinamizar os processos de educação e capacitação em democracia, administração pública e boa governança, dirigidos às instituições públicas e grupos étnicos, representantes de minorias e estudantes.



- ◆ Consolidar os processos de formação associados à proteção dos direitos da primeira infância, treinando funcionários públicos, professores, corpo administrativo, pais e mães de família e líderes comunitários.
- ◆ Manter viva a memória Ibero-americana no campo dos direitos humanos, a trajetória histórica de sua defesa, reconhecimento e extensão, para transmiti-la à sociedade como um todo e, principalmente, às novas gerações, ao mundo educacional e às autoridades públicas.

Entre as iniciativas realizadas pelo Instituto de Educação

em Direitos Humanos e Democracia está o Prêmio Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos Óscar Arnulfo Romero. O seu objetivo é promover a sensibilização para a educação em valores e em direitos humanos na Ibero-América. O prêmio destina-se a duas categorias: representantes da educação formal (centros educacionais) e não formal (organizações da sociedade civil) que trabalham em prol da educação em direitos humanos. O prêmio é organizado pelos escritórios da OEI juntamente com os ministérios da Educação. Em primeira instância, são realizadas convocatórias e seleções em âmbito nacional, para a posterior escolha dos vencedores em âmbito Ibero-americano.

Figura 5. Escolas do Instituto de Educação em Direitos Humanos e Democracia – IEDHD



Fonte: Elaboração própria

As Escolas do IEDHD

Objetivo:

Contribuir para a formação e capacitação de professores, servidores públicos, líderes, minorias, sindicatos, empresários, forças públicas, meios de comunicação e realizar investigações e divulgação sobre assuntos relativos aos direitos humanos e ao direito internacional humanitário. Especificamente:

- ◆ Formar e capacitar em direitos civis e políticos, educacionais e culturais.
- ◆ Formar e capacitar em direitos econômicos e sociais.
- ◆ Formar e capacitar em direitos ambientais.
- ◆ Formar, cuidar e proteger os direitos humanos das minorias étnicas e da sociedade civil.

- ◆ Formar e capacitar em direitos de gênero.
- ◆ Formar em linhas de prevenção e proteção dos direitos humanos e do direito internacional humanitário.
- ◆ Capacitar em linhas interdisciplinares em direitos humanos e no direito internacional humanitário.

Estratégias conjuntas:

- ◆ Formação democrática em instituições de ensino a fim de fortalecer o ambiente escolar para o reconhecimento dos direitos humanos mediante a qualificação de professores e diretores pedagógicos, com a oferta de doutorados, mestrados, cursos de licenciatura, oficinas, seminários, conferências, fóruns e debates sobre direitos humanos e direito internacional humanitário.
- ◆ Capacitação de funcionários públicos em instituições do Estado por meio de doutoramentos, mestrados, cursos de licenciatura, oficinas, seminários, conferências, fóruns e debates sobre direitos humanos e direito internacional humanitário.

Parte II: Educação

- ◆ Capacitação da sociedade civil, especialmente de grupos especiais e vulneráveis da população, com a oferta de doutorados, mestrados, cursos de licenciatura, oficinas, seminários, conferências, fóruns e debates sobre direitos humanos e direito internacional humanitário.

- ◆ Investigação e divulgação: atividades de pesquisa e divulgação voltadas para a produção e a criação intelectual em matéria de direitos humanos e direito internacional humanitário.

Escola de democracia e bom governo em matéria de educação em direitos humanos, educação em valores e cidadania Ibero-americana

Objetivo:

Contribuir para a formação e a capacitação de servidores públicos, líderes, representantes de minorias e estudantes e realizar investigações e divulgação sobre assuntos inerentes à democracia e ao Estado, políticas públicas, gestão e administração pública, mecanismos de participação cidadã e prestação de contas, bom governo e desenvolvimento e questões relacionadas com os processos políticos. Tudo isso orientado para os propósitos do IEDHD, e especificamente:

- ◆ Formar e capacitar em governança.
- ◆ Formar e capacitar os funcionários públicos na gestão pública.
- ◆ Formar e capacitar em modelos participativos.

Estratégias conjuntas:

- ◆ Capacitação de funcionários públicos em instituições do Estado por meio de doutorados, mestrados, cursos de licenciatura, oficinas, seminários, conferências, fóruns e debates, para aumentar o conhecimento e as boas práticas da política pública, da gestão e da gerência pública, com o objetivo de alcançar maiores e melhores níveis de governança na área dos direitos humanos.
- ◆ Capacitação da sociedade civil, particularmente da comunidade organizada por meio de doutorados, mestrados, cursos de licenciatura, oficinas, seminários, conferências, fóruns e debates, a fim de aumentar o conhecimento, a participação democrática e a participação efetiva nos processos de gestão pública para o controle social, a transparência e o capital social.
- ◆ Investigação e divulgação: atividades dirigidas de pesquisa e divulgação que incluam aspectos políticos,



estatísticos, econômicos, sociais e jurídicos que afetam a democracia, a gestão pública e o desenvolvimento.

Escola de educação em valores, cidadania Ibero-americana e convivência

Objetivo:

Contribuir para a formação e a capacitação do estudante e dos cidadãos em geral, desenvolver investigações e divulgações sobre questões relacionadas com os seus deveres e direitos, cidadania, princípios e valores democráticos, para a participação ativa na vida democrática mediante o exercício dos direitos e responsabilidades sociais, especificamente:

- ◆ Formar e educar em princípios e valores democráticos.
- ◆ Formar e educar para a convivência.
- ◆ Formar e educar para a paz e a reconciliação.
- ◆ Educar para a cidadania.
- ◆ Educar em favor da igualdade de gênero, do respeito à diversidade e contra qualquer tipo de discriminação.

Estratégias conjuntas:

- ◆ Formação em princípios e valores em instituições de ensino e programas educacionais, a fim de criar mecanismos de intervenção precoce no ambiente escolar para a apropriação e implementação de princípios e valores em sala de aula mediante a qualificação de professores e diretores pedagógicos.
- ◆ Programas de capacitação que influenciam os níveis de conhecimento, as percepções, as atitudes e o comportamento cívico-político dentro das famílias; organização de doutorados, mestrados, cursos de licenciatura, oficinas, seminários, conferências, fóruns e debates.
- ◆ Investigação e divulgação: pesquisa, produção de material e disseminação selecionada de valores e princípios, cidadania e convivência, que afetam a percepção, a atitude e o comportamento cívico-político



e humano dentro das famílias, pessoas e círculos da sociedade e do Estado.

Escola para a proteção dos direitos da primeira infância (em coordenação com o Instituto Ibero-americano da Primeira Infância)

Objetivo:

Contribuir para a formação, capacitação e desenvolvimento de habilidades de professores, servidores públicos, pais e mães de família e comunidade de cuidadores e cuidadoras para assegurar o gozo dos direitos dos meninos e meninas de zero a seis anos, em especial:

- ◆ Proporcionar a capacitação para a proteção dos direitos humanos na primeira infância.
- ◆ Capacitar os professores e educadores da primeira infância dos sistemas educacionais.
- ◆ Capacitar os pais de família sobre a proteção dos direitos da primeira infância.
- ◆ Formar e fortalecer os funcionários públicos em conformidade com as políticas em favor da primeira infância.

Estratégias conjuntas:

- ◆ Formar para a sensibilização e a mobilização: este eixo oferece formação a partir da fundamentação e da cultura dos direitos humanos. Seu objetivo é gerar novas sensibilizações que aumentem a compreensão e a reflexão referentes às ações no âmbito dos direitos e garantir novas práticas de ensino e aprendizagem; novas formas de relacionamento; uma abertura

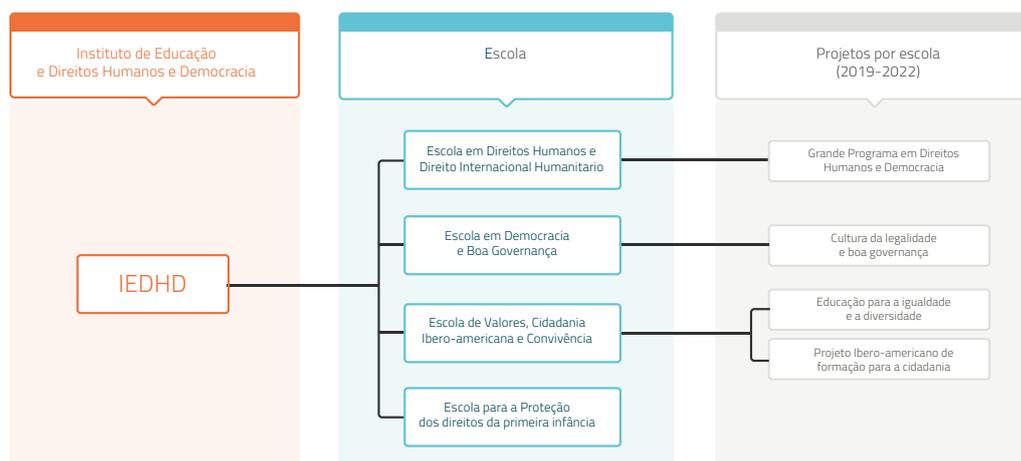
para abordar a diferença e integrar novas formas de tratá-la e respeitá-la.

- ◆ Formar para o fortalecimento de capacidades: a responsabilidade pelo cuidado, proteção e desenvolvimento dos meninos e meninas enquanto questão que envolve em vários níveis a comunidade, os pais e mães, os vizinhos e as instituições. Esta é uma ação sustentável, consistente e compartilhada. Tem particular incidência na revisão de suas práticas pedagógicas, de gestão, de ação coletiva e na análise e aprendizagem de boas práticas e das menos afortunadas.
- ◆ Formar para a restauração dos direitos e proteção: por meio deste eixo busca-se fortalecer o trabalho pedagógico, acadêmico e de proteção e cuidado dos meninos e meninas, refinar a visão em situações de desigualdade, de vulnerabilidade e revisar possibilidades para superá-la. Trata-se de garantir o gozo efetivo do direito à educação e de outros direitos que a escola potencializa.

Articulação de projetos do Instituto de Educação em Direitos Humanos e Democracia (IEDHD) e das Escolas (primeira fase 2019-2022)

Quatro projetos articulados em termos de direitos humanos, governança e respeito à diversidade

Figura 6. Articulação de projetos e escolas do IEDHD



Fonte: Elaboração própria.

Parte II: Educação

A fim de estabelecer ações e projetos ligados às diferentes linhas de trabalho e escolas do Instituto de Educação em Direitos Humanos e Democracia (IEDHD), quatro projetos são apresentados abaixo com um período de elaboração e implementação conjunta de quatro anos (2019-2022), com os quais se pretende fortalecer a presença e a atividade do IEDHD na região. Assim, cada um dos projetos poderá ser articulado individualmente com os governos e ministérios da Educação na Ibero-Améri-

ca, procurando estabelecer sinergias com os diferentes atores nos âmbitos regional e local. Tais projetos deverão ser aprovados pelo secretário-geral da OEI e pela Direção Regional do Programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania.

No caso da Escola para a proteção dos direitos da primeira infância, os projetos serão realizados em coordenação com o Instituto Ibero-americano da Primeira Infância.

1. Educação em Direitos Humanos.

Cientes da necessidade existente na Ibero-América, é pertinente desenvolver um Programa de Educação em Direitos Humanos e Democracia que permita que funcionários públicos, professores e alunos conheçam o Direito Internacional dos Direitos Humanos e os sistemas universais e regionais para a sua proteção, promovam a cidadania e o empoderamento político, e ajudem a consolidar Estados democráticos e participativos, a fim de formar cidadãos mais comprometidos com o desenvolvimento de seus países e a proteção dos direitos de suas comunidades e de seu entorno.

2. Cultura da legalidade e boa governança.

Em paralelo, as sucessivas transformações e reformas da administração pública na Ibero-América devem avançar na consolidação de instituições eficientes e eficazes na gestão dos recursos públicos e no atendimento das exigências dos cidadãos. Estas reformas estão enquadradas sob a perspectiva de “Nova Gestão Pública” ou “NGP”, onde o papel dos atores sociais e privados assume grande importância no desenvolvimento da ação do governo. Isso implica uma maior participação dos cidadãos na tomada de decisões com impacto na comunidade, na articulação público-privada ou nas alianças público-privadas para o desenvolvimento de projetos, e uma maior transparência na gestão de recursos públicos mediante espaços e plataformas que garantam o acesso à informação.

3. Gênero e diversidade.

Em consonância com os esforços da OEI para cumprir o Objetivo 5 dos ODS, que procura “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, este projeto permitirá expandir o potencial da educação para combater a discriminação e fortalecer a autonomia das mulheres e aumentar suas oportunidades de emprego. É necessário um sistema educacional no qual sejam levadas em conta as desigualdades de gênero, bem como a evasão escolar de meninas em tenra idade e a maternidade na puberdade, razões que perpetraram a situação de vulnerabilidade que historicamente as mulheres vivenciaram. Mediante programas e ações especialmente voltadas para a superação da pobreza e a melhoria da condição e posição das mulheres nas áreas de poder e tomada de decisões, procura-se reduzir as brechas de desigualdades que ainda existem entre mulheres e homens.

4. Projeto de Formação para a Cidadania Ibero-americana.

O processo democrático e de participação dos estudantes no ambiente escolar constitui um aspecto central da política pública. Este deve ser entendido como uma expressão ativa que transforma a realidade e as experiências escolares, sem deixar de considerar que houve uma dívida histórica por não reconhecer essa participação como um elemento que fortalece a transformação das sociedades. Com base no exposto, o projeto foi estruturado em três componentes cujo objetivo final é fortalecer a participação cidadã das meninas, meninos e jovens das escolas da Ibero-América como elemento essencial para melhorar a convivência, a promoção do exercício dos direitos humanos, da igualdade de gênero e da cidadania Ibero-americana.



Metodologia de intervenção

Os projetos surgidos dentro do Programa Ibero-americano de Direitos Humanos e Democracia serão concebidos e elaborados em conjunto com os ministérios ou instituições públicas e cidadãos responsáveis pela implementação dessa política pública em cada país. Assim, a Direção Regional do Programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania, através do Instituto de Educação em Direitos Humanos e Democracia (IEDHD), avançará seu desenvolvimento mediante reuniões técnicas e de coordenação com os países participantes desta iniciativa.

Este processo implica um tempo prévio de negociação e de acordo estimado em seis meses. Nesta ordem de ideias, o ciclo de concepção, formulação e implementação inicial dos projetos estará previsto para 24 meses. A Direção Regional informará o secretário-geral da OEI sobre este trabalho, processo e progressos com os países.



Ensino superior

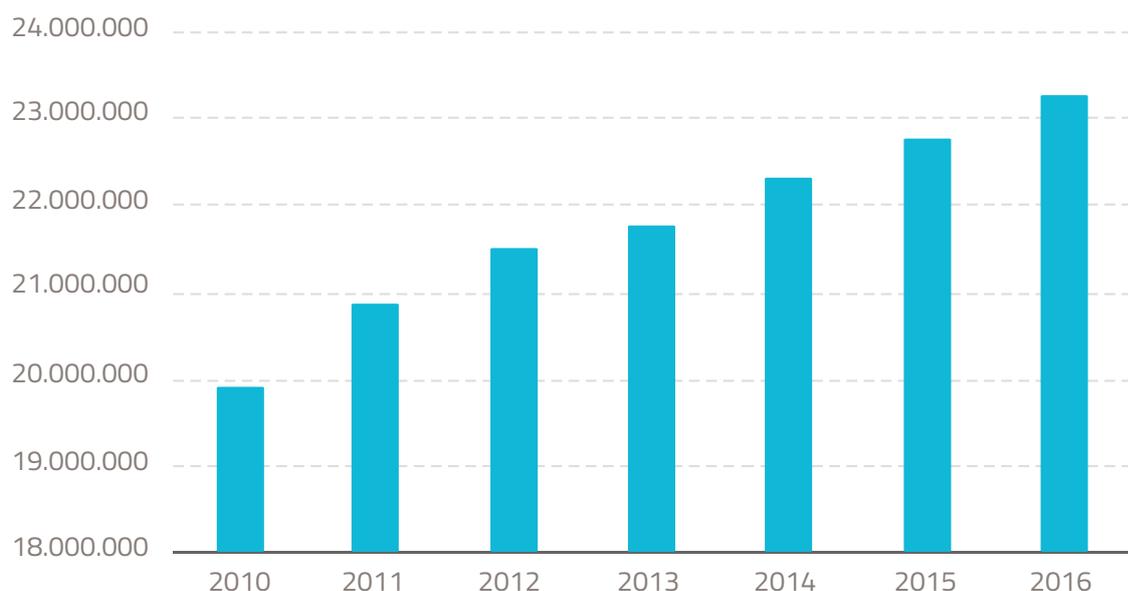
A OEI, em resposta à demanda dos estados membros, quer prestar atenção especial ao ensino superior, que se tornou um tema central da agenda multilateral (ODS 4). O programa de ação desenvolvido nas próximas páginas para o biênio 2019-2020 foi concebido para apoiar e complementar os esforços bem-sucedidos que os estados membros vêm realizando nesta área. A taxa bruta de matrícula entre a população em idade de estar na universidade na América Latina e no Caribe cresceu de 17% em 1991 para 21% em 2000 e para 40% em 2010 (Banco Mundial, 2017). Atualmente, a Ibero-América tem mais de 23 milhões de estudantes de graduação, 1,6 milhão de estudantes de mestrado e mais de 270.000 estudantes de doutorado¹¹.

Esta notável expansão do ensino superior na região representa uma grande oportunidade na medida em que seja capaz de adaptar-se às demandas de uma sociedade e de uma economia em que a revolução digital teve um profundo impacto.

O próximo grande desafio que a região enfrenta é conseguir que o ensino superior, ao qual jovens de diferentes origens socioeconômicas cada vez mais têm acesso, seja de qualidade e competitiva não só em nível nacional, como também internacional.

É preciso uma formação de qualidade que permita a inserção dos jovens em um mercado de trabalho que exige uma alta qualificação e a aquisição de competências transversais, tais como o domínio de novas tecnologias, a capacidade de inovação, a capacidade de adaptação a essas inovações, etc. Trata-se de um desafio comum a todos os países Ibero-americanos, o que requer, especialmente em um

Gráfico 7. Ibero-América - Estudantes de graduação



Fonte: Red IndicES.



contexto de globalização como o atual, também uma resposta comum. Assim, este desafio foi reconhecido pelos mais altos representantes dos estados membros na Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo realizada em Salamanca em outubro de 2005, quando foi acordado, “avançar na criação de um Espaço Ibero-americano do Conhecimento, orientado para a necessária transformação do Ensino Superior, e articulado em torno da investigação, do desenvolvimento e da inovação, condição necessária para aumentar a produtividade, proporcionando melhor qualidade e acessibilidade aos bens e serviços para os nossos povos, bem como a competitividade internacional na nossa região”¹².

A educação também é um fator essencial em um projeto de integração como o Ibero-americano, que assenta em poderosos recursos intangíveis como a língua, a cultura ou os valores comuns, tais como a defesa da democracia, a liberdade individual e o respeito pelos direitos fundamentais. Por esta razão, não é muito animador verificar que os progressos realizados no campo do ensino superior mais de uma década depois da Cúpula de Salamanca são evidentemente insuficientes.

A primeira ação concreta do Espaço Ibero-americano do Conhecimento (EIC) foi o programa Pablo Neruda, criado na Cúpula do Chile em 2007, e que não permanece em vigor. Por sua vez, o programa Paulo Freire, ao qual nos referiremos mais detalhadamente em outra parte deste capítulo, mal ultrapassou 200 mobilidades por ano em 2017. Em relação ao Campus Ibero-América ou Aliança Ibero-americana para a Mobilidade, lançado em 2014 em Veracruz, ainda está em fase de desenvolvimento, embora haja muitas universidades e instituições que já aderiram a esta iniciativa.

As causas que explicam os humildes resultados alcançados até agora são muito diversas. Entretanto, o panorama que foi descrito no início deste Programa-Orçamento e as mudanças ocorridas na região ao longo da última década permitem que o momento atual seja particularmente propício para que haja progressos significativos na construção do EIC. As medidas propostas nas próximas páginas estão orientadas para isso, pois se trata de um dos objetivos fundamentais da OEI para o próximo biênio. É uma tarefa na qual queremos levar em conta e colaborar com os principais atores no campo do ensino superior, para avançar nos marcos e conquistas alcançados nestes últimos anos. A convergência dos sistemas universitários na Ibero-América implica a promoção de espaços de encontro e a articulação de esforços entre todos os envolvidos no ensino superior.

O sistema Ibero-americano de cooperação — do qual a OEI faz parte de forma ativa — é a espinha dorsal



destes esforços na busca de alianças estratégicas com agências de desenvolvimento, redes universitárias internacionais, sistemas sub-regionais de educação superior, etc. Tudo isso no âmbito do ODS 17, que promove e encoraja este tipo de aliança. Merece especial menção a este respeito a SEGIB e o Conselho Universitário Iberoamericano (CUIB), que continuarão a ser parceiros indispensáveis na realização e implementação do EIC. Do mesmo modo, o diálogo político e a cooperação bi-regional UE-CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos) devem ser evidenciados. É uma área em que a OEI deve ter uma presença de destaque — como complemento da ação de cooperação Ibero-americana — apoiando a articulação entre os sistemas de ensino superior, investigação e inovação; a promoção da colaboração destinada a compartilhar boas práticas em métodos de ensino e aprendizagem; e o apoio à elaboração da agenda bi-regional no marco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A OEI exerce um papel muito importante neste panorama da educação superior que acaba de ser descrito, pois nenhuma outra organização conta com uma trajetória histórica, implantação territorial, recursos humanos, interlocução institucional e visibilidade comparável à nossa.

Transparência, publicidade e internacionalização

A primeira e mais evidente das causas que explicam as dificuldades encontradas pelo EIC é a falta de suficiente informação sobre os sistemas universitários Ibero-americanos a partir de uma perspectiva comparada. Isso dificulta a realização de um diagnóstico preciso da situação do ensino superior Ibero-americano como um todo e das medidas necessárias para a promoção de uma maior convergência entre os diferentes sistemas universitários da região. Por essa razão, a primeira proposta realizada neste programa bienal refere-se precisamente à necessidade de maior transparência e publicidade.

Em relação a este ponto, convém abrir um breve parêntesis para indicar que, na medida em que o ensino superior está intimamente ligado à investigação e à inovação, todo o conteúdo discutido neste capítulo deve ser entendido conforme o previsto no capítulo da Ciência, que complementa o conteúdo expresso aqui. Especialmente no que diz respeito ao Observatório Ibero-americano da Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), relacionado com a Rede ÍndicES de Indicadores de Ensino Superior e com a Rede Ibero-americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT).

O OCTS já está realizando uma tarefa muito importante de coleta de dados sobre os sistemas de ensino superior da região. É essencial obter informações padronizadas a este respeito que, como fora mencionado acima, permitem conhecer a realidade de cada sistema universitário, em comparação com os dos outros países da região. Além disso, aspiramos a que nos próximos dois anos seja possível desenvolver indicadores próprios que nos possibilitem ter uma imagem mais clara do panorama da educação superior Ibero-americano: número de graus acadêmicos duplos, grupos de investigação de dimensão regional, mobilidade dos estudantes entre países da região, etc.

Neste sentido, é preciso ter em conta que muitas universidades da região, no exercício de sua autonomia universitária, possuem uma longa tradição de cooperação bilateral ou em rede com outras instituições Ibero-americanas. Queremos disseminar essas experiências mais consolidadas, pois é importante identificar as melhores práticas e saber quais soluções estão sendo implementadas para superar as dificuldades causadas pela aplicação de leis que podem ser muito diferentes entre si.

Portanto, uma das principais linhas de trabalho que a OEI quer propor para o período 2019-2020 refere-se a dar mais publicidade aos resultados dos sistemas

universitários da região, para o qual é necessário que façamos conjuntamente um esforço de transparência. É importante conhecer os pontos fracos e fortes da educação superior na Ibero-América, para que os governos e a OEI, cada um em sua área de responsabilidade, possam articular políticas e medidas que atendam melhor às necessidades das nossas universidades e de seus alunos. Por isso, é relevante explorar todas as possíveis fontes de informação, tanto os dados coletados e desenvolvidos pelo OCTS quanto por outros organismos, bem como também os fornecidos pelos rankings internacionais mais relevantes.

É fundamental abordar estes últimos pontos com certa precaução e considerar suas limitações, ou seja, que oferecem uma visão parcial e limitada das universidades, centrada principalmente na avaliação de sua atividade de investigação. Porém, o segredo de seu sucesso reside no fato de que eles são facilmente interpretáveis tanto para a comunidade acadêmica quanto para a opinião pública em geral. Consequentemente, nos últimos anos, o seu uso generalizou-se e, por esse motivo, merecem ser levados em consideração. Além disso, deve-se notar, em benefício desses mesmos resultados, que consistem em um instrumento útil para realizar essa análise em comparação com o anteriormente referido, neste caso, não apenas em âmbito regional. Por outro lado, esses resultados também ajudam a fomentar uma cultura de avaliação e prestação de contas entre as universidades que é muito positiva.

Neste contexto, vale destacar que, desde o início de 2000, foram abertas cerca de 2.300 novas Instituições de Ensino Superior (IES) e foram criados 30.000 novos programas (Banco Mundial, 2017). É importante, por uma questão de transparência, proporcionar informação fiável à sociedade como um todo sobre a qualidade destes cursos e, acima de tudo, ajudá-la a identificar quais destas instituições são realmente universidades e quais não o são.

Por último, algumas das propostas contidas neste capítulo para o próximo biênio pretendem apoiar o trabalho de investigação que está sendo realizado pelas instituições universitárias de nossa região. Neste sentido, e considerando que muitos rankings internacionais também desenvolveram classificações regionais e por ramos e áreas de conhecimento, é importante conhecer quais universidades Ibero-americanas, grandes e pequenas, estão despontando globalmente por sua investigação e em quais áreas ou ramos específicos. Também é justo reconhecer o bom trabalho destas instituições e oferecer-lhes a visibilidade que merecem, para que possam atrair o talento e os recursos de que necessitam para continuar desenvolvendo seu trabalho de investigação.



A publicidade e a transparência, com as quais a OEI está comprometida, estão diretamente relacionadas com outro elemento que também é muito importante para os sistemas de ensino da região, sua internacionalização. A mobilidade de estudantes internacionais tem crescido exponencialmente nos últimos anos como resultado das evidentes vantagens que decorrem não apenas para esses estudantes, mas também para as instituições universitárias que os recebem. Tendo em vista que as propostas contempladas neste documento visam reforçar a capacidade acadêmica e de investigação das universidades da região, favorecer sua integração nas redes regionais de conhecimento e, em última análise, contribuir para a melhoria de sua qualidade, elas podem gerar um impacto positivo na internacionalização das universidades e dos sistemas universitários da região. Tudo isso de acordo e respeitando as respectivas estratégias de internacionalização desenvolvidas pelas universidades.

Aproximação e convergência de sistemas universitários

As universidades da região têm uma longa tradição de colaboração, incentivada pela proximidade cultural e linguística, porém, essa ação não atingiu o nível de profundidade e desenvolvimento esperado. Existem ainda muitos obstáculos técnicos decorrentes da disparidade regulamentar que dificultam a realização do EIC.

Por esta razão, um eixo de trabalho fundamental da OEI para o próximo biênio concentra-se na aproximação e harmonização dos sistemas universitários da região. Trata-se de um processo voluntário em que poderão participar todos os países da região interessados em alcançar os acordos necessários que promovam a convergência de seus sistemas universitários para, deste modo, facilitar a mobilidade dos estudantes e o reconhecimento de seus estudos e títulos.

A OEI, por sua experiência e objetivos, é o ponto de encontro natural dos principais atores que devem participar neste esforço de convergência. Em primeiro

lugar, o local de encontro das autoridades educacionais dos países que voluntariamente se juntem a este processo, pois é previsível que, em consequência dele, tenham que ser realizadas mudanças e adaptações nas respectivas legislações nacionais para acomodar os acordos que forem alcançados. Em segundo lugar, das universidades, principais protagonistas do sistema universitário e, justamente por isso, esse processo de diálogo e trabalho conjunto será conduzido dentro do absoluto respeito pela autonomia universitária. Em terceiro lugar, das agências e organismos de garantia externa de qualidade, já que as garantias por elas proporcionadas relativas à operação e aos resultados dos respectivos sistemas universitários contribuem de forma decisiva para a construção da confiança mútua. Deve haver também uma menção especial aos estudantes, pois esta aproximação entre os sistemas universitários é feita mais precisamente para favorecer a sua mobilidade e melhorar a qualidade da sua formação, e, portanto, da sua participação neste processo de harmonização.

Neste ponto, existe uma referência inconfundível que é o trabalho desenvolvido no Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) desde 1999, data em que 29 Estados europeus assinaram a Declaração de Bolonha. Atualmente, 47 países do continente europeu participam neste projeto, que foi lançado com o objetivo de modernizar os sistemas universitários europeus para que atendessem melhor às necessidades do mercado de trabalho e transformassem as universidades europeias num polo de atração de talentos internacionais. O chamado "processo de Bolonha", com suas luzes e sombras, proporciona-nos informações valiosas sobre os elementos-chave que contribuíram para aproximar, e não homologar, sistemas universitários que eram originalmente muito diferentes uns dos outros, para que sejam comparáveis e compatíveis. Tal possibilita que a cada ano mais de 300.000 estudantes europeus possam cursar parte de seus estudos em uma universidade de outro país do EEES (Espaço Econômico Europeu). A região Ibero-americana apresenta importantes vantagens em relação à europeia, começando pelo fato de que em nossa região existem apenas dois idiomas oficiais. Deste modo, uma adaptação conveniente dos aspectos mais satisfatórios de Bolonha poderia dar um impulso definitivo ao EIC.

A harmonização deve começar com o desenvolvimento de uma métrica comum, ou seja, um sistema de créditos comum para quantificar a atividade acadêmica. Este tem provado ser um procedimento eficaz para o reconhecimento de estudos realizados em uma universidade de outro país e, portanto, um meio fundamental para promover a mobilidade dos

Parte II: Educação

estudantes. Nos últimos anos, várias iniciativas nesse sentido foram desenvolvidas de forma sub-regional, o que constitui uma experiência valiosa. Trata-se de, a partir destes trabalhos, acordar um sistema de créditos comum que permita às universidades partilhar uma mesma unidade de medida do trabalho acadêmico.

Desenvolver um sistema de créditos comum supõe um incentivo definitivo para a mobilidade de estudantes na região,

e teria também um impacto muito importante num aspecto que é uma das pedras angulares na construção do EIC: o reconhecimento de diplomas e de períodos de estudo. Trata-se de uma área em que existem múltiplas iniciativas no espaço Ibero-americano, incluindo um grupo de trabalho ad hoc, do qual a OEI poderia assumir a liderança política e técnica.

Outro elemento que já foi considerado no passado, especialmente no âmbito sub-regional, e que deveria ser retomado porque também ajudaria no reconhecimento de diplomas, refere-se ao suplemento ou documento complementar ao diploma. Desta forma, o diploma ou o grau acadêmico seria acompanhado por um documento que forneceria informações detalhadas sobre os estudos realizados: nome do grau acadêmico, ramo de conhecimento ao qual está ligado, nível do grau acadêmico no sistema universitário, idioma de ensino, duração do curso, requisitos de acesso, disciplinas do curso com sua carga horária letiva expressa em créditos, resultados obtidos pelo aluno em cada uma dessas disciplinas, etc. O fato de contar com essa informação unificada e personalizada para cada graduado sobre os conteúdos e as capacidades adquiridas é uma garantia de transparência que contribui decisivamente para a mobilidade dos diplomados. Com isso, também se preserva a autonomia das universidades, que podem desenvolver e implantar cursos inovadores sem que isso implique um obstáculo futuro para os graduados.

Os futuros empregadores ou universidades da região, caso o estudante deseje continuar sua formação, terão as informações necessárias sobre os estudos realizados e seu desempenho, o que deveria acelerar os processos de reconhecimento e homologação.

A maioria dos países da região já possui um sistema consolidado de garantia externa da qualidade de seu sistema universitário, que assegura a satisfação de critérios mínimos de qualidade. Além disso, também foram criados procedimentos semelhantes para o

credenciamento institucional ou de diplomas. O fato de alguns programas ou instituições terem sido fechados nos últimos anos com base nos mesmos critérios, ou de outros terem sido impedidos de abrir, fornece fortes indícios de que estes órgãos atuam com a necessária independência e rigor.

A OEI, consciente da importância dos sistemas de acreditação externa de qualidade, quer trabalhar em prol do seu reforço, favorecendo sua institucionalização e articulação. Pretende-se, no âmbito da Rede Ibero-americana de Garantia da Qualidade na Educação (RIACES), continuar com a harmonização de procedimentos e padrões, o intercâmbio de boas práticas, o intercâmbio de avaliadores e técnicos, etc. O objetivo final é alcançar um maior alinhamento entre os sistemas de garantia de qualidade, na medida em que eles atinjam uma verdadeira dimensão regional. Isto é, espera-se atingir tal nível de entendimento e confiança mútua de forma que o reconhecimento entre os sistemas universitários Ibero-americanos seja praticamente automático. Uma confiança que deriva do fato de saber que os diplomas ou as instituições que os emitiram de outro país da região foram submetidos a procedimentos de avaliação semelhantes e com o mesmo rigor que os nacionais.

Nesta seção, a OEI aposta em propostas muito específicas e com certa complexidade técnica, que requerem a experiência e o conhecimento de nossa instituição. Além disso, já foi mencionado que a OEI é um ponto de encontro dos principais atores da área, desde as autoridades governamentais até as universidades e seus estudantes, passando pelos órgãos de avaliação da qualidade. Justamente esta pluralidade de participantes exige que haja uma instituição que tome a iniciativa, aponte os objetivos comuns e promova os consensos necessários.

Por todas estas razões, a OEI é o fórum ideal para promover os acordos ou programas-piloto que permitam avançar na construção do EIC.

Ações de dimensão regional

Paralelamente a este processo de convergência, a OEI deseja contribuir para que haja um aumento da cooperação entre as universidades da região nos próximos dois anos, tanto em termos de ensino como de investigação, o que também é uma função fundamental de nossas universidades. Por isso, para o



próximo biênio, será proposta uma série de ações com uma dimensão regional, a fim de que o EIC comece a tomar forma, com base nessas ações. As propostas são ambiciosas, mas construídas sobre uma base sólida e constituem os bons resultados que muitas instituições universitárias da região estão obtendo em formação e em investigação. Com estas ações, pretende-se apoiar o trabalho que está sendo desenvolvido por meio de alianças estratégicas com outras universidades da região, o que contribuirá para a obtenção regional e internacional de visibilidade e reconhecimento.

Titulações por duas universidades

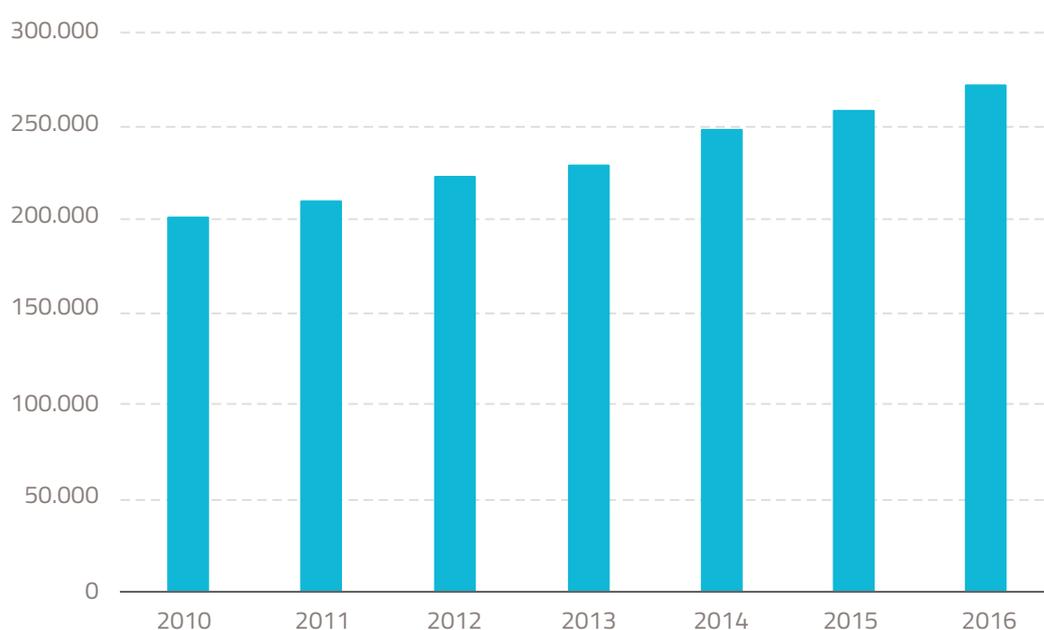
A primeira destas ações está planejada para incentivar que haja mais títulos acadêmicos duplos entre universidades de ambos os lados do oceano ou entre universidades do continente americano. As propostas hispano-portuguesas estão excluídas desta iniciativa, uma vez que elas podem ter acesso a fontes de financiamento europeias. Além disso, pretende-se evitar que as distâncias representem um obstáculo à cooperação universitária regional. É verdade que as novas tecnologias contribuem para encurtar essas distâncias, mas também elas implicam um custo adicional que muitas vezes impedem a frutificação de projetos de formação em colaboração com uma instituição universitária de outro país da região que agregam valor. Por esta razão, a OEI quer

oferecer subsídios para a mobilidade dos professores universitários proponentes destes duplos diplomas, bem como para cobrir outros gastos que possam ser justificados como diretamente relacionados com a elaboração e a implementação destes programas universitários.

O requisito fundamental é que estes títulos acadêmicos devem levar à emissão do diploma oficial de acordo com as disposições do convênio de colaboração correspondente e com os regulamentos que sejam aplicáveis em cada país em termos de emissão de diplomas universitários oficiais. Ou seja, o diploma, ou os diplomas conforme o caso, que forem obtidos pelo graduado devem ter efeitos acadêmicos e profissionais completos em ambos os países.

As titulações por duas universidades apresentam uma dupla vantagem. Por um lado, permitem que haja programas universitários realmente Ibero-americanos, resultado da colaboração entre duas universidades da região e sobre temas de interesse comum. Por outro lado, resolvem os problemas derivados do reconhecimento e da homologação de diplomas, uma vez que o aluno obtém um título válido e reconhecido nos dois países ou um título em cada país. Eles são graduados que podem aceder diretamente ao mercado de trabalho dos dois países, sem ter que cumprir qualquer procedimento burocrático.

Gráfico 8. Ibero-América - Estudantes de doutorado



Fonte: Elaboração própria.

Parte II: Educação

Programa Paulo Freire plus

A OEI lançou nos últimos anos o programa de mobilidade Paulo Freire, aprovado na XXIV Conferência Ibero-americana de Educação no México em 2014. Conforme indicado acima, o número de mobilidades é pequeno e, além disso, apresenta um propósito muito unidirecional em sua atual formulação. Em outubro de 2017, realizou-se o primeiro encontro de coordenação do programa, que teve como uma das principais conclusões a inclusão de outras iniciativas de mobilidade Ibero-americanas, bem como a promoção de redes de cooperação universitária com potencial para lançar projetos de colaboração mais amplos e que fossem além de sua própria mobilidade.

Por este motivo, a OEI propõe uma versão ampliada e reforçada do programa: o Paulo Freire *plus*.

Tendo em vista a criação do EIC, consideramos importante que este não seja apenas um espaço em que o conhecimento seja compartilhado, mas também onde novos conhecimentos sejam gerados. Portanto, o programa é estendido para incluir programas de doutorado, que são aqueles que fornecem esse novo conhecimento. Além disso, como mostra o gráfico anterior, o crescimento do número de estudantes de doutorado está sendo mais modesto do que no caso de mestrados e graduações, portanto parece necessário fomentar e apoiar o acesso de mais estudantes a estudos de doutorado.

Propõe-se igualmente uma ampliação do campo temático do programa, levando em consideração que, além da educação, existem outras áreas de conhecimento nas quais as universidades da região estão despontando. O objetivo é que este programa possa ajudar a multiplicar o impacto e o escopo da investigação que estão realizando.

Desta forma, o programa também financiaria bolsas de estudo pré-doutorais para estudantes que decidissem cursar programas de doutorado em uma universidade da região diferente daquela em que completaram seus estudos anteriores e que, por sua vez, seja uma universidade de um país distinto do de sua nacionalidade.

É uma forma de promover os estudos de doutorado na região e apoiar a vocação para a investigação. Desta forma, também é necessário que o candidato tenha sido aceito não apenas em estudos de doutorado, mas também em um dos grupos de investigação ligados a ele. Assim, o programa está voltado para apoiar a formação dos estudantes de doutorado e também

o trabalho dos grupos de investigação das nossas universidades, que muitas vezes não dispõem dos recursos humanos que as investigações que realizam necessitam e merecem.

Espera-se que estas bolsas sejam concedidas de forma competitiva para premiar o esforço dos alunos com melhor desempenho e promover entre eles a carreira acadêmica e de investigação. O financiamento cobriria os quatro anos de formação e elaboração da tese de doutorado, e também incluiria ajudas para o deslocamento, uma vez que o aluno tem que realizar um doutorado em outro país da região. Tanto a origem socioeconômica do aluno como o país de destino serão levados em consideração ao determinar esta bolsa-viagem.

A OEI está ciente das dificuldades que muitos dos professores da região estão tendo para obter financiamento para suas investigações. É uma questão preocupante, pois existe uma relação direta entre a qualidade do ensino que transmitem e sua atividade de investigação. Por essa razão, a OEI considera importante apoiar e fomentar a investigação não apenas no início da carreira acadêmica dos professores universitários, mas também ao longo da mesma. Queremos oferecer-lhes oportunidades de continuar sendo investigadores, para ajudar a tomar consciência de que este é um aspecto fundamental de sua carreira acadêmica.

Portanto, a OEI também quer trabalhar no lançamento de uma convocatória competitiva para financiar projetos de investigação envolvendo professores de pelo menos duas universidades da região.

Neste caso, espera-se que a convocatória, pelo menos inicialmente, esteja diretamente relacionada com as áreas identificadas como prioritárias pela OEI para os próximos dois anos, tais como a educação, os direitos humanos, o uso inovador das TICs no campo da educação, o impacto da educação na integração regional, ou a língua portuguesa e o resto das línguas da região. Em suma, busca-se promover novos conhecimentos em áreas que possam ajudar a OEI a cumprir melhor as suas metas e os seus objetivos.

Estes projetos seriam concedidos por meio de um concurso competitivo de acordo com critérios de avaliação previamente estabelecidos e com duração



máxima de três anos. Deste modo, pretende-se que sejam projetos reconhecidos no meio acadêmico e da investigação e que possam servir, por exemplo, como suporte para linhas de investigação de programas de doutorado. Além disso, já que a dimensão regional é importante, será necessário, entre outros aspectos, que seja dada a máxima divulgação ao grupo e seus resultados para que a investigação Ibero-americana comece a ter um impacto internacional.

A OEI disponibiliza a esses grupos e aos doutorandos do programa a Revista Ibero-americana de Educação (RIE) como um meio para divulgar suas investigações, e como outra forma de conseguir que esse novo conhecimento que está sendo gerado na área deste programa repercuta sobre a OEI. A RIE começaria assim uma nova etapa na qual se aspira a tratar a educação sob uma perspectiva ampla e multidisciplinar, como corresponde à perspectiva da educação do século XXI. O nosso objetivo é também garantir que seu índice de impacto seja maior, e conseguir que em suas páginas haja um equilíbrio adequado entre autores de longa trajetória docente e investigadora ao lado de outros mais novos, os quais queremos apoiar no início de sua carreira.

Sociedade digital, tecnologia e ensino superior

Sociedade digital, tecnologia e ensino superior

Como observado anteriormente no início deste capítulo, a revolução digital e tecnológica (robótica, inteligência artificial, indústria 4.0, internet das coisas, etc.) está gerando um grande impacto na economia e nas nossas sociedades em geral. Isto ocorre igualmente no campo da educação, onde o chamado EdTech abre oportunidades interessantes, especialmente em termos de acesso à educação e personalização da oferta de formação. A OEI quer ajudar os sistemas universitários da região a conhecer as inovações de um setor em plena expansão e a enfrentar o desafio de integrá-los e explorar todo o seu potencial.

Além dos benefícios mencionados acima, as inovações tecnológicas também podem ajudar a melhorar os resultados dos alunos, melhorar a eficiência das universidades e promover a igualdade. É necessário incentivar que o ensino superior Ibero-americano inicie um processo de transformação digital, para que possa aproveitar o máximo rendimento possível destas novas tecnologias.

É necessário destacar que esta transição é onerosa porque, entre outras coisas, requer treinamento e uma mudança de paradigma sobre como educar no século XXI. Por exemplo, a presença na sala de aula, embora seja imprescindível em muitos programas curriculares, deve necessariamente ser complementada com ambientes de realidade virtual e aumentada. Por esta razão, a OEI também quer acompanhar as universidades neste ponto e unir esforços para oferecer aos estudantes da região as competências digitais e a formação que o mercado de trabalho exige atualmente.

Nesta premissa, a oferta de formação da OEI para o próximo biênio será reorientada e atenderá exclusivamente às exigências dos estados membros, aos quais se deseja continuar a ajudar nas suas necessidades de formação. Esforços especiais continuarão a ser realizados na área de formação de professores e outros atores-chave (administradores, diretores, formuladores de políticas, etc.) e em seu desenvolvimento profissional, aproveitando a experiência acumulada da OEI neste campo e contribuindo de maneira substantiva para as políticas educacionais Ibero-americanas.

Os programas de formação exigidos pelos países da OEI serão ministrados em colaboração com as universidades da região e por meio de processos públicos e competitivos. Desta forma, conseguiremos garantir que seja uma formação de máxima qualidade em termos de conteúdo, mas também em termos dos requisitos técnicos e de todo tipo que derivam da modalidade de ensino a distância e/ou semipresencial. Estamos convencidos de que as universidades da nossa região têm o talento e o conhecimento necessários para atender às necessidades de formação que nos colocam os países membros. Além disso, a partir desta simbiose será possível detectar novos e interessantes campos de investigação, que poderão ser abordados com a formulação ampliada do programa proposto Paulo Freire *plus*.

Trata-se, portanto, de redirecionar a oferta de formação da OEI para que seja coerente com todas as questões apresentadas neste capítulo e que fortaleça as alianças estratégicas nela indicadas em relação aos principais atores do sistema universitário.

Parte II: Educação

Medidas de acompanhamento

Este programa de trabalho também é acompanhado por uma série de medidas que garantam o alcance de sua máxima disseminação possível. Por isso, como foi indicado anteriormente, a OEI vai colocar ao serviço deste programa todos os meios à sua disposição: RIE, website, publicações, monografias, etc. Para que o EIC comece a ter sua própria entidade e seja algo mais do que um louvável propósito, é preciso lançar iniciativas como as contempladas neste capítulo. Mas é igualmente importante dar visibilidade a este processo e que o maior número possível de pessoas perceba que o EIC começa a ser uma realidade.

Da mesma forma, nas páginas anteriores, foi dada ênfase especial ao fato de que este programa de trabalho requer, para ser colocado em prática, a colaboração de instituições e atores-chave no campo do ensino superior. Portanto, é importante convocar eventos que lhes permitam reunir em torno de agendas de trabalho ou projetos específicos, que sejam relevantes e que exijam sua contribuição e participação. Está também prevista a realização de seminários, conferências, oficinas de especialistas regionais e sub-regionais, etc.

Educação técnico-profissional

Neste capítulo dedicado ao ensino superior e ao Espaço Ibero-americano do Conhecimento (EIC), não poderia faltar uma referência à educação técnico-profissional. Na XXV Conferência Ibero-americana de Ministros da Educação, realizada em Andorra em 2016, a OEI apresentou o Programa Regional de Educação e Formação Técnico-Profissional, que está sendo desenvolvido em colaboração com as administrações públicas correspondentes dos países membros da OEI. O objetivo do programa é

promover o desenvolvimento institucional de políticas de reforma da formação profissional que contribuam para o aperfeiçoamento dos sistemas de qualificações e da formação profissional.

E, deste modo, contribuir para fortalecer e melhorar a qualidade dos processos de modernização da educação técnico-profissional na Ibero-América e a incorporação — na cultura dos trabalhadores e da juventude — da formação empreendedora e da aprendizagem ao longo da vida, a fim de melhorar a sua empregabilidade, bem como incrementar a competitividade das empresas e do conjunto dos respectivos sistemas produtivos.

As linhas de ação do programa que foram desenvolvidas para atingir esses objetivos são:

- ◆ Estabelecimento de um Sistema Nacional de Certificação Profissional (SNCP).
- ◆ Melhoria da Qualidade da Educação e Formação Técnico-Profissional (EFTP)
- ◆ Desenvolvimento da informação e orientação profissional.
- ◆ Fortalecimento do governo e da gestão da EFTP.
- ◆ Maior investimento em EFTP.
- ◆ Aumento do número de beneficiários da EFTP.
- ◆ Avaliação e monitoramento da EFTP.

No ano de 2017, foram lançadas doze iniciativas nacionais com o apoio da OEI na Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai. Algumas delas obtiveram excelentes resultados mediante a realização de seminários e oficinas de formação e capacitação presencial, a priorização de setores produtivos para trabalhar nos países, a definição de um curso virtual, a formação de comitês estratégicos interinstitucionais, o levantamento de aproximadamente 50 perfis profissionais para um total de mais de 500 beneficiários, a realização de jornadas de assistência técnica presenciais e a distância e o reconhecimento de habilidades manuais (saber fazer).

Deve-se notar também que a OEI, em cooperação delegada da UE, está realizando um projeto no Paraguai relacionado ao Sistema Nacional de Certificação Profissional (SNCP). Este projeto visa transformar e adaptar as ofertas educacionais em coerência com a demanda por produção e emprego em âmbito nacional para gerar crescimento econômico e social. Isso será possível com a implementação de um sistema baseado no fornecimento de documentos normativos, como o Catálogo Nacional de Qualificações e o Quadro Nacional de Qualificações. Para isso, realizam-se uma série de ações específicas: a assistência técnica para a construção do Quadro Nacional de Qualificações por meio de uma consultoria internacional; a identificação



de perfis em famílias profissionais priorizadas; a preparação de currículos para os diferentes níveis com base em perfis profissionais e a formação de pelo menos 300 técnicos dos níveis de formação profissional de jovens e adultos, bacharelado técnico e ensino superior.

Durante o próximo biênio, o Programa Regional de Educação e Formação Técnico-Profissional da OEI continuará a ser implementado, especialmente considerando os bons resultados obtidos até o momento. Como novidade para este novo período, importa ressaltar que será dada especial ênfase à necessidade de que essa formação se adapte progressivamente aos desafios colocados pela Indústria 4.0. Um estudo recente da Universidade de Oxford indica que 47% dos empregos poderiam ser completamente automatizados nos próximos 20 anos (Frey e Osborne, 2017). Embora seja verdade que na América Latina a adoção de inovações tecnológicas é mais lenta do que em outras regiões, o Banco Mundial considera que países como a Argentina ou o Uruguai estão entre aqueles com maior potencial de automatização, com 60% de empregos passíveis de serem automatizados (Banco Mundial, 2016). Essas mudanças podem representar, ao contrário do que parece, uma oportunidade desde que a formação se adapte às mudanças e, por exemplo, preste maior atenção às competências digitais, para que os jovens se acostumem a trabalhar em ambientes cada vez mais tecnológicos.

Em conclusão, estas páginas descrevem um programa de ação no campo do ensino superior para os próximos dois anos, nos quais a OEI finalmente quer dotar o EIC de conteúdo específico, com a intenção de que ele comece a tornar-se uma realidade. Para que isso aconteça, a premissa é que nós devemos fazer um esforço conjunto para fortalecer os mecanismos de informação, publicidade e transparência de nossos sistemas universitários. Quanto mais nítida seja a imagem que tenhamos deles e de como eles se relacionam entre si, melhor poderemos determinar o caminho a seguir para atingir esse objetivo. Isso também requer que os principais atores do sistema se envolvam e juntos removamos obstáculos técnicos que, na prática, dificultam a mobilidade e o reconhecimento de estudos e diplomas. A OEI quer tomar a iniciativa nesta questão e ser um ponto de encontro e de debate, para conseguir os acordos necessários nesse sentido.

Por outro lado, como assinalamos, a OEI quer dar um impulso importante à mobilidade e aos programas universitários de dimensão regional, fomentando os graus acadêmicos duplos entre nossas instituições de ensino superior e mediante uma versão ampliada e melhorada do programa *Paulo Freire plus*. Pretende-se assim apoiar e reconhecer a investigação que está

sendo realizada nas universidades da região, pois ela contribui para aumentar seu prestígio internacional e melhorar a qualidade de seu ensino. O uso de novas tecnologias também pode ser decisivo e oferecer aos graduados Ibero-americanos as competências exigidas por um setor produtivo em plena revolução digital.

É um programa de trabalho ambicioso, mas que atende às necessidades do ensino superior Ibero-americano e que se dá num momento em que os países da OEI e nossa instituição estão especialmente preparados e motivados para colocá-lo em prática.

Parte III:

Programa Ibero-americano de Difusão da Língua Portuguesa



Parte III: Programa Ibero-Americano de Difusão da Língua Portuguesa

Figura 7. Países (em destaque) nos quais o português é a língua oficial



Fonte: Elaboração própria.

A OEI tem duas línguas oficiais, espanhol e português, nas quais atua interna e externamente, desenvolvendo assim seu trabalho em línguas que representam em conjunto uma das maiores comunidades linguísticas globais. Além disso, a Organização apoia e promove as centenas de línguas nativas da região Ibero-americana, um símbolo da sua história, diversidade e cultura.

Marco de Ação

O português é o 4º idioma mais falado no mundo, o 3º mais falado no hemisfério ocidental e o mais falado no hemisfério sul do planeta. Atualmente, tal idioma é falado por mais de 263 milhões de pessoas em todo o mundo, distribuídas em quatro continentes: África, América do Sul, Ásia e Europa. É a língua oficial de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Além disso, tem estatuto de língua oficial em algumas regiões, como a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) da República Popular da China, e outras onde é falada por uma parte restrita da população, como o caso de Goa (um estado da Índia). Somados apenas

os quatro maiores países lusófonos, são mais de 250 milhões de pessoas.

A dispersão da língua em distintos continentes deve-se principalmente à política de expansão de Portugal, especialmente nos séculos XV e XVI, quando surgiu uma grande quantidade de colônias. Sendo assim, a língua da metrópole foi introduzida e logo se juntou com as culturas locais, formando uma diversidade de dialetos. Essas novas formas de falar o português fora da pátria mãe eram denominadas línguas crioulas de base portuguesa.

Conforme o documento *Perspectivas para o Século XXI*¹³ elaborado pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (Camões, I.P.), o português tem ganho falantes de forma contínua, desde o início do século XX.

A língua portuguesa, sendo pluricontinental e policêntrica, é falada e escrita de formas distintas de acordo com as histórias, patrimônios, vizinhanças linguísticas, estruturas gramaticais, referências culturais e usos sociais diferentes. Todas as variantes devem, portanto, ser valorizadas. Ela não possui somente uma norma-padrão, sendo uma língua ampla, viva e pluriforme e que não é propriedade de ninguém. A



língua portuguesa é de todos seus falantes, de diferentes nações e continentes: dos angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, portugueses, santomenses, timorenses e de tantos outros.

De acordo com o *Novo Atlas da Língua Portuguesa* (Reto, Machado e Esperança, 2016), o valor mais fundo da língua portuguesa reside na enorme riqueza da sua projeção, da sua variedade e policentrismo, da sua natureza viva e dinâmica. Outras dimensões de valor a considerar são o propriamente linguístico, o cultural e literário, o identitário, o comunicacional, o econômico e o estratégico.

Entretanto, a língua portuguesa não se limita geograficamente aos países que a consideram como língua oficial. Prolonga-se pelos territórios por onde vêm ocorrendo as diásporas dos países lusófonos. Há mais de 5,3 milhões de pessoas dos países de língua portuguesa que vivem noutros países, espalhados por todo o mundo. Incluem-se nesse número tanto os que se deslocaram como os descendentes já nascidos nos países de destino, mas que conservam a nacionalidade de origem. Brasil e Portugal são os dois países de maiores diásporas de língua portuguesa.

O português tem-se afirmado como língua oficial de trabalho de várias organizações internacionais de tipos e âmbitos de atuação variados. Em algumas dessas organizações a língua portuguesa é a língua oficial, em outras acumula esse estatuto com o de língua de trabalho. Ser língua oficial, no entanto, significa estar registrada enquanto língua oficial nos estatutos e regimentos, e poder ser utilizada em declarações orais e escritas.

Algumas Organizações Internacionais que têm o português como língua oficial e/ ou de trabalho:

- ◆ OEI – Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura;
- ◆ CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- ◆ CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe;
- ◆ OEA – Organização dos Estados Americanos;
- ◆ ALADI – Associação Latino-Americana de Integração;
- ◆ NASUL – União de Nações Sul-Americanas;
- ◆ CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental;
- ◆ UA – União Africana;

- ◆ CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos;
- ◆ MERCOSUL – Mercado Comum do Sul;
- ◆ UE – União Europeia;
- ◆ UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;
- ◆ OMS – Organização Mundial da Saúde;
- ◆ ACP – Países de África, Caraíbas e Pacífico;
- ◆ OUA – Organização de Unidade Africana;
- ◆ SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral;
- ◆ UL – União Latina; e
- ◆ UEMOA – União Econômica e Monetária da África Ocidental

O português é oriundo do latim vulgar, língua que os romanos inseriram em uma região ao norte da Península Ibérica, chamada A Lusitânia. A partir da invasão dos romanos na região, praticamente todos os povos começaram a usar o latim, salvo o povo basco. Nesse processo teve início a constituição do espanhol, do galego e do português.

O português conta com 29 mil quilômetros de fronteiras com outras línguas oficiais: o espanhol, o inglês, o francês, o holandês, o bahasa indonésio, o chinês, o guarani, dentre outras o que permite interessantes alianças geolinguísticas. Em sua essência é uma língua românica, ou seja, ibérico-românica, que deu origem também ao castelhano, catalão, italiano, francês, romeno e outras.

A difusão e o fortalecimento da língua portuguesa no espaço Ibero-americano ampliam as possibilidades de cooperação entre as Nações possibilitando o enriquecimento cultural, a diversidade linguística e o multiculturalismo.

A língua é o meio pelo qual os homens estabelecem relações de reciprocidade linguístico/culturais no intuito de, em diferentes contextos situacionais, construir relações interpessoais por meio de diferentes formas de comunicação e/ou linguagem.

Parte III: Programa Ibero-Americano de Difusão da Língua Portuguesa

O português e o espanhol, no seu conjunto, representam um grande valor por serem duas línguas que, pela sua afinidade, se entendem entre si: juntas configuram uma das maiores comunidades linguísticas, com cerca de 800 milhões de usuários.

Objetivo geral

O objetivo geral do projeto é potencializar o uso da língua portuguesa num modelo bilíngue junto com o espanhol na região Ibero-americana, ampliando os espaços políticos, educativos, culturais, convertendo a OEI numa organização essencialmente bilíngue e de referência na região.

Objetivo específico

O objetivo específico é ampliar os espaços de cooperação no campo da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia, com a finalidade de trocar experiências de bilinguismo (português e espanhol) em escolas de fronteira, desenvolver programas de formação de professores e produzir materiais bilíngues para toda a região.

A iniciativa busca também promover o desenvolvimento de estratégias de cooperação com a CPLP para promover projetos colaborativos de difusão da língua portuguesa, potencializando dessa forma a cooperação bilateral e multilateral entre os países da região.

Linhas Gerais de Ação

Desenvolvimento de ações coordenadas de intercâmbio e mobilidade nas áreas de educação e cultura para promover e valorizar a língua portuguesa e demais línguas da região.

Pretende-se colaborar com as áreas de educação e cultura dos países da região para desenvolvimento de espaços de discussão e difusão das línguas faladas nos países e divulgando a língua portuguesa como língua oficial do espaço Ibero-americano.

Promover o intercâmbio de experiências e mobilidade de profissionais da educação e da cultura para

construírem projetos colaborativos no tema das línguas da Ibero-América. A intercomunicação com pares, o trabalho em equipe, as redes de colaboração e trocas de ideias, a disseminação de propostas e resultados de investigação, os grupos de referência temática, são hoje condição essencial para o aperfeiçoamento de investigações científicas e avanço do conhecimento. O pesquisador não mais trabalha isolado, nem produz sozinho, ele deve estar conectado em redes de pesquisas e colaboração científica.

O intercâmbio científico tem um poder formativo extraordinário e se realiza não somente por meio de congressos e seminários científicos, mas também por vários mecanismos como estágios, professores visitantes, desenvolvimento de projetos interinstitucionais, participação em redes de pesquisadores em temas correlatos, participação em grupos de pesquisas e outros (Gatti, 2005).

Para o desenvolvimento de pesquisa nas áreas de educação e cultura, iniciativas de intercâmbio e mobilidade criam possibilidades para fomentar interlocuções e formar grupos de referência temática no âmbito da região Ibero-americana. Constituir bases de trocas entre pesquisadores na mesma temática é fundamental para o desenvolvimento científico da região.

Nesse sentido, propõe-se promover alianças e redes de intercâmbio de universidades, professores e alunos de pós-graduação para desenvolverem projetos conjuntos no campo da língua portuguesa e demais línguas presentes no espaço Ibero-americano, de forma a reafirmar e valorizar a diversidade cultural e linguística da região, condição essencial para integração equitativa e solidária entre as nações.

Desenvolvimento de projetos em escolas nas áreas de fronteira do Brasil com países da América do Sul de língua espanhola e de Portugal com Espanha

Promover experiências de bilinguismo e interculturalidade em escolas situadas em cidades vizinhas em fronteiras do Brasil com países da América do Sul e em zonas fronteiriças entre Portugal e Espanha.

A educação que se pretende nessa iniciativa nas escolas



de fronteira, implica o conhecimento, a valorização e a produção das culturas existentes, tendo por base práticas que caminhem para a interação e o diálogo entre os grupos envolvidos fazendo surgir novos conceitos de cultura, o reconhecimento das características próprias e o respeito mútuo. Além disso, se proporciona o conhecimento e o uso de mais uma língua, o que contribui para o aprimoramento de suas relações comunicativas, tendo em vista que esses alunos se encontram, em maior ou menor grau, expostos a situações de utilização de ambos os idiomas.

A iniciativa visa o desenvolvimento de um modelo de ensino comum nas escolas de fronteira, garantindo, assim, que alunos e professores tenham a oportunidade de se educar e se comunicar nas duas línguas a partir do desenvolvimento de um programa intercultural.

Para que o processo de sensibilização seja bem sucedido, é importante partir do conhecimento prévio dos alunos, das famílias e de suas realidades por parte dos professores do outro país. Prevê-se, assim, que as escolas desenvolvam uma sistemática de trabalho de sensibilização dos pais para o desenvolvimento de atitudes positivas frente ao bilinguismo e à interculturalidade.

Uma educação para as escolas de fronteira, nesse contexto, implica o conhecimento e a valorização das culturas envolvidas, tendo por base práticas de interculturalidade. Como efeito da interação e do diálogo entre os grupos envolvidos, têm-se, então, relações entre as culturas, o reconhecimento das características próprias, o respeito mútuo e a valorização do diferente como diferente (e não como “melhor” ou “pior”).

Por interculturalidade podemos entender pelo menos dois tipos de fazeres diferentes:

1. O primeiro seria um **conjunto de práticas sociais ligadas a “estar com o outro”**, entendê-lo, trabalhar com ele, produzir sentido conjuntamente. Como em toda prática social, interculturalidade se vive na medida em que se produzem contatos qualificados com o outro, como por exemplo, nos planejamentos conjuntos dos professores dos dois países, nos projetos de aprendizagem em que interagem alunos brasileiros e argentinos, uruguaios, paraguaios, peruanos, colombianos ou bolivianos, cada grupo com sua maneira culturalmente diferente de olhar para os mesmos objetos de pesquisa, na participação em eventos próprios de cada país, como por exemplo, na ocasião em que pais e alunos de uma escola argentina participam de uma festa junina brasileira. Esta dimensão da interculturalidade é a dimensão das vivências, fundamental no campo dos conhecimentos atitudinais.

2. Entende-se interculturalidade também como **conhecimentos sobre o outro, sobre o outro país**, suas formas históricas de constituição e de organização, conhecimentos estes que precisam estar presentes na grade curricular dos projetos de aprendizagem planejados e executados nas escolas. São estes conhecimentos sobre o outro que possibilitarão, aos alunos, sentirem-se partícipes de histórias comuns, por exemplo, quando um estudante brasileiro consegue entender e apreciar o esforço sanmartiniano na guerra de independência da Argentina e a sua dimensão latino-americana. Nesta dimensão da interculturalidade incorporar-se-ão a história, a geografia, as dimensões literárias, artísticas, religiosas, etc. do outro país nos projetos de aprendizagem realizados conjuntamente de forma bilíngue. Esta é a dimensão informacional da interculturalidade.

Ademais, a educação pensada para as zonas de fronteira proporciona aos alunos das escolas do programa o conhecimento e o uso de mais uma língua, o que contribui para a qualidade da educação e para o aprimoramento de suas relações comunicativas, tendo em vista que esses alunos encontram-se, em maior ou menor grau, expostos a situações de utilização de ambos os idiomas.

Na fase inicial do projeto, as escolas participantes seguem os calendários e as práticas curriculares dos seus respectivos sistemas de ensino e há uma caminhada de médio prazo até que se possa pensar tanto em um modelo comum compartilhado quanto em um calendário único para as escolas que, assim, terão mais facilidade de planejamento conjunto do que no momento.

Este modelo comum não é a justaposição de dois currículos nacionais nas escolas envolvidas, mas uma série de acordos e negociações que os sistemas escolares envolvidos (escolas, secretarias municipais e estaduais de educação, ministérios provinciais de educação, ministérios nacionais) realizam dentro de um quadro comum estabelecido, num primeiro momento, nas Reuniões Técnicas Bilaterais e pelos trabalhos da Comissão Curricular do Programa, instituída pelos países participantes. A Comissão Curricular planeja o texto curricular básico de referência.

Estabelecido o quadro curricular de referência do Programa Escolas Bilíngues de Fronteira, cada sistema escolar e cada escola participante elaborará, de forma mais precisa, seu plano político-pedagógico (PPP) / projeto educativo institucional (PEI) e, conseqüentemente, suas rotinas e estratégias de trabalho. Este marco de funcionamento está, em muitos aspectos, neste momento, estabelecido, de fato, pelas práticas

Parte III: Programa Ibero-Americano de Difusão da Língua Portuguesa

docentes e de gestão em curso e, com aval das reuniões técnicas bilaterais periódicas. Nesse sentido, essas práticas devem gerar uma base curricular comum da qual todos os profissionais e instituições envolvidas são partícipes, e que será sistematizada pela Comissão Curricular do Programa.

A proposta é iniciar com a primeira série do ensino fundamental ou 1º ano da *"Educación General Básica"* (EGB) / Ensino Fundamental de docente da 'escola-espelho' do outro país, falante da segunda língua, em um determinado número de horas semanais. A projeção pretendida é de que a cada ano se amplie o número de turmas envolvidas e que se avance para a próxima ou próximas séries, conforme as possibilidades concretas dos sistemas escolares, permitindo aos alunos também o avanço das suas experiências na segunda língua e na familiarização com a cultura e as informações referentes ao outro país.

Dessa forma, inicia-se a exposição dos alunos à segunda língua a partir mesmo da sua chegada no ensino fundamental, quando suas disposições e capacidades para o aprendizado de línguas são maiores do que em idade mais avançada. Isso não impede que futuramente também as crianças da educação infantil sejam envolvidas no ensino bilíngue e intercultural de maneira sistemática, ação que já vem ocorrendo em algumas escolas argentinas, com quadro próprio de professores, como é o caso da Escola Bilíngue N° 1 de Bernardo de Irigoyen.

Outro aspecto importante do programa é o intercâmbio docente a partir da disponibilização de quadros já formados em ambos os países e que atuam nas escolas envolvidas. A unidade básica de trabalho, portanto, é o par de "escolas-espelho", que atuam juntas formando uma unidade operacional e somando seus esforços na construção da educação bilíngue e intercultural. Esta forma permite aos docentes dos países envolvidos vivenciarem eles mesmos, na sua atuação e nas suas rotinas semanais, práticas de bilinguismo e de interculturalidade semelhantes às que querem construir com os alunos, na medida em que se expõem à vivência com seus colegas do outro país e com as crianças das várias séries com as quais atuam.

Igualmente importantes são as demandas por maior intercâmbio dos alunos das duas escolas-espelho, dada o movimento positivo que o "cruce" de professores tem provocado nas escolas, que possibilitou o despertar da curiosidade das crianças sobre o outro país.

O programa é constituído por uma coordenação em cada um dos Ministérios de educação dos países participantes, por coordenadores locais das redes gestoras e por coordenadores em cada escola. Estas

equipes participam do planejamento conjunto das escolas-espelho, propiciam discussões sobre didática das línguas e sobre o trabalho com projetos de aprendizagem para a escola, assistem periodicamente a algumas aulas para colaborar no aprimoramento da ação docente dos professores, organizam a relatoria do programa e ajudam a manter as comunicações entre todas as instâncias da organização do trabalho.

Esse projeto já teve uma experiência no âmbito do MERCOSUL a partir de 2005 e foi interrompido nos últimos anos. Avaliações apontam que tiveram pontos positivos que merecem ser redimensionados e redesenhados para que possam expandir e promover o intercâmbio entre alunos e professores na região. Neste sentido, é preciso destacar que o projeto visa que os alunos participantes da experiência se transformem em cidadãos ativos para converter a fronteira em um espaço democrático de cooperação.

No caso das regiões fronteiriças hispano-portuguesas, parte-se de experiências prévias a que este programa trará conhecimento, boas práticas, um desenvolvimento e uma projeção Ibero-americana.

Um cidadão sensível à interculturalidade que, ao longo do seu percurso escolar, tenha experimentado diferentes situações de contato com a outra cultura, permitindo-lhe gerar critérios amplos e tolerantes perante a diversidade. Além disso, o aluno poderá adquirir domínio suficiente das línguas portuguesa e espanhola para interagir com seus pares em contextos previsíveis de intercâmbio linguístico. Ao trabalho intercultural e de sensibilização linguística realizado nos primeiros anos de escolaridade, soma-se, nos últimos anos, um trabalho mais sistemático que permita aos alunos atuar de forma plena em contextos que demandem a utilização de práticas sociais de compreensão e produção nas duas línguas.

Sugere-se, portanto, resguardando o conceito de cidades-gêmeas, para fins de implementação piloto de uma nova fase do projeto, priorizar um conjunto de cidades que facilitem o processo de trânsito de professores e a cooperação pedagógica entre as escolas participantes de ambos os lados da fronteira. A seleção das cidades e escolas deverá ser embasada por acordo bilateral envolvendo os governos de ambos os países, incluindo suas respectivas chancelarias e Ministérios da Educação, e possíveis agências de apoio ao projeto.

Desse modo, foram levantadas regiões de fronteira seca, em que as cidades possuem intensa atividade de intercâmbio de pessoas e serviços, e, em alguns casos, situações de quase conurbação na região fronteiriça. A exceção a esta regra foi a região da tríplice



fronteira fluvial entre Brasil-Argentina-Paraguai, onde o intenso intercâmbio de pessoas e serviços entre as cidades médias localizadas nessa região constitui uma oportunidade promissora para a implementação do projeto local. Assim, as cidades sugeridas para participarem do piloto são:

Fronteira Brasil-Uruguai:

Chuí-Chuy
Livramento-Rivera

Fronteira Brasil-Argentina:

Bernardo de Irigoyen-Dionísio Cerqueira
-Barracão

Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai:

Foz do Iguaçu-Puerto Iguazu-Ciudad del Este

Fronteira Brasil-Paraguai:

Mundo Novo-Guaíra-Salto del Guairá
Paranhos-Ype Jhu
Coronel Sapucaia-Capitán Bado
Ponta Porã-Pedro Juan Caballero

Fronteira Brasil-Bolívia:

Corumbá-Puerto Suarez
Guajara-Mirim-Guayaramerin

Fronteira Brasil-Colômbia:

Tabatinga-Letícia

Fronteira Brasil-Peru:

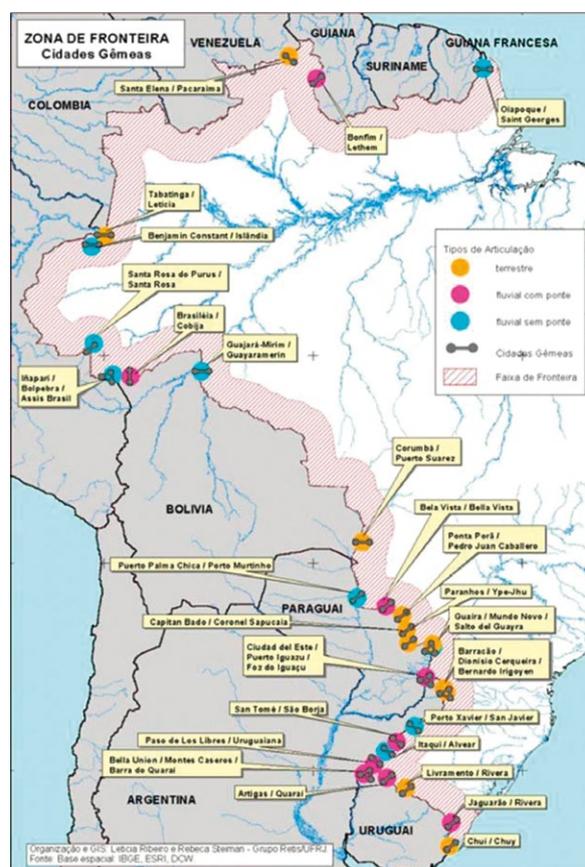
Benjamin Constant-Islândia

Fronteira Portugal-Espanha:

Em avaliação

É uma experiência que tem proporcionado às comunidades, às escolas envolvidas e aos Ministérios da Educação de ambos os países a oportunidade de vivenciar relações de interculturalidade e a desenvolver rotinas de trabalho bilíngues, com o uso do português e do espanhol, experiência fundamental para os objetivos políticos e culturais dos países participantes.

Figura 8. Mapa das cidades fronteiriças do Brasil com países da América do Sul



Fonte: Steinmann, 2002

Produção de materiais e documentos técnicos bilíngues no âmbito da OEI

Nos espaços de cooperação internacional dedicados por essência ao diálogo e à articulação, os desafios ligados às línguas de comunicação são consideráveis.

A Organização de Estados Ibero-americanos tem em seu estatuto como línguas oficiais o português e o espanhol. Assim a comunicação, o diálogo e a produção de materiais e documentos nos idiomas oficiais é uma importante e necessária estratégia para reafirmar a relevância da diversidade linguística como fator de democratização das relações internacionais.

A consideração pelo multilinguismo num contexto de cooperação constitui uma defesa contra a hegemonia e predominância de uma cultura, ampliando os espaços de entendimento e promovendo a interculturalidade necessária à democracia entre as nações.

Parte III: Programa Ibero-Americano de Difusão da Língua Portuguesa

Numa Organização Internacional cada país membro dispõe dos mesmos direitos e deveres, portanto o acesso à informação e suas contribuições devem ser realizadas nas línguas oficiais. Isso representa a equidade e o respeito às identidades e culturas de cada país. A escolha da língua de comunicação pode afetar a capacidade de se expressar, de se fazer compreender e de defender eficazmente os seus pontos de vista e intenções e conseqüentemente, estabelecer um diálogo de qualidade.

A finalidade é restabelecer um equilíbrio dinâmico entre as línguas oficiais, adotando no cotidiano dos trabalhos da organização e nas dinâmicas de trabalho de modo a enriquecer e fortalecer a riqueza da diversidade cultural.

Para assegurar a democratização das línguas oficiais, a OEI deverá preparar os materiais para as reuniões, documentos oficiais e relatórios nas duas línguas: português e espanhol, bem como, se for necessário, utilizar intérpretes e tradutores para facilitar o entendimento dos debates e discussões. Os sites de internet da Organização e materiais de divulgação também devem, progressivamente, serem apresentados nos dois idiomas.

A finalidade é que a OEI seja de fato uma Organização bilíngue que valoriza e respeita os dois idiomas oficiais numa mesma simetria.

Desenvolvimento Profissional de Professores

Pretende-se promover junto aos ministérios de Educação com o envolvimento de universidades e instituições formadores nos países iniciativas de formação de professores na língua portuguesa, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento da língua portuguesa como área de conhecimento no currículo escolar, bem como aprimorar as práticas pedagógicas adotadas na formação de modo a evitar conteúdos gramaticais fragmentados e descontextualizados. É necessário proporcionar um ensino produtivo que possa garantir um domínio efetivo da linguagem que se processam nos ambientes socio-interacionais dos quais participa.

É ainda importante enfatizar que a formação de professores deve estar alinhada com os objetivos do ensino da língua portuguesa de cada país, de modo a garantir o desenvolvimento da competência comunicativa dos indivíduos, no sentido de garantir o domínio da leitura, da escrita e da fala em situações comunicativas diversificadas, bem como a compreensão da realidade social, histórica e estrutural da linguagem.

Outro aspecto relevante a considerar é que a língua portuguesa, como língua policêntrica e pluricontinental, que se realiza em diversas variedades linguísticas, a formação de professores deve levar-se em conta processos diversificados e próprios de cada país. O ensino do português como língua materna, como segunda língua, como língua de herança e como língua estrangeira exige metodologias e estratégias diferentes e apropriadas a cada realidade.

A OEI poderá colaborar com diversos órgãos de formação de professores para o ensino do português, participando de rede regional de formação para o ensino do português, identificando boas práticas e experiências de êxito para serem estimuladas e disseminadas na região.

Colaboração para a certificação de proficiência da língua portuguesa

No mundo global em que vivemos, o conhecimento de línguas é uma necessidade essencial e, portanto, a expansão e ampliação das possibilidades de certificação das aprendizagens e proficiência da língua constitui-se em importante estratégia entre os países. O reconhecimento e a acreditação das competências comunicativas dos alunos em língua portuguesa, independente do país onde residem, facilitará a mobilidade acadêmica, a atuação profissional e científica, bem como contribuirá para adquirir a nacionalidade.

A OEI poderá por meio de sua ampla presença nos países da região Ibero-americana e com articulação estreita com o Brasil e Portugal contribuir para ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de certificação de proficiência da língua portuguesa para estrangeiros de modo a contribuir para sua difusão e fortalecimento.

A intenção é ainda poder colaborar com as Agências e Instituições encarregadas nos países (Portugal e Brasil) de realizarem os processos de certificação de proficiência da língua portuguesa, o CELPE-Bras brasileiro e o Sistema CAPLE português, de Portugal.

Organização regular de Congresso Internacional sobre Espanhol e Português

A região Ibero-americana caracteriza-se por duas línguas com origem comum e as mais próximas das línguas latinas, o que facilita a aprendizagem e



a intercompreensão. Trata-se de duas línguas com grande projeção internacional o que decorre das suas comunidades representarem, em conjunto, 800 milhões de falantes.

Importa desenvolver estratégias específicas que permitam valorizar esta proximidade que é também cultural, com efeitos positivos na ciência, na inovação e no desenvolvimento. Propõe-se, assim, a organização regular de Congresso Internacional sobre as duas línguas que sirva também para traçar um Plano de Ação para o seu reforço na comunidade Ibero-americana e internacionalização, projetando-se a sua realização pela primeira vez em 2019.

O Congresso reunirá acadêmicos, especialistas, políticos e representantes das áreas de cultura e de ambas as línguas para debater e refletir sobre a importância estratégica global do desenvolvimento do bilinguismo na região, estratégias e metodologias de ensino, a presença do português e do espanhol no mundo da ciência, da economia, da cultura, do espaço cibernético e da divulgação científica e cultural. Esta ação poderia inserir-se nas comemorações da rota magalhânica que se pretende tenha particular enfoque no conhecimento e cultura:

IBEROAMÉRICA:
una comunidad, dos lenguas globales

IBERO-AMÉRICA:
uma comunidade, duas línguas globais

O primeiro Congresso servirá para estabelecer o Estado da Arte nas duas línguas nas seguintes áreas: (1) Projeção internacional; (2) Bilinguismo, compreensão mútua, tradução; (3) Certificação de competências; (4) Ensino e formação de professores.

Aproveitando o reconhecimento da OEI como Observadora Associada da CPLP, é importante adicionar como parceiro o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).

Parte IV: Ciência



Ideias para fundamentar a ação da OEI em ciência, tecnologia e inovação

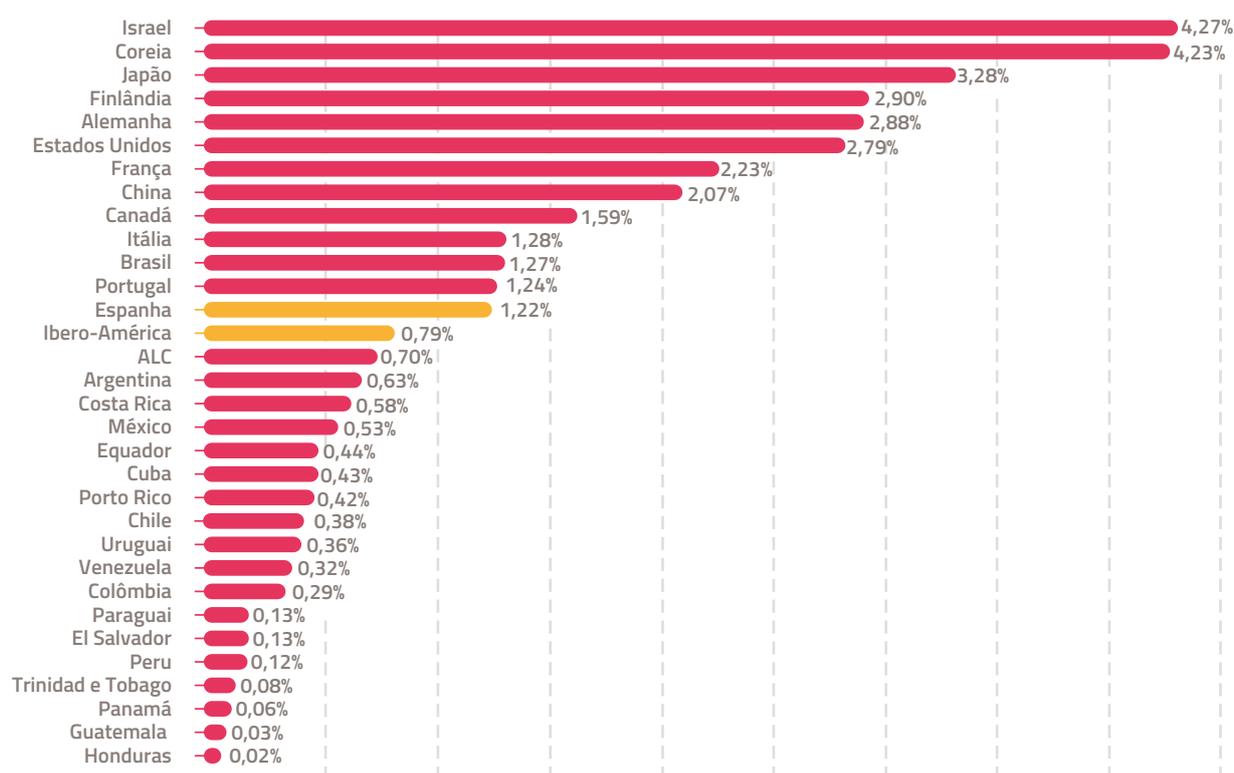
O conhecimento científico e tecnológico é uma das principais riquezas das sociedades contemporâneas e tornou-se um elemento indispensável para promover o desenvolvimento econômico e social dos países. Para denominar este processo cunharam-se termos como “sociedade do conhecimento” e “economia baseada no conhecimento”. Estes termos descrevem fenômenos que possuem um valor emblemático, uma vez que eles descrevem um caminho para o qual todos os países deveriam ajustar seus passos na medida de suas possibilidades.

A prosperidade tem sido associada com o valor que o conhecimento agrega ao trabalho, à produção e aos serviços que o Estado fornece aos seus cidadãos. O

sucesso na trajetória de desenvolvimento dos países depende, portanto, em grande parte, da capacidade de gerir a mudança tecnológica e aplicá-la ao setor produtivo, ao cuidado do meio ambiente, à saúde, à alimentação, à educação e a outras exigências sociais.

Para tal, um elemento muito relevante é o investimento realizado nos países em ciência e tecnologia. Nos países Ibero-americanos, este investimento em ciência e tecnologia é de 0,79% do PIB. Os três países da Ibero-América que mais investiram em ciência e tecnologia são Brasil (1,27%), Espanha (1,22%) e Portugal (1,24%), todos muito abaixo de 4% da Coreia do Sul ou Israel ou de 2,8% da Alemanha e dos Estados Unidos.

Gráfico 9. Investimento em P&D em relação ao PIB em países e regiões selecionados (2015 ou último dado disponível)



Fonte: Elaboração própria.

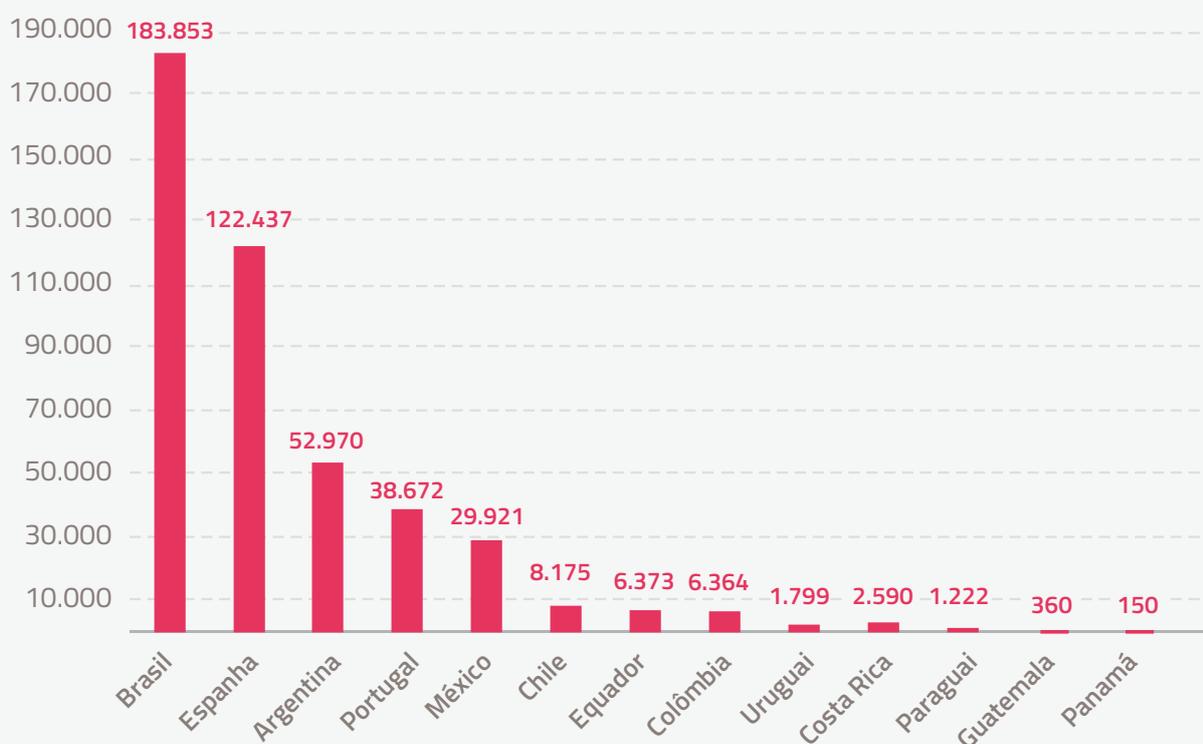


Capacidade científica e tecnológica

É essencial que os países da Ibero-América assumam a decisão estratégica de fortalecer a sua capacidade científica e tecnológica. Isto equivale a ter a possibilidade de gerar conhecimento, transmiti-lo e incorporá-lo às atividades produtivas. Trata-se de um objetivo estratégico difícil de se alcançar no curto prazo. Precisamente por esse motivo, as decisões necessárias para alcançá-lo não permitem mais atrasos nem demoras.

Nem tudo se resume em fortalecer a investigação e desenvolvimento (I&D). Para impulsionar o progresso da sociedade e da economia baseada no conhecimento, é necessário contar com instituições educacionais capazes de formar profissionais de alto nível, e é por isso que o programa Paulo Freire plus foi estendido para oferecer bolsas de estudo pré-doutorais. Além disso, é de suma importância criar sistemas de

Gráfico 10. Número de investigadores e bolsistas (ETI) em países selecionados (ano de 2015 ou último dado disponível)



Fonte: Elaboração própria.

informação científica e tecnológica, fortalecer os mecanismos de ligação entre os centros de I&D e o setor produtivo, aplicar incentivos eficazes para estimular os empresários inovadores a criar um clima cultural que favoreça a livre circulação de ideias, a originalidade, a racionalidade e a independência de critérios.

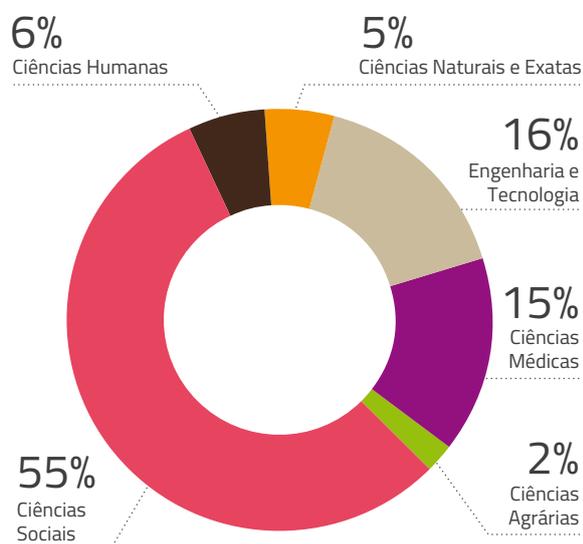
Um dos indicadores mais tradicionais para medir a capacidade em I&D dos países é o número de investigadores equivalentes em tempo integral (ETI).

Entre 2006 e 2015, a Ibero-América passou de 350.000 investigadores equivalentes em tempo integral para 442.000, ou seja, houve um crescimento de 26% e deve-se levar em conta que 56% deles realizam suas atividades de investigação no âmbito universitário.

Para alcançar um aumento significativo no número de investigadores, é necessário incentivar os estudantes pré-universitários a optar por estudos no campo STEM.

Parte IV: Ciência

Gráfico 11. Titulações na Ibero-América segundo disciplina científica, ano 2015



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico acima mostra a necessidade de fomentar as vocações para a ciência e a tecnologia, com ênfase especial no caso das mulheres, que ainda representam uma minoria em engenharia e informática. As mudanças no tecido produtivo com o surgimento da Indústria 4.0, a automatização e a robotização fazem com que cada vez mais perfis STEM sejam demandados, tanto para a indústria quanto para os serviços.

Inovação

Outra decisão estratégica de fundamental importância refere-se ao estímulo à inovação. A inovação é a base da economia do conhecimento, na medida em que constitui uma soma de processos que levam a melhorar a posição competitiva das empresas mediante a geração e a aplicação de novas tecnologias, bem como de novos métodos de produção ou gestão. Desta forma, é possível inovar também para conseguir que o Estado ofereça serviços de maneira mais eficiente. É também o processo de tornar mais eficientes os serviços prestados pelo Estado. A inovação é a meta para a qual muitos dos esforços e políticas públicas em ciência e tecnologia estão orientados, mas ela deve ser contemplada sob uma perspectiva ampla.

Não é a primeira vez que se registra um consenso na Ibero-América, tanto no âmbito dos governos quanto da opinião pública, sobre a definição das políticas

de ciência, tecnologia e inovação como ferramentas estratégicas que devem ser cuidadas e utilizadas pelos países de forma a percorrer uma trajetória de desenvolvimento sustentável. Como a desigualdade entre os países ricos e os pobres consiste não apenas em um fosso em termos de riqueza, mas também de conhecimento, as políticas de ciência, tecnologia e inovação tornaram-se ferramentas necessárias para a transformação da estrutura produtiva e da igualdade de oportunidades. É por isso que as políticas de ciência e tecnologia, juntamente com as políticas educacionais e sociais, contribuem mais do que em outros momentos históricos para o desenvolvimento da cidadania.

Uma questão crucial é conseguir um aumento significativo na capacidade de absorção do tecido produtivo dos resultados das ações de investigação. Para tanto, deve-se fomentar a demanda por conhecimento científico por parte das empresas, assim como ter gestores preparados para conseguir realizar essa ligação.

Uma visão de desenvolvimento

A preocupação em aproveitar as oportunidades que o conhecimento científico e tecnológico oferece tem sido um antigo anseio presente na Ibero-América durante a segunda metade do século XX. O pensamento sobre o desenvolvimento, que amadureceu após a Segunda Guerra Mundial, identificou como um dos seus principais objetivos o combate à pobreza e criou a ideia de que o sucesso em tal esforço transcende o mero crescimento econômico e envolve principalmente a modernização das estruturas sociais e o desenvolvimento humano integral.

As ciências sociais Ibero-americanas acumularam uma importante tradição teórica no estudo da problemática do desenvolvimento. A economia, a história e a sociologia política proporcionaram visões para dar sentido à busca de estratégias no alcance do desenvolvimento, não apenas na América, mas também em outras regiões de desenvolvimento similar.

A ciência e a tecnologia ocupavam um lugar de destaque no âmbito desta reflexão e eram compreendidas a partir de diferentes posições ideológicas como ferramentas essenciais para percorrer trajetórias de desenvolvimento.



Toda essa bagagem histórica e as lições aprendidas devem ser recuperadas e reformuladas de acordo com as condições atuais. O papel de uma organização internacional como a OEI é, na atual conjuntura, acompanhar o amadurecimento de um novo pensamento destinado a orientar a formulação de estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo.

Por esta razão, a OEI, por meio de seu Observatório da Ciência, Tecnologia e Sociedade, procura fornecer evidências, formular reflexões e identificar tendências no desenvolvimento das capacidades científicas na Ibero-América. Da mesma forma, ela apoia com ferramentas apropriadas à transferência de conhecimento para o meio social e à formação de recursos humanos altamente qualificados. Tudo isto, somado a outras ações que caracterizaram a contribuição da OEI para a formação de uma cultura científica na Ibero-América, constitui um conjunto de linhas de trabalho que serão fortalecidas no futuro.



Trajetória da OEI em ciência e tecnologia

No Congresso Ibero-americano de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação, realizado em Buenos Aires, em novembro de 2014, foi apresentado o documento “Ciência, Tecnologia e Educação para o Desenvolvimento e a Coesão Social”. O documento, que expressou a posição da OEI sobre o tema, foi preparado por um grupo de especialistas Ibero-americanos. A revista CTS manteve um fórum ativo que recebeu inúmeras contribuições. Por último, foi realizada uma pesquisa via internet, que ficou aberta por mais de um mês e recebeu mais de 1.000 sugestões de pessoas de quase todos os países da Ibero-América. As opiniões recebidas priorizavam, em proporções semelhantes, a necessidade de que a investigação atingisse níveis de excelência e a necessidade de que ela estivesse orientada para questões de interesse social.

O programa contido no documento proporcionou um marco estruturado às ações que a OEI vinha realizando em ciência desde 1998, com a abordagem CTS, isto é, ciência, tecnologia e sociedade. Tais ações incluíram a criação de Cátedras CTS que foram implementadas em muitas universidades Ibero-americanas, assim como a publicação de livros e a criação de uma rede temática de estudos sociais da ciência e da tecnologia.

A partir de 2003 iniciou-se a produção da *CTS-Revista Ibero-americana de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, que é regularmente publicada em formato digital, tem um público muito amplo de leitores e é uma referência internacional sobre o tema.

Em 2008, o Observatório Ibero-americano da Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS) foi criado com a missão de desenvolver um programa de estudos estratégicos focado na intersecção entre a ciência e a sociedade na Ibero-América. Sua tarefa mais importante é obter evidências sobre as capacidades, desafios e oportunidades dos países Ibero-americanos em matéria de ciência e tecnologia, bem como de suas aptidões para o desenvolvimento tecnológico e a inovação. A cultura científica também faz parte do núcleo central de sua ação, uma vez que a participação cidadã é condição necessária para a democratização da tomada de decisões nestas questões estratégicas.

Desde 2009, o Observatório está associado com a Rede Ibero-americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT). A trajetória de 23 anos da RICYT na produção de informação quantitativa combina-se com a análise qualitativa das capacidades regionais executadas pelo OCTS. Esta sinergia resulta num instrumento de grande potência para o diagnóstico da ciência, da tecnologia e da inovação nos países da Ibero-América.

Parte IV: Ciência

Em 2016 foi criada por incentivo do OCTS e com o apoio da UNESCO a Rede Ibero-americana de Indicadores do Ensino Superior - Rede ÍNDICES. Trata-se de uma iniciativa de cooperação regional envolvendo os produtores de informação sobre o ensino superior nos países da Ibero-América, acadêmicos, especialistas de organismos de cooperação regional e usuários, na elaboração de indicadores fiáveis e comparáveis. A rede desempenha um papel fundamental, uma vez que não havia na Ibero-América um sistema regional de indicadores que destacasse e publicasse informação estatística internacionalmente comparável sobre o ensino superior na região.

A proposta da Rede ÍNDICES inclui um **elemento normativo**, constituído por um Manual que continha definições metodológicas, um **elemento consensual** baseado em um acordo entre os produtores de informação e de indicadores de ensino superior em cada país, a fim de garantir sua aplicação, e um **elemento interativo**, que é a própria rede, para assegurar a continuidade e produzir os ajustes necessários ao longo do tempo.

Um grupo de especialistas de seis países Ibero-americanos com vasta experiência e perfis que combinavam a produção e o uso de informação estatística do ensino superior elaborou a versão preliminar do “Manual Ibero-americano de Indicadores do Ensino Superior”, que foi discutido e aprovado em um encontro que teve ampla representação de países da Ibero-América.

Com base na metodologia do Manual, realizou-se em 2017 o primeiro exercício de coleta de dados que possibilitou a publicação de uma centena de indicadores do ensino superior em 15 países Ibero-americanos. Estes dados são atualizados anualmente e discutidos em reuniões técnicas internacionais que garantem a qualidade e a comparabilidade das informações.

Por outro lado, o OCTS impulsionou a elaboração do *Manual Ibero-americano de Indicadores de Ligação da Universidade com o Entorno Socioeconômico*. Também neste caso, estimulou-se um longo processo de reflexão que buscou atender a uma demanda por informações precisas e comparáveis sobre o papel desempenhado pelas instituições universitárias em seu entorno.

O resultado da intensa colaboração entre especialistas, universidades e organizações internacionais é este Manual, que recupera as principais discussões sobre a ligação da universidade com o entorno socioeconômico e oferece respostas normativas e práticas às demandas de informação quantitativa existentes.

A metodologia já foi testada com sucesso em seis universidades de diferentes países Ibero-americanos,

a partir das quais foi obtido um conjunto de indicadores que permitem caracterizar suas atividades de ligação, mas ao mesmo tempo mantendo um núcleo de dados estatísticos comparáveis. Atualmente, o OCTS está trabalhando na aplicação da metodologia em mais universidades, a fim de proporcionar uma base de dados que possa ser consultada on-line com os principais indicadores. Para tanto, foram realizadas alianças com redes interessadas no assunto, como o Grupo Montevideú e a Rede Universidade Empresa.

Outra linha de trabalho do OCTS, respaldada pela antiga tradição CTS da OEI, é a percepção pública da ciência. Nesta área, a equipe do Observatório teve um papel de destaque no processo que resultou no *Manual de Antigua*, uma norma que tem sido a base dos estudos de opinião sobre a percepção pública da ciência na maioria dos países Ibero-americanos.

Finalmente, o OCTS está comprometido com o desafio tecnológico de oferecer ferramentas para a análise da grande quantidade de informação disponível. Um dos resultados é o INTELLIGO, uma ferramenta que oferece uma maneira diferente de visualizar e acessar grandes coleções de informação textual. Para isso, ele gera mapas dos tópicos de interesse de cada usuário, permitindo a exploração de grandes volumes de informação inacessíveis de outra forma.

O INTELLIGO destaca e analisa o conteúdo de documentos científicos, tecnológicos e educacionais da região. Atualmente, a coleção de INTELLIGO inclui mais de três milhões de documentos que abrangem repositórios de artigos científicos e patentes industriais.

O Observatório

Atividades do Observatório Ibero-americano da Ciência, Tecnologia e Sociedade

A atividade da OEI em matéria de ciência e tecnologia tem um dos seus pilares no Observatório Ibero-americano da Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS),

cujo objetivo é desenvolver um programa de estudos estratégicos sobre as capacidades dos países Ibero-americanos em ciência, tecnologia e inovação, a ligação dos centros acadêmicos com os atores econômicos e sociais, a inovação como uma característica da atividade produtiva, bem como a gestão institucional, a avaliação



pública do conhecimento científico e tecnológico e a inserção da atividade científica Ibero-americana nas redes de conhecimento em âmbito internacional. Sua tarefa envolve a obtenção de evidências atualizadas sobre as capacidades, desafios e oportunidades dos países Ibero-americanos em ciência e tecnologia.

O Observatório leva em consideração a perspectiva de gênero em todas as suas áreas de atuação. A informação coletada incorpora a variável gênero e é também um assunto que foi incluído nos seus estudos e nas metodologias e manuais estatísticos que desenvolveu.

A atividade do Observatório durante o período de 2019-2020 estará organizada em quatro componentes:

1. Indicadores de ciência, tecnologia e ensino superior
2. Processamento e análise de grandes volumes de Informação
3. Difusão do conhecimento
4. Ciência, produção e inovação

Componente 1

Indicadores de ciência, tecnologia e ensino superior

Este componente contém o trabalho do OCTS na produção de indicadores comparativos em âmbito Ibero-americano que servem para fornecer evidências para o diagnóstico e a tomada de decisões em políticas e gestão. Duas iniciativas complementares e com formas de organização semelhantes estão incluídas aqui.

A primeira delas é a RICYT, que destaca e pública informações sobre ciência, tecnologia e inovação. Ela contribui também para melhorar os sistemas públicos de produção de indicadores. Para isso, ela presta assistência técnica aos países, desenvolve metodologias apropriadas e organiza encontros internacionais, como a reunião do Comitê Técnico da rede. Este grupo convoca anualmente desde 2007 os técnicos responsáveis pelo fornecimento de estatísticas oficiais nos países Ibero-americanos. A interação do Comitê Técnico permitiu maximizar a colaboração entre os países, trocando experiências, buscando soluções comuns e dando maior solidez aos desenvolvimentos da rede. A RICYT também convoca com maior frequência ao Congresso Ibero-americano de Indicadores de Ciência e Tecnologia. Trata-se de um encontro realizado periodicamente ao longo da história

da RICYT, em que se discutem a situação atual e as tendências futuras dos indicadores da região. A RICYT também participa de fóruns internacionais realizados pela UNESCO, OCDE e outras organizações.

Complementando a informação quantitativa, a RICYT desenvolve a plataforma de Políticas CTI¹⁴ que permite verificar on-line as experiências em políticas e instrumentos em ciência, tecnologia e inovação e os sistemas institucionais dos diferentes países da região. Trata-se de uma informação crucial para promover a aprendizagem recíproca nos países no campo das políticas de ciência, tecnologia e inovação.

A RICYT também fomenta os estudos sobre a percepção pública da ciência, com base nos parâmetros do *Manual de Antigua*, documento que orientou as pesquisas de opinião sobre o assunto nos países da região. Em relação a isso, são elaborados relatórios conjunturais sobre a percepção pública da ciência e da tecnologia.

A outra iniciativa que faz parte deste componente é a Rede Ibero-americana de Indicadores do Ensino Superior - Rede ÍNDICES¹⁵ que, seguindo o modelo da RICYT, gerou um sistema de informação estatística comparável que cobre as principais demandas por informação em âmbito regional e que é coerente com as normas internacionais sobre o assunto. Os técnicos responsáveis pela produção de estatísticas nos países da região e especialistas acadêmicos participam da rede. Este esforço é realizado em coordenação com o Instituto de Estatística da UNESCO.

O trabalho do Observatório a este respeito, como observado no capítulo anterior, será reforçado no próximo biênio a fim de, adicionalmente, desenvolver indicadores regionais próprios que orientem as iniciativas e medidas tomadas para promover o ensino superior na região. Portanto, é necessário que todos os atores do sistema universitário façam um esforço de transparência, para poder contar com dados e informações confiáveis e comparáveis que nos permitam avançar na construção do EIC.

Atividades para o período 2019-2020:

Será feito um avanço na incorporação de mais indicadores com perspectiva de gênero para que, somados aos já disponíveis, permitam um melhor diagnóstico como insumo para a tomada de decisões e formulação de políticas. As atividades previstas são:

◆ **Levantamento e publicação de informações.**

O levantamento anual de indicadores de ciência, tecnologia, inovação e ensino superior prosseguirá por meio de pesquisas de opinião do ONCYT e dos

Parte IV: Ciência

ministérios da Educação da Ibero-América. Os indicadores bibliométricos e de patentes serão calculados para todos os países. As informações serão publicadas nas páginas web da RICYT e da Rede ÍNDICES. Esta atividade permitirá atualizar um conjunto próximo aos 250 indicadores comparativos para os países Ibero-americanos. Os resultados desta atividade serão compartilhados com o Instituto de Estatística da UNESCO (UIS) e estarão integrados na base de dados dessa instituição.

◆ Reuniões técnicas.

Em 2019 e 2020 serão realizadas as reuniões anuais do Comitê Técnico da RICYT. Em 2019, o encontro terá lugar em um país latino-americano a ser definido, enquanto que em 2020 será celebrado em Lisboa, Portugal, no âmbito do XI Congresso. Paralelamente, serão realizadas as reuniões anuais da Rede ÍNDICES. O local da reunião de 2019 será definido na III oficina da rede a ser realizado em Sevilha, na Espanha, em outubro de 2018, com o apoio da Junta de Andaluzia. Além do apoio direto dos países anfitriões das reuniões, conta-se com o apoio técnico e econômico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da OCDE e da UNESCO, entre outras instituições.

◆ XI Congresso Ibero-americano de Indicadores de Ciência e Tecnologia.

Coincidindo com os 25 anos de trabalho da RICYT, o XI Congresso Ibero-americano de Indicadores de Ciência e Tecnologia ocorrerá em 2020. O congresso anterior da RICYT foi realizado em San José, Costa Rica, em 2017 e contou com a presença de mais de 300 especialistas de toda a região. Esta reunião, como em ocasiões anteriores, será financiada pelo BID e pela UNESCO, e terá o apoio técnico da OCDE.

◆ Percepção pública da ciência.

O repositório digital e aberto de relatórios nacionais será atualizado com os resultados das pesquisas nacionais de percepção pública da ciência. A publicação de indicadores comparáveis que serão integrados na base de dados, publicada pela RICYT, continuará a ser executada. Serão elaborados três relatórios conjunturais sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Além disso, será oferecido assessoramento aos organismos nacionais de ciência e tecnologia na aplicação das pesquisas de opinião regulares sobre a percepção pública da ciência. Esta atividade é geralmente cofinanciada com os países que solicitam apoio técnico.

◆ Desenvolvimento de indicadores regionais.

A falta de informação suficiente dos sistemas universitários Ibero-americanos, a partir de uma

perspectiva comparativa, dificulta a adoção das melhores medidas para alcançar certo nível de harmonização das mesmas no âmbito do EIC. Por esta razão, é essencial desenvolver uma série de indicadores regionais que nos permitam conhecer o número de diplomas duplos existentes, a mobilidade dentro da região de estudantes e recém-formados universitários, os grupos e projetos de investigação com os quais colaboram várias instituições Ibero-americanas, etc..

Componente 2

Processamento e análise de grandes volumes de informação

Desde a sua criação, a equipe do Observatório esteve envolvida no desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para o processamento de grandes volumes de dados de ciência, tecnologia, inovação e ensino superior, gerando informação para estudos qualitativos e quantitativos no âmbito Ibero-americano.

Neste contexto, foi desenvolvida a tecnologia INTELLIGO que, utilizando técnicas de análise de linguagem natural e mineração de dados, permite a exploração de grandes coleções de informações textuais, gerando automaticamente mapas dos temas de interesse. Atualmente, esta tecnologia, em sua aplicação *Intelligo4Repositorios*, alimenta portais abertos de repositórios institucionais de documentação científica, enquanto o *Intelligo4Patentes* faz o mesmo com repositórios de patentes de invenção.

De forma complementar, e como auxílio a outros componentes do observatório, foi desenvolvido um *software* para a coleta de séries estatísticas, cálculo de indicadores e visualização de informações, entre outras ferramentas. Ele adquire, paralelamente, bases de dados e coleções de metadados sobre os diferentes tópicos cobertos pelo OCTS.

Como corolário da experiência adquirida e considerando o contínuo aparecimento de grandes fontes de dados (*Big Data*), bem como novas técnicas para explorá-las, considera-se crucial criar um componente que capitalize essa experiência e aprimore os novos desenvolvimentos. O objetivo é, além disso, trabalhar em rede com outras instituições da região, incentivando a criação de projetos de software de código aberto que evitem a duplicação de esforços e promovam benefícios mútuos por meio da troca de experiências e capacitação.

Atividades para o período 2019-2020:

◆ Desenvolvimento e aplicação de novas técnicas de análise de dados.



Uma plataforma aberta de aprimoramento de dados será implementada, permitindo, entre outras coisas, a duplicação de dados, a identificação de autores e instituições, e a vinculação da produção com fontes de financiamento. Será criado um repositório de código aberto de soluções de processamento de informação, contendo as ferramentas desenvolvidas no âmbito de acordos de colaboração com outras instituições.

◆ **Coleta e armazenamento de grandes bases de dados.**

Um sistema distribuído de armazenamento em nuvem será implementado para metadados de publicações, patentes e informações agregadas.

Componente 3

Difusão do conhecimento

O Observatório difunde conhecimento científico, tecnológico e de inovação por meio de diversos canais de comunicação que visam gerar fóruns de discussão e divulgar os resultados de seus trabalhos.

O OCTS edita, em conjunto com o Centro REDES, a Universidade de Oviedo e a *Revista Ibero-americana de Ciência, Tecnologia e Sociedade* (CTS). Trata-se de uma publicação de referência trimestral com uma perspectiva plural e interdisciplinar e uma visão Ibero-americana. A revista oferece acesso gratuito a todos os seus conteúdos através de sua página web e permite a participação do público com suas opiniões.

Os principais resultados do trabalho do OCTS são divulgados mediante a linha de cadernos *Documentos do Observatório*, onde são tratados em detalhe vários aspectos de interesse para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação na Ibero-América, além de outros livros e documentos de trabalho. Nesta linha, também são realizadas tarefas de divulgação, incluindo a edição e a publicação do *O Estado da Ciência*, um relatório que apresenta a sistematização e a análise dos dados de ciência e tecnologia coletados anualmente pela RICYT.

Atividades para o período 2019-2020:

◆ **Publicação da Revista CTS.**

Os volumes 14 (números 40, 41 e 42) e 15 (números 43, 44 e 45) serão publicados. Deverá prosseguir a publicação de fóruns de opinião e artigos de portfólio na web.

◆ **Publicação de Documentos do Observatório.**

Três relatórios conjunturais serão publicados no formato de coleção.

◆ **Publicação de *O Estado da Ciência*.**

As edições de 2019 e 2020 do relatório anual da RICYT serão editadas e publicadas, coletando trabalhos de análise e os principais indicadores de ciência, tecnologia e inovação.

Componente 4

Ciência, produção e inovação

A inovação é a meta para a qual muitos dos esforços e políticas públicas em ciência e tecnologia estão orientados. Trata-se do processo que conduz ao aprimoramento da posição competitiva das empresas mediante a geração e incorporação de novas tecnologias e outros tipos de conhecimento. A inovação é a base da economia do conhecimento e é também um dos eixos centrais da cooperação Ibero-americana.

A ligação das universidades com o setor produtivo tornou-se um tema central das políticas de ciência, tecnologia e inovação. Uma conquista notável nas ações da OEI foi a elaboração do **Manual Ibero-americano de Indicadores de Vinculação da Universidade com o Entorno Socioeconômico**.

Uma parte significativa das atividades de vinculação é transmitida de forma capilar nas universidades por meio de ações de seus professores e investigadores. Portanto, é necessário perguntar aos próprios acadêmicos sobre sua atividade de vinculação com o entorno produtivo e social.

Em 2017, foi realizado um estudo exploratório na Argentina que analisou a percepção dos empresários sobre o papel da ciência na dinâmica da produção industrial. O resultado do estudo mostrou aspectos interessantes da perspectiva de negócios sobre os vínculos com as universidades e centros públicos de I&D. Entretanto, uma vez que foi aplicado em um único país, não é possível fazer comparações e alertar para nuances que se refiram a diferentes contextos nacionais e setoriais. É necessário, portanto, estender o estudo a atores do mundo empresarial em outros países Ibero-americanos.

Em um cenário internacional competitivo, a inovação é vista como o instrumento que permite dinamizar a economia dos países para se integrar com sucesso na sociedade do conhecimento e na economia baseada no conhecimento. Entretanto, a inovação também gera riscos sociais e ecológicos que devem ser avaliados. Por esta razão, é necessário chegar a acordos em larga escala, que envolvam governos, empresários, acadêmicos, sindicatos e outros líderes sociais sobre a

importância da inovação e da promoção de uma cultura favorável à inovação. Ao mesmo tempo, devem-se discutir os riscos sociais e ambientais de certas inovações e estilos de desenvolvimento.

Atividades para o período 2019-2020:

- ◆ **Vinculação das universidades com o entorno produtivo e social.**
Será aplicada a metodologia em parceria com o Grupo Montevideu e a Rede Latino-americana Universidade Empresa.
- ◆ **Pesquisa de opinião a investigadores universitários.**
Uma pesquisa de opinião digital será conduzida para acadêmicos de todos os países Ibero-americanos sobre suas atividades de vinculação
- ◆ **Entrevistas em profundidade com empresários sobre inovação.**
O estudo sobre a percepção dos empresários será ampliado para outros países da região, aproveitando as redes de colaboração do Observatório.
- ◆ **Estudos sobre o impacto da ciência e a tecnologia na vida diária das pessoas.**

Parte V: Cultura



Um novo ciclo

A cultura é possivelmente o elemento com maior poder convergente do projeto Ibero-americano desde suas origens. Além disso, mesmo em um contexto de deslocamento gradual do eixo Ibero-americano em favor da intensificação da colaboração Sul-Sul, a cultura continua a manter um irresistível magnetismo, evidenciado pela variedade de programas, planos de ação e congressos de todos os tipos que surgem na esfera intergovernamental da região, da OEI à SEIGIB, passando pelo MERCOSUL, pela UNESCO, pela ALBA ou pela Aliança do Pacífico.

Entretanto, apesar do interesse reiterado em iniciativas culturais como chave para a integração, a dispersão das concretizações faz com que se duvide de sua autêntica capacidade de estruturar um espaço comum.

Muito foi feito sem dúvida, mas, ao mesmo tempo, talvez não tenha sido feito o suficiente com direcionamento estratégico. É como se a cooperação cultural fosse um projeto necessário, mas inacessível, incompreensível na prática. Se cada projeto aprovado politicamente, com dotação financeira e tecnicamente avaliado fosse um passo, a soma de todos eles nos teria levado já uma boa parte do caminho. E, no entanto, o horizonte está a cada passo mais longe.

Certamente, tratando-se de cultura, esse componente inatingível não é negativo: a cultura Ibero-americana não é uma simples soma de diferentes culturas, mas, ao contrário, “o conjunto dos povos Ibero-americanos manifesta-se perante o mundo como um sistema cultural integrado, caracterizado por uma dinâmica entre unidade e diferença, o que constitui um poderoso fator de capacidade criativa”¹⁶. Mas, por mais inalcançável que seja, não podemos dar-nos ao luxo de deixar de promover o que unanimemente aceitamos como o que nos une, o que nos conecta.

Neste contexto, a OEI propõe a abertura de um novo ciclo, concentrando a ação em grandes linhas e não na soma de pequenos projetos.

É evidente que é necessário cuidar e reforçar os programas que estão em andamento e têm produzido

bons resultados. Porém, no novo ciclo, devemos nos esforçar mais para aprofundar o desenvolvimento da Carta Cultural Ibero-americana (CCI). Podemos sentir-nos orgulhosos de contar com o primeiro instrumento internacional de importância para a Ibero-América no campo cultural. A CCI estabelece as bases para o fortalecimento institucional da região como espaço de cooperação em prol da preservação e da promoção da diversidade cultural, como um desenvolvimento político-jurídico dos princípios das Convenções da UNESCO. Como tal, constitui uma fonte quase inesgotável de inspiração.

Ao longo da década de vigência da CCI, foi desenvolvido um conjunto de programas que, sem dúvida, é digno de apreço. No entanto, devemos estar cientes do perigo da multiplicidade de programas que podem resultar em dispersão. A OEI não pode permitir que se diluam as suas grandes linhas de orientação, já que isso significaria renunciar à sua base mais firme.

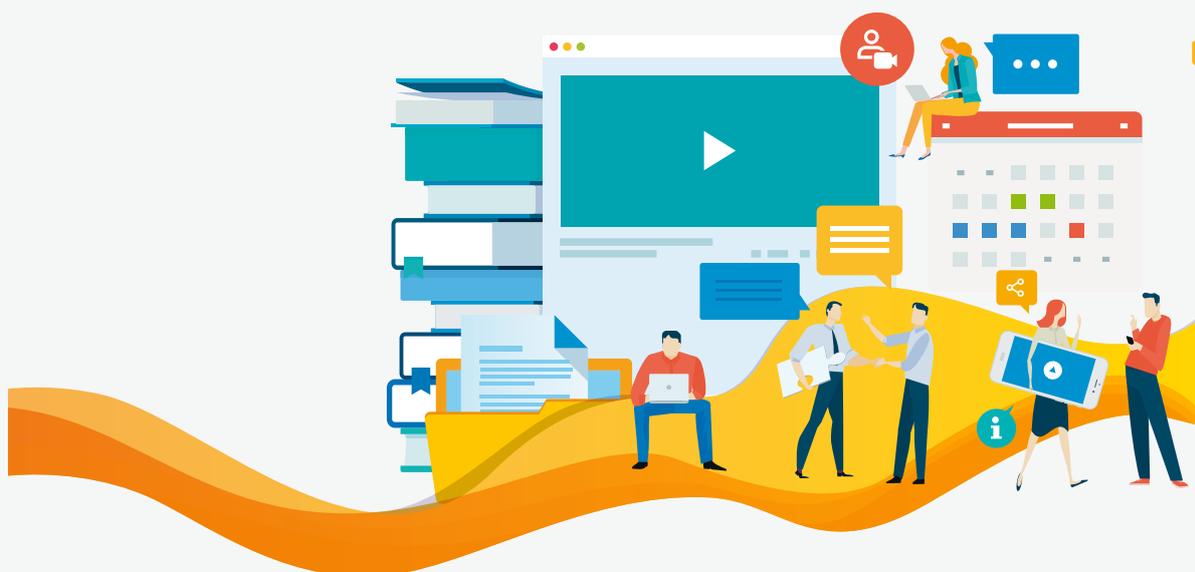
Neste novo ciclo, a OEI quer reconstruir um espaço próprio em termos de cultura. Para isso, ela está firmemente comprometida com o desenvolvimento da CCI como eixo de trabalho, colocando ênfase especial na proteção dos direitos culturais. Pelo seu próprio mandato e idiosincrasia, a OEI tem a capacidade de adicionar um valor específico para a promoção da cultura Ibero-americana como a melhor carta de apresentação ao mundo, atribuindo uma posição mais forte e de maior protagonismo da Comunidade Ibero-americana perante o resto do mundo por meio de um dos recursos mais valiosos, que é sua riqueza cultural.

A cultura e a OEI

A cultura faz parte do projeto Ibero-americano desde a sua origem, como um tecido fundamental que sustenta a própria definição do Ibero-americano. É incontestável que os diferentes contextos e realidades dos países que formam a Comunidade Ibero-americana de Nações ainda encontram na cultura uma de suas mais importantes articulações comuns.

A OEI tem um mandato específico em termos de cultura.

Por isso, ela prevê no artigo 1 dos seus Estatutos, ao identificar claramente a cultura como uma das áreas, junto com a educação, a ciência e a tecnologia, objeto



de “cooperação entre os países Ibero-americanos (...) no contexto do desenvolvimento integral”¹⁷.

É interessante ressaltar que a dimensão cultural fica incorporada em pé de igualdade com as outras dimensões, embora as origens da OEI estejam específica e explicitamente ligadas à educação. A OEI nasceu como uma agência internacional em 1949 sob o nome de Escritório de Educação Ibero-americana e, em 1954 ela tornou-se um organismo intergovernamental, porém a cultura e a ciência não foram incorporadas em sua denominação até 1985, quando o mesmo acrônimo tornou-se **Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura** (em português).

Sem dúvida, a relação entre os campos da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura não é apenas desejável, mas necessária para atingir os objetivos da OEI. A cultura permeia praticamente todos os fins gerais e específicos previstos no artigo 2 dos Estatutos¹⁸, uma vez que representa o solo fértil de nossas nações, que compartilham valores linguísticos, históricos e uma concepção comum do ser humano e seu futuro. Esta unidade cultural, que incorpora a diversidade nacional e regional, é, na verdade o fator determinante da integração Ibero-americana.

A OEI implementa sua ação de cooperação cultural a partir de várias áreas. Em primeiro lugar, por meio de uma arquitetura institucional própria de um organismo intergovernamental, tais como as reuniões periódicas de alto nível, particularmente as Conferências Ibero-americanas de Cultura, prévias às Cúpulas Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo. Segundo, mediante a elaboração de uma base jurídica demonstrada fundamentalmente na CCI, uma verdadeira pedra angular das competências da OEI em questões culturais. E, em terceiro lugar, mediante uma rica diversidade de programas nos quais os países Ibero-americanos especificam as grandes linhas programáticas.

O Ibero-americano como um valor cultural singular

Recuperar as essências nos obriga a considerar o Ibero-americano como um valor específico, singular e integrador.

Impõe-se uma reflexão com base em dados que poderiam indicar uma falta de interesse incipiente, como a presença decrescente de líderes convocados para uma reunião, quer em âmbito de Chefes de Estado e de Governo (Cúpulas), quer em nível ministerial (Conferências). Certamente, o surgimento no cenário de novos instrumentos intergovernamentais de cooperação Sul-Sul conduz a que haja mais fóruns para assistir e, portanto, a balança está inclinando-se para tudo aquilo que gera benefícios (comerciais, econômicos ou de outro tipo) mais palpáveis. No entanto, limitar a explicação a uma questão de agenda é tanto quanto renunciar ao argumento de que o elemento Ibero-americano gera tantos ou mais benefícios. O declínio da assistência a essas reuniões nos últimos anos pede uma reflexão sobre a possibilidade de o problema estar, pelo menos parcialmente, no conteúdo.

Recuperar a atratividade e o compromisso dos mais altos níveis dos países da OEI com o elemento Ibero-americano deve, portanto, ser uma prioridade a ser adotada com uma nova perspectiva. O próprio Relatório Lagos sobre o papel da comunidade Ibero-americana no mundo em seus aspectos políticos, sociais e culturais, apresentados na XXIII Cúpula Ibero-americana do Panamá (2013), aponta que a cultura continua sendo um eixo principal do projeto Ibero-americano.

As propostas nas quais uma organização como a OEI aposta devem ser atraentes não pelo seu número, mas sim pela sua capacidade de integração. A vocação política da OEI não pode ser desenvolvida apenas a partir de níveis técnicos, por mais valiosos que sejam

Parte V: Cultura

em quase todas as outras etapas da formulação das políticas públicas culturais. É fundamental contar com o incentivo político daqueles que têm o poder de tomar decisões que se transformam em políticas concretas.

Nesta tarefa de reivindicar o valor específico e singular do Ibero-americano, o elemento cultural desempenha um papel crucial e insubstituível. Enfrentar e avançar em direção aos desafios que se colocam às nossas sociedades exige considerar aspectos culturais. Qualquer estratégia de abordagem que deixe a cultura de lado está destinada ao fracasso. Além disso, no campo da cultura, podem ser promovidos espaços propícios ao encontro e ao diálogo, premissas imprescindíveis para qualquer progresso em um contexto global.

Felizmente, não se trata de começar do zero, uma vez que a Comunidade Ibero-americana já possui uma declaração política muito avançada: a CCI. A OEI, como organismo que promoveu os trabalhos para sua aprovação e desenvolvimento desde o início de sua criação e implementação, mantém e reafirma seu compromisso com seu desenvolvimento e aprofundamento.

A fim de contribuir para esta tarefa de recuperar o valor do Ibero-americano apoiado na CCI, a OEI reafirma seu compromisso com a cultura por meio da cooperação, do fomento de alianças, que acompanhem um trabalho político e técnico, e que constituam um marco de compromissos institucionais. Da mesma forma, a OEI considera que esta tarefa requer um planejamento elaborado de forma conjunta, baseado no diálogo e em um trabalho participativo, que englobe amplos setores da sociedade e que busque desenvolver um quadro de capacidades integradas em um marco de cooperação institucional.



É fundamental que toda a gama de organizações, instituições, centros, corporações locais, agências de cooperação, empresas, associações civis, universidades etc., trabalhem de forma cooperativa e com a maior coordenação possível, a fim de unir esforços que resultem em sinergias multiplicadoras.

Devido à sua própria natureza e propósitos para os quais foi criada, a OEI sente-se corresponsável por esse processo e, neste novo ciclo, quer oferecer um marco de colaboração permanente, articulado com todos os atores envolvidos, começando pelas áreas de Educação e Ciência em seu próprio seio, com o objetivo de promover fórmulas de adaptação à mudança que proporcionem oportunidades de desenvolvimento. Intensificar as relações entre a cultura, a educação, a ciência e a investigação contribuirá para melhorar e fortalecer os laços existentes na sociedade.

O Programa-Orçamento 2017 da OEI citava como exemplos de desafios no domínio da cooperação cultural a mobilidade transnacional, a promoção da diversidade e das artes, a participação social para incentivar novas formas de colaboração e governança, a gestão da inovação ligada à arte e à criatividade, ou o acesso ao uso e aproveitamento da cultura mediante o entorno digital. Todos eles permanecem plenamente em vigor e, ao longo do período 2019-2020, devemos aprofundar a perspectiva do desenvolvimento dos direitos culturais e da diversidade cultural.

A cultura na arquitetura institucional Ibero-americana

O mecanismo de cooperação regional por excelência em matéria de cultura são as Conferências Ibero-americanas de Cultura, realizadas antes das Cúpulas Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo.

As Conferências Ibero-americanas de Ministros da Cultura são fóruns preferenciais e de referência para o estabelecimento das prioridades da ação de cooperação e da geração de programas de cúpula de cooperação em assuntos culturais. Elas representam um espaço para a articulação política no qual são acordados compromissos de matéria cultural, muitos deles posteriormente incorporados nas Declarações das Cúpulas. Da mesma forma, elas promovem programas culturais e educacionais que possuem um acompanhamento técnico posterior, validação política e espaço adequado para sua adaptação a conteúdos e objetivos programáticos específicos. Elas são, em suma, um fórum privilegiado para abordar questões multilaterais em matéria de cultura, pois fomentam um clima de confiança entre os diversos atores que permite a troca de experiências, o estabelecimento de



diagnósticos compartilhados e a definição de posições comuns sobre os desafios e problemas enfrentados pelos países Ibero-americanos.

A importância estratégica das Conferências e das Cúpulas foi reforçada com a criação da Secretaria-Geral de Cooperação Ibero-americana (SEGIB) na XV Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo na cidade de Salamanca, em outubro de 2005.

Desde a primeira Reunião de Ministros e Responsáveis pela Cultura dos países Ibero-americanos, celebrada em Salvador (Bahia, Brasil), de 9 a 10 de julho de 1993, foi proposta a inclusão no documento da Cúpula de parágrafos que enfatizavam a importância das diversas dimensões da cultura:

As nações Ibero-americanas constituem um espaço cultural próprio, enriquecido por sua diversidade nacional e regional. Compartilhamos valores linguísticos, históricos e uma concepção comum do ser humano e seu futuro. Esta unidade cultural é o fator determinante de nossa integração e o pressuposto básico dos esforços que estamos realizando.

Comprometemo-nos com a preservação e projeção deste espaço cultural. Para tanto, desenvolvemos diversas iniciativas no campo das indústrias culturais, a harmonização legislativa, conservação e promoção do patrimônio, cooperação artística e desenvolvimento linguístico.

Todos estes esforços estão orientados para permitir o acesso mais equitativo aos bens e serviços culturais e desenvolver a criatividade e os valores que superem as formas atuais de violência, discriminação e exclusão, e promovam uma cultura de solidariedade, a paz e o desenvolvimento pessoal e social. Reconhecemos a necessidade, a partir dos esforços realizados até então, de alocar os recursos humanos, financeiros e institucionais adequados ao desenvolvimento cultural.

Desde então, houve 19 Conferências Ibero-americanas de Ministros da Cultura, a última na cidade de Antigua, na Guatemala, de 3 a 4 de maio de 2018, sob o lema “Uma Ibero-América próspera, inclusiva e sustentável”.

Junto com as conferências, a partir da Conferência de Valparaíso (2007) institucionalizaram-se os Congressos Ibero-americanos de Cultura a cada dois anos, a fim de envolver a sociedade civil e dar visibilidade ao potencial



das diversas culturas. A partir dessa designação, foram organizados Congressos Ibero-americanos de Cultura no México (2008) dedicados ao cinema e ao audiovisual; em São Paulo (2009), sob o lema “Cultura e transformação social”; em Medellín (2010), dedicado à esfera musical Ibero-americana; em Mar del Plata (2011), focado nas relações entre cultura, política e participação popular; em Zaragoza (2013), sobre cultura digital e trabalho em rede; e em San José (2015), como celebração das Culturas Vivas Comunitárias. Em breve, o Chile acolherá o VII Congresso Ibero-americano de Cultura.

A região atravessa uma pulsão que está gradualmente reprogramando as redes geopolíticas do continente. O Ibero-americano convive atualmente com o fortalecimento das redes Sul-Sul e a tendência é substituir o Atlântico pelo Pacífico como espaço de referência para o crescimento econômico. Organizações como o MERCOSUL, a ALBA, a UNASUL ou a Aliança do Pacífico desempenham papéis importantes neste cenário, e todas elas acolhem ativamente a cultura, promovendo programas de vários tipos. No MERCOSUL, por exemplo, criou-se o programa “MERCOSUL Audiovisual”, impulsionado pela Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL Cinema (RECAM) e parcialmente financiado pela UE. A ALBA tem como um de seus projetos gran-nacionais o Fundo Cultural. A Aliança do Pacífico desenvolve um programa conjunto de atividades, ao passo que a UNASUL está em fase de criação do “Conselho UNASUL de Comunicação Audiovisual”.

Diante destas outras organizações regionais, a OEI caracteriza-se pelo elemento Ibero-americano, que transcende uma divisão regional baseada em critérios geográficos, pois a essência Ibero-americana não é a vizinhança territorial, mas sim uma cultura comum, que é o seu maior potencial estratégico.

Parte V: Cultura

Finalmente, é preciso ter em mente que para a realização de suas atividades em matéria de cultura e cooperação cultural na região, a OEI mantém alianças estratégicas com diferentes agentes, começando naturalmente pela SEGIB e passando pela União Europeia (Projeto EULAC-Focus/ Programa Horizonte 2020), pelo Conselho Europeu (Rotas e Itinerários Culturais), pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), e incluindo organizações e instituições culturais tão diversas, tais como a Fundação Interarts, com a qual a OEI colabora na organização dos Campi Euro-americanos de Cooperação Cultural; a Fundação Novo Jornalismo Ibero-americano (FNPI), com a qual foram coordenados esforços no campo do jornalismo cultural e educacional; a Universidade de Barcelona e a Rede Ibertur, com as quais foram realizadas iniciativas sobre rotas e itinerários culturais e turismo cultural; a Universidade Nacional de Educação a Distância (UNED) ou a Universidade Carlos III de Madri, que contribuíram para o início e desenvolvimento do Portal Ibero-americano de Direito da Cultura; ou a Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Cooperação da Universidade de Girona, da Universidade de Brasília, da Universidade de Valência, da Universidade Nacional de Educação do Equador (UNAE) ou da Universidade Nacional Autônoma de Honduras, que colaboram com o Centro de Altos Estudos Universitários (CAEU), entre outras tantas.

Em suma, essa arquitetura institucional proporciona os fundamentos necessários para tecer programas e ações impactantes e sustentáveis, bem como um sólido marco jurídico que fornece sustentação e contexto para a implantação das competências da OEI em matéria de cultura.

A CCI como base política

A CCI é o documento de referência no campo da cultura da região, sendo o primeiro a mostrar uma visão plena e abrangente da cultura.

Ela constitui o primeiro instrumento internacional de importância para a Ibero-América no campo da cultura e pressupõe um desenvolvimento político-jurídico dos princípios e valores adotados na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005) que, por sua vez, representa um avanço notável na proteção jurídica da diversidade cultural com respeito à Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2001).

Sua origem remonta a 1998, quando em uma reunião organizada pelo Convênio Andrés Bello na Colômbia surge a iniciativa de criar um marco geral para a cooperação cultural Ibero-americana. A OEI levou a

proposta à XIV Cúpula Ibero-americana de San José (2004), na qual os Chefes de Estado e de Governo acordaram “a busca de novos mecanismos de cooperação cultural Ibero-americana, que fortaleçam as identidades e a riqueza de nossa diversidade cultural e promovam o diálogo cultural”.

A Conferência de Cultura de Montevideu (julho de 2006) finalmente adotou a CCI, que foi endossada nos dias 4 e 5 de novembro do mesmo ano pela XVI Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo de Montevideu, no Uruguai.

Na Conferência Ibero-americana de Cultura de Valparaíso (2007) ela alcançou um novo endosso com um Plano de Ação da Carta Cultural, que incluía iniciativas para seu conhecimento, sua disseminação e sua valorização (política, cultural e científica), especialmente mediante a celebração dos Congressos Ibero-americanos de Cultura, com a participação da sociedade civil.

A CCI é um documento de princípios gerais com uma extensa lista de áreas de ação. Ela gira em torno de três conceitos básicos: a questão social, a diversidade cultural e o estabelecimento e consolidação do Espaço Cultural Ibero-americano (ECI).

Desde a sua adoção há uma década, a CCI teve muitos frutos, uma vez que todos os programas de cooperação cultural na Ibero-América baseiam-se neste documento. Além de afirmar o valor central da cultura como base indispensável para o desenvolvimento integral do ser humano e para a superação da pobreza e da desigualdade, a CCI visa promover e proteger a diversidade cultural, que é a origem e a base da cultura Ibero-americana, assim como a multiplicidade de identidades, línguas e tradições que a constituem e enriquecem.





Entre seus objetivos encontra-se também a consolidação do ECI como um âmbito próprio e único, baseado na solidariedade, no respeito mútuo, na soberania, no acesso plural ao conhecimento e à cultura, e no intercâmbio cultural; facilitar o intercâmbio de bens e serviços culturais na região; incentivar laços de solidariedade e de cooperação com outras regiões do mundo, assim como reforçar o diálogo intercultural entre todos os povos; e promover a proteção e a divulgação do patrimônio cultural, natural, material e imaterial Ibero-americano mediante a cooperação entre os países.

Em síntese, a CCI estabelece as bases para uma cooperação mais estreita em matéria cultural, e fornece um marco para que esta seja mais sistemática, o que permitirá uma maior projeção. Em 2012, a OEI, com a colaboração da CEPAL, publicou o relatório “Avançar na construção de um espaço cultural compartilhado. Desenvolvimento da Carta Cultural Ibero-americana”, no qual oferecia uma análise minuciosa das ramificações da CCI e abria caminhos para percorrê-la. Após os atos comemorativos do décimo aniversário de sua adoção, é hora de dar um novo passo em sua consolidação, para a construção de uma Ibero-América mais livre e coesa em sua diversidade.

Os diversos programas

Em 1991, os Chefes de Estado e de Governo reunidos na I Cúpula Ibero-americana concordaram em criar um espaço permanente de discussão apoiado por um passado e uma cultura comum, o patrimônio cultural comum, principal elemento constitutivo do que a partir de então se denominaria a Comunidade Ibero-americana.

O marco mais adequado para desenvolver esta aspiração é o ECI, que foi explicitamente assentado na CCI e que foi estruturado de forma gradual e participativa, o que permite identificá-lo conceitual e operacionalmente. A Cúpula de Veracruz, no México (2014), estabeleceu os três objetivos estratégicos do ECI:

◆ Reconhecer o valor da Carta Cultural Ibero-americana de 2006 e a relevância do Relatório sobre a Consolidação do Espaço Cultural Ibero-americano de 2013.

◆ Promover o diálogo sobre políticas culturais na região como um elemento que contribui para a integração regional.

◆ Contribuir para o desenvolvimento de uma economia da cultura na região de alto valor agregado.

O ECI também está em conformidade com a atividade que emana da arquitetura institucional Ibero-americana sobre a cultura, basicamente a Conferência Ibero-americana de Ministros e Altas Autoridades de Cultura, os Congressos Ibero-americanos de Cultura e os organismos regionais neste âmbito, nomeadamente a OEI.

Entretanto, a materialização mais visível do ECI são os programas e iniciativas que surgiram sob sua inspiração. Os mais conhecidos são os Programas e Iniciativas de Cooperação Cultural¹⁹ e que incentivam a produção, coprodução, circulação e estímulo direto aos criadores culturais. Estes Programas e Iniciativas de Cooperação são factíveis devido ao trabalho conjunto que permite avançar na formulação de políticas públicas em coordenação com os governos e administrações nacionais, estaduais, departamentais, territoriais e locais para a instrumentação e implementação de ações para uma maior prestação de serviços culturais de qualidade na região, assim como facilitar a circulação das expressões culturais e promover a valorização do patrimônio cultural do qual somos depositários.

A OEI tem trabalhado desde a sua fundação na implementação dos programas de cooperação cultural Ibero-americanos. Ela participa no Comitê Intergovernamental do Programa IBERMUSEUS e no Programa de Cultura Viva e Comunitária e apoia a gestão e execução de IBERMÚSICAS, IBERESCENA e IBERRUTAS a partir dos escritórios nacionais da OEI estabelecidos na área.

As prioridades definidas pelas Conferências e Cúpulas materializam-se nas linhas de cooperação cultural que correspondem aos programas da OEI. Para realizar estas ações, a OEI vem incentivando e acompanhando a elaboração de uma agenda de cooperação cultural Ibero-americana, incorporando em seu programa habitual os aspectos-chave destas linhas de trabalho e colaborando com as instituições e com os projetos de cooperação.

As **áreas estratégicas** de ação nas quais as linhas de cooperação cultural da OEI têm estado centradas até agora são:

- ◆ Cooperação e integração cultural.
- ◆ Informação e pesquisa cultural.
- ◆ Redes de cooperação cultural.
- ◆ Formação e capacitação do setor cultural.
- ◆ Promoção cultural: transversalidade, leitura, artes, educação, comunicação.

Parte V: Cultura

No marco dessas linhas estratégicas, numerosos projetos foram executados com o apoio dos Escritórios Nacionais da OEI. Entre os mais recentes, destacam-se:

◆ **Cooperação e integração cultural**

Dentro do Espaço Cultural Ibero-Americano (ECI), destacam-se os seguintes projetos.

- Desenvolvimento da Carta Cultural Ibero-americana. (CCI): Atividades por ocasião do 10º aniversário da CCI.
- Conferência Ibero-americana de Cultura (CIC).
- Apoio a iniciativas e programas de cooperação ibero-americana.

◆ **Informação e pesquisa cultural**

- Observatório Ibero-americano de Cultura (OIBC).
- Estudo Comparativo de Cultura e Desenvolvimento na Ibero-América.
- Apoio às Contas Satélites de Cultura (CSC).
- Portal Ibero-americano de Direito da Cultura (PIDC).
- Boas práticas de Cooperação Cultural Sul-Sul.
- Espaço de reflexão: agenda de diversidade cultural.

◆ **Redes de cooperação internacional**

- Articulação de Redes de Cooperação Cultural OEI-IFACCA .
- ZCN-CLab: redes de cooperação cultural - Laboratórios criativos.
- Rotas e Itinerários Culturais.
- Projeto EULAC-Focus "A dimensão cultural, científica e social das relações entre a Europa, a América Latina e o Caribe", no âmbito do programa Horizonte 2020 (parceria estratégica entre a União Europeia, a América Latina e o Caribe).

◆ **Formação e mobilidade do setor cultural**

- Escolas das Culturas do Centro de Altos Estudos Universitários (CAEU).
 - Curso de Gestão Cultural Local.
 - Pós-graduação em Relações Culturais Internacionais.
 - Especialização em Educação Artística, Cultura e Cidadania.
- Mecanismo de Intercâmbio de boas práticas em Políticas Culturais Sul-Sul.
- Programa de Residências Artísticas (OCA).
- Projeto de Mobilidade e Intercâmbio Zaragoza Cultural.
- Apoio ao Encontro Internacional de Investigação em Artes.

Promoção cultural: transversalidade, leitura, artes, educação, comunicação

- IBERLEITURA.
- Apoio ao Fórum Ibero-americano de Alfabetização e Aprendizagem (AELE).
- Programa de Plataforma Audiovisual CACI: Projeto Piloto: Cinema, Juventude e Cultura.
- Música: Coral Ibero-americano de Madri.
- Congresso Ibero-americano de Comunicação e Cultura.

Tendo em vista essa lista de projetos, é inevitável que sua quantidade e diversidade nos conduzam a uma reflexão sobre uma estruturação necessária ao redor de eixos estratégicos que evitem a dispersão e impactos pouco relevantes e dificilmente escaláveis.

Novos passos no desenvolvimento da Carta Cultural Ibero-americana

Como ocorre tantas vezes em muitos aspectos da vida, é preciso o novo impulso para avançar. Prestar atenção ao essencial, à floresta no lugar das árvores, permite-nos ter uma perspectiva e avançar mais um passo. Por conseguinte, impõe-se uma reflexão sobre as noções de cultura, direitos culturais e diversidade cultural, para então pensar no modo de articular a reconstrução de um espaço próprio em matéria de cultura pela OEI, aprofundando o desenvolvimento da CCI.

O valor da cultura. A Economia Naranja

Entendemos por cultura, segundo a conhecida definição da UNESCO, "o conjunto de traços distintivos, espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracteriza um determinado grupo social e que compreende — além das artes e das letras — modos de vida, direitos humanos, sistemas de valores, tradições e crenças"²⁰. Trata-se de uma definição que contempla tudo aquilo que as pessoas agregam à natureza e como elas a transformam produzindo bens materiais a partir de processos individuais e coletivos criando civilização.

Essa ampla visão é transferida para a função do Estado em relação à cultura, devido ao seu posicionamento privilegiado para a consecução da coesão social e a construção de uma cidadania cultural, mediante elementos integradores que revelam o pertencimento a uma história e um território comuns. As políticas culturais constituem o meio pelo qual o Estado atua na produção, distribuição ou transmissão e consumo



da cultura em interação com entidades territoriais, organizações autônomas, a comunidade e o mercado. As políticas culturais democráticas buscam promover os interesses expressos de todos os envolvidos, grupos ou indivíduos que possibilitam a vida cultural. As estruturas mais inovadoras e funcionais do setor cultural estão ligadas às teorias de redes e oportunidades que buscam integrar os diferentes esforços, experiências e trabalhos criativos de artistas, organizações, cidadãos, empresas privadas e cooperações internacionais.

A cultura desempenha um papel fundamental nos processos de fortalecimento da cidadania. Primeiro, porque é uma linguagem com seu componente convencional correspondente e código próprio. O acesso ao entendimento deste código permite a comunicação do grupo e, conseqüentemente, facilita o conhecimento, a coesão social e a integração.

Além disso, a cultura favorece uma melhor predisposição para observar e olhar as coisas de maneira diferente, o desenvolvimento da sensibilidade e a abertura da mente. Promover a cultura também acarreta a promoção de um tempo de ócio criativo, o que significa enriquecer o grupo social e os indivíduos que o compõem. Ela torna-se um recurso de socialização e ajuda a estimular a empatia pelos *outros*, oferecendo maneiras criativas de compreender e assimilar as diferenças.

Da mesma forma, a cultura é também um recurso para geração de emprego e renda, o que melhora a qualidade de vida e a coesão social. Numerosos estudos refletem a relação entre cultura, criatividade e inovação como elementos que contribuem para o progresso econômico social.

Como a cultura é uma atividade com um impacto econômico crescente no PIB dos países, torna-se cada vez mais importante a forma de contabilizar este impacto sobre a economia dos países e verificar como desenvolver o setor das Indústrias Culturais e Criativas (ICC), cada vez mais ligado à tecnologia.

Os organismos vinculados a este setor na região estão tentando analisar e estimar o impacto das ICC como parte da economia global. Assim, por exemplo, a UNESCO e a CISAC realizaram *O primeiro mapa global das indústrias culturais e criativas* (2015). Ele reflete a



importância do setor audiovisual na América Latina e no Caribe, onde a televisão é um setor fundamental, gerando um terço das receitas da ICC. Neste campo, destacam-se a Argentina e a Colômbia como exportadoras de programas de televisão, ficando entre os cinco maiores exportadores do mundo. E, no campo cinematográfico, mais de 400 filmes são produzidos na região, com destaque para Argentina, Brasil e México.

O BID publicou o estudo *A Economia Laranja, uma oportunidade infinita*²¹, de Felipe Buitrago Restrepo e Iván Duque Márquez, do qual resulta que as ICCs geraram 124 bilhões de dólares em receitas e 1,9 milhões de empregos na América Latina e no Caribe durante o ano de 2013.

Seus autores diferenciam **bens criativos** (artes visuais e espetáculos, artesanato, audiovisual, design, novos meios de comunicação, etc.) de **serviços criativos** (arquitetura, cultura e lazer, investigação e desenvolvimento, publicidade, etc.), e indicam que os segundos crescem 70% mais rápido do que os primeiros, porque cada vez mais as transações são feitas via internet.

Outro termo que os autores utilizam é o de **economia criativa**, que é aquela na qual se englobam todos os bens e serviços cuja base fundamental é a propriedade intelectual. Em um mundo cada vez mais tecnológico, espera-se que a economia criativa desempenhe um papel cada vez mais importante.

Outro exemplo são alguns projetos incluídos no livro *Economia Laranja: Inovações que você não sabia que eram da América Latina e do Caribe* (BID, 2017).

Por meio destes e de outros estudos sobre as ICCs na região (cada vez mais numerosos, mas ainda insuficientes devido aos problemas existentes na coleta e comparação de informações), deve-se destacar que

Parte V: Cultura

um dos principais problemas existentes é que não se dispõe de informações sistemáticas e atualizadas sobre as indústrias culturais da região, de modo que seria necessário implementar estratégias políticas conjuntas destinadas a preencher essa lacuna. Não é que não haja estratégias voltadas para isso, mas que em cada país os indicadores econômicos para as indústrias culturais são diferentes. As organizações internacionais da região, como a OEI e o BID²², estão trabalhando em estreita colaboração com os governos dos países para tentar alcançar **indicadores comuns** para todos eles. Esta é considerada uma tarefa de longo prazo, já que não possui uma abordagem única, que depende em grande parte da visão mantida pelos formuladores de políticas em cada momento e caso específico. Além disso, devemos também ter em mente que, devido à grande variedade de atividades agrupadas sob o termo ICC, algumas são mais fáceis de contabilizar e registrar, economicamente falando, do que outras.

Da mesma forma, dentro das indústrias culturais, é preciso levar em conta o desenvolvimento das **novas tecnologias e o acesso à internet**. Sempre se menciona o fosso digital como um dos problemas do acesso desigual à educação na região e espera-se que a partir de numerosos estudos, em alguns anos, isso seja considerado como uma necessidade básica.

Dentro do **setor audiovisual**, que é muito importante na América Latina, devemos ter em mente que as tendências mundiais estão cada vez mais voltadas para o consumo de seus produtos via streaming e não mediante o consumo tradicional da TV. A maneira de consumir conteúdo audiovisual está mudando.

Embora a importância e o valor econômico e social das atividades culturais e artísticas sejam inquestionáveis, a verdade é que não existe até então um consenso regional sobre o modo como elas devem ser definidas e incluídas. Da mesma forma, tampouco existe um critério único para determinar o valor das indústrias culturais e, portanto, de sua contribuição para o PIB em cada um dos países da região²³. De qualquer maneira, mesmo na ausência de números oficiais, não há dúvida de que a cultura contribui significativamente para o PIB da região e é um motor de geração de emprego e de renda, resultando na melhoria da qualidade de vida e da coesão social.

Direitos culturais e diversidade cultural

Os direitos culturais são direitos promovidos para garantir que as pessoas e as comunidades tenham acesso à cultura e possam participar em qualquer que seja de sua escolha. Eles são fundamentalmente direitos humanos que asseguram o usufruto da cultura

e de seus componentes em condições de igualdade, dignidade humana e sem discriminação. Como tais, referem-se a questões como a língua, a produção cultural e artística, o acesso e a participação na cultura, o patrimônio cultural, os direitos autorais e as minorias, entre outras.

Os direitos culturais reconhecem o homem como ser criativo superior e com uma capacidade marcante de comunicar-se simbolicamente. Sua essência é a de ser direitos de autoestima e de identidade e, ao mesmo tempo, de alteridade, de reconhecimento dos outros como seres diferentes e originais que podem contribuir para o nosso enriquecimento. Os direitos culturais são construídos e garantidos por meio de políticas culturais, de normas jurídicas tanto internacionais como nacionais e de uma proteção efetiva dos juízes e tribunais.

Precisamente, um dos aspectos mais importantes promovidos pela CCI tem sido a identificação do potencial e do valor da cultura em relação à compreensão da política cultural para incorporar mecanismos e fórmulas vinculadas aos direitos culturais e à diversidade cultural, além das abordagens tradicionais que colocam a cultura em um papel mais passivo, limitado às artes plásticas ou à diplomacia cultural. Ou seja, não se trata apenas de contribuir para a geração de novas narrativas e abordagens, mas também de novas metodologias e formas de trabalho que facilitem a orientação das políticas culturais como pilar dos direitos culturais e da diversidade cultural. Isso consiste muito menos em gerar novidades do que inovar a partir da otimização colaborativa.

Ao mesmo tempo, a CCI é um instrumento para a diversidade cultural Ibero-americana concebida como um conjunto cultural complexo que reúne elementos de uma cultura comum Ibero-americana, as expressões culturais nacionais, regionais e locais, as culturas das comunidades tradicionais, indígenas, afrodescendentes e de populações migrantes, bem como toda a gama de subculturas que existem dentro delas. Neste sentido, a CCI consiste na primeira grande iniciativa regional para salvaguardar a diversidade cultural. Portanto, ela reitera ao longo de todo o seu texto, especialmente no Título IV, que seu objetivo final é a consolidação do ECI, entendido como um espaço cultural dinâmico detentor de uma profundidade histórica notável, de uma pluralidade de origens e de variadas manifestações.

Como declaração política, a CCI é um compromisso voluntário de cooperação que surge da solidariedade entre os Estados. Sua singularidade reside em assumir a região como um espaço cultural dinâmico e singular, no qual se reconhecem profundos vínculos históricos, uma pluralidade de origens e variadas manifestações



e expressões culturais. A CCI defende a diversidade como um patrimônio comum que deve ser valorizado e preservado, “uma vez que sustenta um mundo mais rico e variado, nutre as capacidades, os potenciais, a criatividade e os valores e constitui um motor para o desenvolvimento sustentável de povos e nações”.

Os direitos culturais e a identificação de canais para promover o acesso à cultura constituem um objetivo comum que aponta para a adoção de abordagens múltiplas e diferentes enfoques de todas as políticas governamentais. Um dos maiores desafios das políticas públicas de cultura é justamente a capacidade e a vontade política de criar e promover instâncias, estruturas e mecanismos que concretizem a participação cidadã a partir de suas próprias experiências e raízes culturais.

É claro que a implementação de políticas culturais, que giram em torno do pilar dos direitos culturais e da diversidade cultural, requer a estreita colaboração do Estado e da sociedade civil, a fim de abordar as limitações que cada entorno apresenta separadamente. A cooperação como tal é importante para promover a geração de alianças que mobilizem recursos técnicos, financeiros e políticos e facilitem o compartilhamento de experiências significativas para o avanço conjunto da região na geração de capacidades nos atores sociais e estatais.

Sem dúvida, existe uma relação da cultura com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, no entanto, não nos esqueçamos que os ODS não possuem um objetivo específico para a cultura, o que exige formular as políticas públicas culturais a partir do reconhecimento dos direitos da cidadania, da determinação dos deveres institucionais, do alcance dos serviços públicos e do diálogo a partir da dimensão cultural com outras associadas ao setor governamental, acadêmico, privado, de redes e de iniciativas provenientes da sociedade civil.

É preciso gerar vias que ampliem e apoiem os canais entre os cidadãos para promover a participação em diversas áreas, tais como as artes, o espaço audiovisual, o mundo digital, as ciências da saúde, a apropriação social e a gestão do patrimônio, contribuindo para promover paulatinamente novas formas de convivência, integração social, reforço do espaço público partilhado e evitar formas de discriminação e marginalização social, econômica e cultural.

Neste sentido, é necessário tomar medidas firmes para situar a garantia dos direitos culturais como centro das políticas culturais, como espinha dorsal de todos os níveis de administração e de desenvolvimento local, assim como em relação à cooperação cultural

internacional. Para avançar nesta linha, é necessário realizar tarefas que contribuam para fortalecer a conscientização nas sociedades Ibero-americanas em relação à diversidade cultural e linguística.

Por exemplo, o Portal Ibero-americano de Direito à Cultura (PIDC) proporciona um espaço que permite conhecer com mais profundidade os marcos legislativos e jurídicos no âmbito cultural nos países da região, como forma de encontro, reafirmação da democracia, reflexão e de participação cidadã. Desta forma, contribui-se para reforçar o conhecimento e a comunicação entre a sociedade civil e o Estado e promove-se a articulação entre diferentes instâncias em âmbito nacional e regional para incidir em novas formas de governança em que os direitos culturais sejam um elemento substancial.

Algumas propostas para o futuro

Tendo em vista articular o aprofundamento da elaboração da CCI²⁴ como a melhor aposta para revalorizar a cultura Ibero-americana como elemento integrador e estruturador, devemos considerar o contexto da Agenda 2030 e dos ODS, bem como a denominada agenda digital. Além disso, existe a possibilidade de gerar ações que conectem programas e iniciativas já existentes em torno de uma espécie de vitrines de identidade cultural Ibero-americana. E, como um novo tipo de iniciativa, unindo as três facetas da OEI (educativa, cultural e científica), propõe-se a criação de uma **Cátedra Ibero-americana de Cultura Digital**.

Interligar a ação cultural da OEI com os ODS

Os ODS constituem a segunda fase da estratégia de desenvolvimento proposta pelas Nações Unidas na Cúpula do Milênio em 2000, na qual foram acordados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A Agenda ODS foi formalmente adotada na Reunião de Alto Nível das Nações Unidas realizada em setembro de 2015 mediante a declaração *Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Ela está constituída por 17 objetivos que são especificados em 169 metas que abordam temas estratégicas do desenvolvimento global, para cujo seguimento foram estabelecidos 241 indicadores. Os objetivos, aprovados por 193 países em todo o mundo, têm vigência de 15 anos.

Em termos de cultura, os ODS referem-se a essa dimensão em sua epígrafe 36 a fim de fomentar a compreensão entre diferentes culturas, a tolerância, o respeito mútuo e os valores éticos da cidadania global e responsabilidade compartilhada. Reconhecemos a

Parte V: Cultura

diversidade natural e cultural do mundo, e também que todas as culturas e civilizações podem contribuir para o desenvolvimento sustentável e desempenhar um papel crucial na sua promoção.

O ODS 17 afirma que as metas estabelecidas na Agenda 2030 só podem ser alcançadas com o compromisso assumido em favor de alianças globais e cooperação. Ele estabelece não apenas onde os esforços globais de desenvolvimento devem ser direcionados, mas também destaca como alcançar as metas estabelecidas. “Hoje o mundo está mais interconectado do que nunca. Melhorar o acesso à tecnologia e ao conhecimento é uma maneira importante de intercambiar ideias e promover a inovação”. Neste sentido, a OEI tem um papel a desempenhar na promoção das interações dos governos e dos atores sociais no campo do ECI.

A OEI assume a necessidade de contribuir para os ODS no âmbito da CCI. A nova abordagem sobre a visão da cultura promovida pela CCI reconhece o papel dos governos para introduzir políticas que protejam e incentivem a diversidade das expressões culturais, ao mesmo tempo em que reafirma outros aspectos relativos aos bens, atividades e serviços culturais. Ao considerar que todos eles contêm uma dimensão econômica e cultural, promovem a geração de emprego e fomentam a inovação e o crescimento econômico sustentável.

A OEI pretende contribuir para a Agenda 2030 e para os ODS incentivando projetos que abordem uma ampla dimensão cultural, e que esta se torne um eixo transversal para melhorar a vida dos cidadãos da região, entendendo que o desenvolvimento não é sustentável se não contempla e incorpora apropriadamente a dimensão cultural.

Esta determinação tem-se refletido em vários pontos da Declaração da XIX Conferência Ibero-americana de Ministros de Cultura, realizada em Antigua, na Guatemala, de 3 a 4 de maio de 2018, em que os ministros de Cultura da Ibero-América concordaram em “promover a prática de orientar e vincular as decisões dos governos da região aos Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável, a fim de harmonizar as políticas nacionais no nosso campo de ação”, bem como “arquitetar, a partir das nossas instituições e no âmbito das respectivas competências, estratégias e ações intersetoriais e multiníveis destinadas a contribuir para o cumprimento das metas da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, partindo do papel da cultura como um elemento articulador, da riqueza da diversidade das expressões culturais, e da importância do multiculturalismo da região como pilares de desenvolvimento”.

No campo da cultura, o marco e a base são fornecidas

pela CCI. Do ponto de vista da OEI, a CCI é para o âmbito cultural aquilo que para as Metas Educativas 2021 é para o educativo: o marco de referência a partir do qual vários desenvolvimentos são conjugados na forma de programas e planos de ação. A CCI estabelece as bases para o fortalecimento institucional da região como espaço de cooperação e em prol da preservação e do desenvolvimento de sua diversidade cultural. Sua adoção antecede a Agenda 2030, mas os objetivos que desenvolve já antecipavam o sentido dos ODS, porque, tal e como foi formulado seu Princípio de contribuição para o desenvolvimento sustentável, para a coesão e a inclusão social, “os processos de desenvolvimento econômico e social sustentáveis, assim como a coesão e inclusão social, só são possíveis quando acompanhados de políticas públicas que levam plenamente em conta a dimensão cultural e respeitam a diversidade”.

A partir de uma concepção da cultura como condição, meio e fim para o desenvolvimento pessoal e social, a CCI afirma que não é possível alcançar um determinado nível de bem-estar se não houver uma participação cidadã ampla no acesso, no usufruto e na construção compartilhada de bens culturais. Além disso, ela propõe reflexões sobre o papel da cultura no desenvolvimento dos povos em um mundo globalizado, multicultural e diversificado. Nessa linha, ela enfatiza que o ECI se caracteriza por sua capacidade de transformação e de adaptação constante aos novos contextos e realidades sociais, econômicas e políticas.

Estas premissas mantêm sua validade, ao ponto de poderem ser consideradas intermináveis, porque a própria dinâmica de constante transformação e adaptação gera um mecanismo de metas em transição. É disso um exemplo os programas e iniciativas de cooperação (Ibermuseos, Ibermúsicas, Iberescena etc.), surgidos ao longo de diversas Cúpulas e Conferências Ibero-americanas com vista a favorecer a articulação entre os países da região, procurando promover políticas e ações específicas e reafirmando seu compromisso de respeitar os direitos humanos e culturais, as culturas tradicionais, os afrodescendentes, os povos indígenas e os migrantes. Apesar (ou precisamente por causa de) seu sucesso inegável, eles não podem acomodar-se em uma trajetória estabelecida. Pelo contrário, à medida que as realidades sociais mudam, os programas e iniciativas devem adaptar-se, e isso implica uma atitude de vigilância permanente para a necessidade da introdução de mudanças.

Agenda digital Ibero-americana

Uma transformação necessária, imposta pelo próprio transcurso da realidade social, é a integração cultural no mundo das redes digitais globalizadas. O V Congresso Ibero-americano de Cultura de Zaragoza (2013), sob



o tema “Cultura digital, cultura em rede”, já apontava nessa direção, sinalizando duas tarefas imprescindíveis para avançar a CCI no contexto digital. Em primeiro lugar, a definição do papel das indústrias criativas no ECI. E, em segundo, a inclusão da cultura em uma “agenda digital Ibero-americana” que já vem sendo demandada por alguns setores da região.

Por exemplo, isso é indicado pela crescente circulação cada vez mais visível de conteúdos culturais latino-americanos em plataformas de comunicação de massa por meio de ações, tais como o apoio regional ao padrão brasileiro de televisão digital terrestre, o ressurgimento de televisões públicas em muitos dos países da área ou a criação de sinais pan-americanos de televisão por satélite ou cabo. A própria inclusão na agenda política latino-americana do “direito à comunicação” tem impulsionado não apenas numerosas reformas regulatórias, mas também uma preocupação com a autonomia na produção cultural e de comunicação que já é evidente no número de sinais de comunicação, produção de conteúdos e incentivo aos intercâmbios regionais.

Colocar o ECI no centro da reflexão leva-nos imediatamente a concentrar nossa atenção em dois aspectos. O primeiro, a urgência de cuidar do elemento Ibero-americano como um fator cultural singular, com características próprias em comparação a outras convergências como a latino-americana. Fortalecer o Ibero-americano como elemento distintivo permite expandir áreas de influência de forma natural (países de língua portuguesa, continente europeu), com as vantagens evidentes que isso implica em um campo com ramificações tão globais quanto a agenda digital.

O segundo aspecto que merece atenção refere-se a garantir que os passos na construção de uma agenda digital sejam devidamente Ibero-americanos, e que se evite a tentação de avançar no projeto à luz da Agenda Digital Européia, que surgiu da Iniciativa 2020. A agenda digital européia responde às condições específicas da União Européia e está voltada para o crescimento econômico, pecado original que pesa desde a sua origem, tendo gerado o projeto de integração a partir dos mercados e não das pessoas. Ao contrário, a agenda digital Ibero-americana pode e deve integrar os objetivos da CCI no entorno de globalização digital. Para tanto, é essencial que a vontade política cumpra suas linhas de ação.

Fios para tecer espaços de promoção da identidade cultural Ibero-americana

A coexistência de múltiplas ações, programas, projetos e iniciativas em torno da CCI por parte de diversos agentes suscita a necessidade de otimizar a cooperação institucional, a fim de não duplicar esforços, recursos e

energias. Simplificar o diálogo e facilitar a comunicação são tarefas que se impõem pela filosofia da OEI para abordar um novo ciclo de cooperação cultural voltando à essência. A OEI pode oferecer um papel útil nesse sentido, uma vez que sua única agenda em matéria cultural é a própria CCI, ao serviço da comunidade Ibero-americana.

Para favorecer as grandes linhas em contraste com a dispersão de programas, mas, ao mesmo tempo preservando o valor da trajetória percorrida, é necessário promover algumas ações que abranjam e integrem programas e iniciativas de diferentes áreas, como fios com os quais se tecem diferentes tecidos.

Desta forma, a primeira proposta refere-se à elaboração de material didático comum a ser utilizado tanto em ambientes de ensino regulamentados quanto informais. Se acrescentarmos a Agenda Digital Ibero-americana, na medida em que as pesquisas de opinião sobre hábitos culturais mostram que os jovens leem hoje mais do que nunca, mas principalmente por meio das redes sociais, o material didático mencionado acima deverá ser adaptado a esse meio. Além disso, pode ser necessário realizar ajustes linguísticos dependendo do espanhol ou português usado pelo público-alvo. Para tanto, será útil incorporar a Associação de Academias da Língua Espanhola e sua contraparte de língua portuguesa.

Outra iniciativa interessante é lançar uma campanha para a promoção da leitura destinada aos usuários do transporte público, em torno de fragmentos da obra dos vencedores do Prêmio Cervantes de cada ano.

Outro exemplo ainda mais claro encontra-se no cinema. O cinema Ibero-americano está na moda e com clima de festa: as produções e coproduções Ibero-americanas despertam o aplauso do público de muitos países, bem como importantes prêmios, incluindo o Oscar. Isso gera benefícios econômicos importantes que repercutem em toda a cadeia de criação, fortalecendo a indústria cinematográfica Ibero-americana, a Ibermedia, a tela CACI, o investimento transfronteiriço, a formação, a comunicação... novamente, diversos agentes e programas envolvidos que poderiam beneficiar-se de uma linha comum, como por exemplo, propostas de simplificação regulatória, ou festivais populares para celebrar o cinema Ibero-americano.

Uma aposta no novo ciclo da OEI visa à realização de grandes eventos artísticos que exaltem as culturas vivas e a cultura compartilhada da região, como cenários de visibilidade e reconhecimento da riqueza e da diversidade das expressões culturais da Ibero-América. A literatura, a música, as artes cênicas, as artes plásticas, ou qualquer outra área da noção ampla de cultura contarão com um espaço de encontro para a sua valorização, de

Parte V: Cultura

modo que convirjam os valores simbólicos e patrimoniais das referências locais das identidades, o que nos une e identifica no ECI. Promover o encontro e as interações dos atores artísticos e culturais facilita a colaboração e aprofunda a cooperação cultural.

Tudo isso a partir da CCI, porque devemos aproveitar sua faceta como um instrumento integral e contemporâneo sobre a cultura, para enfrentar uma lista muito ampla das questões e relações que a cultura apresenta na vida atual. Desde a adoção da CCI em 2006, o campo da cultura tem experimentado avanços importantes em sua institucionalidade, inspirados por este marco conceitual. A prova disso é a criação de órgãos públicos específicos e legislações nos países Ibero-americanos, bem como os mecanismos de monitoramento e avaliação de programas e iniciativas. Sem dúvida, a expansão do intercâmbio nesta década promoveu e fortaleceu a cultura no campo das políticas públicas. O aprofundamento desta linha resultará no fortalecimento do ECI e da identidade cultural Ibero-americana.

Cátedra Ibero-americana de Cultura Digital

Uma proposta específica aglutinadora de tudo o que foi exposto nestas páginas é a criação de uma Cátedra Ibero-americana de Cultura Digital.

Qual é a relação existente entre a educação e a inovação? O que significa ler hoje? Como se ensina e se aprende hoje? Como o conteúdo é escolhido na cultura da informação em que vivemos?

Em um contexto em que as habilidades convencionais são transformadas, é essencial considerar estas e outras questões para não perder o trem da realidade e acrescentar ao hiato socioeconômico um fosso digital gerador de desigualdades. A democracia digital não existe: nem todas as pessoas têm acesso às TICs, tampouco da mesma maneira. Entretanto, todas as pessoas, em qualquer parte do mundo, são afetadas por esse fenômeno.

A expressão “cultura digital” refere-se às mudanças culturais que ocorrem a partir do desenvolvimento e disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e, em particular, da internet e da web. Os avanços tecnológicos conectam as pessoas em todo o mundo de diferentes maneiras (conhecimento, dinheiro, imagens, música, informação...). É um processo indivisível da cultura, já que a cultura muda de acordo com o ambiente em que se desenvolve e ao mesmo tempo modifica o que a rodeia.

Se nos limitarmos aos aspectos culturais ligados aos produtos das ICC, observamos áreas que claramente podem beneficiar-se de uma abordagem integrada sob

a perspectiva do fortalecimento dos direitos culturais presentes na CCI.

Assim, o livro em suporte de papel não desapareceu, mas convive com sua expressão como um arquivo digital, dando acesso a novos suportes para a leitura, basicamente os dispositivos móveis. O auge dos audiolivros também é um indicador desta transformação no setor do livro. Tudo isso causa mudanças nos hábitos de leitura e também levanta questões regulatórias relacionadas com os direitos de propriedade intelectual, pela incidência de pirataria neste setor.

O mesmo pode ser dito sobre a música, onde o suporte físico tornou-se praticamente residual, uma vez que hoje em dia a música é comprada em lojas virtuais, como um disco completo ou por faixa musical. A pirataria nesta área foi em grande parte interrompida justamente pela vantagem percebida dos consumidores em acessar assinaturas de milhões de músicas por meio de plataformas. O que não significa que não haja outros problemas relacionados à propriedade intelectual, como a cópia privada.

O setor mais afetado pela pirataria é o cinema. O download e a visualização de filmes na rede causaram vários problemas com grandes consequências para o setor. Por exemplo, isso fez com que a oferta se incline para o lado de grandes produções comerciais que possam correr o risco de reduzir o lucro das bilheterias. Tudo isto se traduz também em uma mudança de hábitos de consumo cultural, que em qualquer caso já vem anunciada a partir do momento em que o local preferido para assistir a um filme não é um cinema, mas o próprio lar.

Até mesmo a televisão deixou de ser um dispositivo que mostrava ao público o sinal que recebia. O acesso à internet multiplicou exponencialmente os serviços, de inúmeros canais a jogos eletrônicos on-line, filmes e séries, buscas na internet ou extensão do conteúdo do computador doméstico (imagens, vídeos, apresentações etc.). Esta diversificação abriu múltiplas oportunidades de negócios, que buscam criar a demanda oportuna e também gerar o emprego correspondente.

A indústria de videogames, atualmente ligada a jogos disponíveis na rede de pagamento direto ou indireto (transferência de dados pessoais, por exemplo), também deslocou os tradicionais jogos de mesa ou de tabuleiro. Nos dias atuais, as pessoas jogam em mundos virtuais, o que significa uma mudança de hábito com ramificações e consequências de impacto em toda a sociedade.

Não se trata de ampliar a lista de impactos, mas de tomar consciência da multiplicidade e variedade de



frentes que ficam transformadas pelo mero avanço das TICs.

A Cátedra Ibero-americana de Cultura Digital baseia-se na convicção de que o fator Ibero-americano pode ser determinante para enfrentar os desafios colocados pela cultura digital. E isso porque o fator Ibero-americano gira em torno de uma cultura compartilhada, a cultura Ibero-americana, que por sua vez está sujeita aos vetores da era digital e das TICs.

A posição da OEI é única a este respeito, pois possui um sólido patrimônio construído sobre uma longa experiência nos campos da educação, da cultura e da inovação.

A partir dessa posição dinamizadora, a OEI tem capacidade não apenas de contribuir com sua visão e conhecimento, mas também de atrair alianças com universidades e patrocínios. A multiplicidade de frentes possíveis abre um amplo espectro de que cada agente interessado, seja uma universidade, um centro de investigação ou uma empresa ligada às ICC, pode acrescentar profundidade à análise e multiplicar os resultados, ao compartilhar tal análise com toda a comunidade Ibero-americana.

As línguas da comunidade Ibero-americana, o espanhol e o português, geram milhões de conteúdos que estão interligados pelo simples fator linguístico, que por sua vez se traduz em potenciais grandes audiências.

Neste sentido, uma possível linha de trabalho será a promoção de oferta de conteúdo cultural legal, favorecendo uma cultura de respeito aos direitos de propriedade intelectual. Outra linha será o impacto da cessão (consciente?) do uso de dados pessoais como contraprestação pelo acesso a serviços, tanto da perspectiva da privacidade cada vez mais turva quanto da imposição gradual de conteúdo resultante das concentrações dos meios de comunicação.

Em suma, a Cátedra Ibero-americana de Cultura Digital terá como missão enfrentar os desafios colocados pela cultura digital na comunidade Ibero-americana a partir do prisma dos direitos culturais contidos na CCI.

Parte VI:

Cooperação com outros parceiros



Parte VI: Cooperação com outros parceiros

Principais entidades públicas e privadas

com as quais tem sido mantido algum tipo de relação na última década 2008-2018



Desde a sua origem em 1949, a OEI tem procurado reforçar a sua ação promovendo parcerias, gerando sinergias e abrindo sua intervenção a outros atores, com o objetivo de enriquecer seu trabalho com outros pontos de vista, diferentes sensibilidades e experiências nos âmbitos educativo, científico e cultural na Ibero-América. Tudo isso contribuiu para dar maior credibilidade, força e sustentabilidade à Organização. Porém, não foi apenas isso que ocorreu. Em linha com o ODS 17 (“Revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável”), para que uma agenda de desenvolvimento sustentável seja eficaz, é necessária a promoção de tais parcerias entre o setor público, o privado e a sociedade civil em âmbito global, regional, nacional e local.

Por isso, a seguir são enumeradas as principais entidades públicas e privadas, com as quais tem sido mantido contato durante os últimos dez anos de atividade da OEI, coincidentes com a aprovação e implementação do projeto **Metas Educativas 2021**.

A relação com a maioria dessas entidades resultou em documentos legais, tais como: o Convênio Marco de Cooperação, o Convênio de Cooperação Técnica, o Memorando de Entendimento, entre outras denominações sinônimas, com diferentes entidades, conforme indicado a seguir:

Instituições e entidades públicas e privadas



Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). Mais de uma década, a Agência é uma parceira fundamental da OEI na sua ação de cooperação com a Ibero-América. Destacam-se como projetos emblemáticos financiados pela AECID os programas de alfabetização e educação básica para jovens e adultos, mais conhecidos pela sigla PAEBAs. Diversos projetos de Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP), diretamente ligados aos PAEBAs, foram desenvolvidos e executados.

A AECID também apoiou fortemente a melhoria da qualidade, a inclusão e a cobertura educacional em todos os seus níveis, em especial na educação inicial e primária. Do mesmo modo, a assistência da Agência ao sector científico e cultural tem sido significativa mediante os programas de mobilidade e divulgação cultural e científica.



ARS PROGETTI.

Consultoria internacional de nacionalidade italiana, Líder do “lote 3 de Direitos Humanos, Democracia e Paz” dos Contratos Marco da UE e parceiro regular nas licitações. Outras entidades também participam no consórcio deste lote 3: Ambero (Alemanha), ASF (Bélgica), CANADEM (Canadá), CEP (Eslovênia), CESPI (Itália), COSV (Itália), DRI (Alemanha), Fieri (Itália), FUNDE (El Salvador), GMAP (Suíça), ISCIS (Itália), KIT (Países Baixos ou Holanda), PRIF (Alemanha) e SAIIA (África do Sul).



ABC

ABC.
Colaboração com o projeto “Luzes para aprender”.



Banco Santander.
Cooperação nas seguintes áreas: apoio ao arranque do Espaço Ibero-americano do Conhecimento e à organização do Congresso “Educação, cooperação e segurança cidadã na Ibero-América: experiências de sucesso e perspectivas de futuro”.



Bankia

BANKIA.
Desenvolveu-se conjuntamente o projeto “Círculos Interculturais de Apoio Mútuo (CIAM) para o sucesso escolar, a convivência e a integração social”.



Barclays.
Entre as diversas atividades em comum cabe destacar: Iniciativa Educação em Banco, Conectividade e Empreendedorismo, o fomento de bons hábitos financeiros no comportamento e na forma de pensar das pessoas imigrantes; subsídio ao Programa Iberescena 2012; realização do projeto “Banco para todos e empreendedorismo”, promoção da cultura financeira, uso produtivo de remessas; e a execução de “seis ações de formação em diferentes localidades da Catalunha durante o ano de 2011”.

BBVA

BBVA.
Parceiro regular com o qual se realizaram diversas ações nas áreas prioritárias da OEI, por exemplo, em matéria de primeira infância e empreendedorismo. O último convênio de 2015 regula: 1. Instituto Ibero-americano da Primeira Infância. 2. Bolsas de estudo Paulo Freire. 3. Educação financeira no Uruguai.



Cidade Industrial do Vale de Nalón, S.A.U.
No marco das relações com esta entidade destaca-se a execução conjunta de ações para fomentar a cultura empreendedora nas instituições de ensino na América Central.



Colégio de Europa.
Recentemente, tornou-se um dos parceiros regulares da OEI, especificamente participa muito ativamente na implementação do concurso de Diplomacia Pública da UE executada pela OEI, em que é subcontratado para o desenvolvimento da atividade “*Diplomatic and Executive Training*”.



Comitato Internazionale per lo Sviluppo dei Popoli (CISP).
É um parceiro regular da OEI no âmbito de apresentação de propostas técnicas com o envolvimento da EFTP. Entre as colaborações, apresentou-se em conjunto a proposta para a UE de assistência técnica ao SENAEH de Honduras.



CONGENIA.
Consultoria espanhola, parceira regular da OEI no âmbito de apresentação de propostas técnicas para a América Latina. Foram apresentadas muitas propostas técnicas em consórcio e executou-se em conjunto o projeto “Emprende” financiado pela UE.

Parte VI: Cooperação com outros parceiros



EPRD Policy & Development.

Consultoria internacional de nacionalidade polaca. Líder do “lote 4 de Desenvolvimento Humano” dos Contratos Marco da UE (Educação, Cultura, Formação Profissional, Investigação e Inovação, Saúde). Outras entidades também participam no consórcio deste lote 4: AETS (França), CIDEAL (Espanha), EDUCLUSTER (Finlândia), Health Works (Países Baixos ou Holanda), INBAS (Alemanha), SQA (Escócia) e ZSI (Áustria).



Fundação Espanhola para a Ciência e a Tecnologia (FECYT).

A parceria com esta fundação cooperou na organização do I Foro Ibero-americano de Comunicação e Divulgação Científica e tem colaborado na *Iberoamerica Divulga* desde sua criação por meio da Agência SINC



Fundação Hogar del Empleado (FUHEM).

Colaborou-se para a edição conjunta do “*Index for Inclusion*” em espanhol para o âmbito geográfico da Espanha e da América Latina, com o título “Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas”.



Fundação Internacional e para a Ibero-América de Administração e Políticas Públicas (FIIAPP).

A FIIAPP é uma parceira-chave da OEI como braço executor da AECID e de toda a cooperação espanhola, com a qual foram realizados diversos acordos e colaborações em programas como o Eurosocial nas suas diferentes edições.



Gás Natural FENOSA.

Foram realizadas reuniões de coordenação e articulação com o Programa EuroSolar e com a Fundação Gás Natural, que nos deu assistência técnica ao projeto “Luzes para Aprender”.



IBERDROLA.

Proposta de parceria público-privada para EFTP no Brasil enviada em 2011 e à Fundação para o financiamento do projeto “Fortalecimento das competências no conhecimento e uso das línguas espanhola, aimará, maia e guarani pelos estudantes Ibero-americanos”.



Ibéria.

Colaboradora regular da OEI em diversas atividades, entre as quais se destacam a sua participação no marco da celebração do Congresso das Línguas de Salamanca, Metas 2021 e do Programa Luzes para Aprender.



ICON.

É também um parceiro regular da OEI no marco de apresentação de propostas técnicas para a América Latina. Ele liderou a oportunidade de Diálogos setoriais no México que se apresentou em conjunto, embora não tenha sido concedido.



Junta de Andalucía. Ministério de Conhecimento, Investigação e Universidades da Junta de Andalucía.

Há 12 anos que colabora anualmente com a OEI e apoia desde então o Programa Ibero-americano de Mobilidade Acadêmica (PIMA-Andaluzia), que permitiu a mobilidade de aproximadamente 2.000 alunos de graduação. Desde 2012, financiou a maior parte das ações na área da ciência da OEI, especialmente a área relativa à educação matemática e GeoGebra, com o apoio acadêmico da Universidade de Córdoba; e à difusão e cultura científica, com a colaboração de sua Fundação *Descubre*.



Madrid Destino

Madrid Destino, Cultura Turismo e Negócio.

Ambas as instituições colaboraram para a organização e execução do “Projeto Ibero-americano de Teatro Infantil e Juvenil”.



Ministério da Educação e Formação Profissional da Espanha.

Desde que em 2004 a OEI e o Ministério da Educação formalizaram um Convênio Marco de Colaboração, o apoio para a melhoria e cobertura da educação na Ibero-América tem sido constante. Anualmente, foram assinados protocolos adicionais a contribuir para a implementação dos programas de ação e projetos educacionais contemplados nos Programas-Orçamentos aprovados nos diversos Conselhos Diretivos da OEI.



Obra Social Caja Madrid (Bankia).

Ambas as instituições trabalharam em conjunto em muitas iniciativas, entre as quais se destacam as colaborações mais recentes que foram nos seguintes temas: “Projeto de assistência técnica para a assessoria e formação de técnicos pedagógicos e diretores de centros educacionais, em direção e administração da educação nos países da América Central” e execução do projeto “Eu vou terminar a escola”.



Proactiva Medioambiente.

Parceiro com quem foram estabelecidas as bases de colaboração, com destaque para a iniciativa “Ao redor da Ibero-América 2017”, cujo objetivo é promover a educação em valores. Esta entidade mudou seu nome para Veolia Holding América Latina S.A. com a qual foram atualizadas as bases de cooperação, inclusive na linha da educação em valores ligados ao meio ambiente.

ONG e Fundações



Associação ACCEM.

No âmbito das atividades da OEI no campo da migração, foi assinado com esta ONG a continuidade da colaboração entre as partes nos termos acordados no convênio assinado em 5 de março de 2015 no novo programa administrado pela Associação ACCEM até a conclusão do Projeto “Balcões Únicos II”.



Ajuda em Ação.

Após a assinatura de um acordo-marco para estabelecer as bases para a cooperação entre ambas as partes, com ênfase nos PALOP-TL, está prevista a implementação de um projeto-piloto “Luzes para Aprender” em Moçambique.



Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e no Caribe (CREFAL).

As condições de colaboração foram estabelecidas em termos de: a) Coordenação e informação, b) Intervenção territorial, c) Metas 2021 e d) Formação de alfabetizadores e educadores na educação.

Parte VI: Cooperação com outros parceiros



Energias Sem Fronteiras (EsF).

Tem sido um parceiro-chave para a implementação do projeto “Luzes para Aprender” na região Ibero-americana.



Federação Internacional Fé e Alegria.

Foram estabelecidas as bases para a realização de programas e projetos de cooperação de interesse mútuo no campo da educação, ciência, cultura e desenvolvimento social.



Fundação Alternativas.

Existe uma estreita relação de colaboração com esta Fundação. Entre as iniciativas conjuntas destaca-se a publicação dos seguintes estudos: “Imigração e educação na Espanha durante a primeira década de 2000” e “Educação e equidade: desigualdades no sistema educacional e políticas educacionais”



Fundação de Futebol Clube Barcelona.

No âmbito das ações da OEI de educação para a cidadania, estabeleceu-se um marco comum no qual se destacou a execução do projeto Ibero-americano de Educação em Valores e Cidadania por meio do esporte: “*Juégala*”.



Fundação Elecnor.

Criou-se um marco de colaboração entre ambas as organizações nas áreas de interesse comum, no qual se destaca a colaboração na implementação do projeto “Luzes para Aprender” nas escolas rurais do Uruguai.



Fundação Endesa.

Foram estabelecidas as bases para a realização de programas e projetos de cooperação de mutuo interesse.



Fundação MAPFRE.

Tem-se trabalhado extensivamente em colaboração com esta fundação, especialmente no âmbito das atividades em matéria de educação inclusiva e de educação em valores da OEI, tais como: processos efetivos de inclusão educacional para alunos com deficiência; projeto “Experiências em educação inclusiva: a escola com diferenças de aprendizagem”; “Projeto Ibero-americano de Inovação Educacional e Inclusão 2014-2016” e “Projeto Ibero-americano de Educação em Valores 2016”.



Fundação Once América Latina (FOAL) e Ministério da Educação da Espanha.

Realizaram-se diversas atividades de maneira triangular entre as três entidades, por exemplo, o lançamento do “Centro de Produção de Materiais Educacionais no Sistema Braille, em Relevo e Sonoro”, o financiamento e a implementação de centros de recursos e de produção de materiais para pessoas cegas, a criação do Centro de Recursos para Deficientes Visuais e o projeto “Centro de recursos educacionais para pessoas cegas e com deficiência visual”, entre outros.



Fundação ONCE.

As bases de uma colaboração foram estabelecidas para desenvolver as atividades necessárias para a execução de programas e projetos de cooperação em favor de pessoas com deficiência. Estes programas e projetos devem considerados de interesse mútuo e de natureza preferencial pelas instituições signatárias, nas áreas de educação, ciência, cultura e desenvolvimento social, nos países membros das pessoas com deficiência da comunidade Ibero-americana.



Fundação Parque Tecnológico ITAIPU.

No âmbito das atividades da OEI no Paraguai, destaca-se a participação com esta fundação na criação do “Centro de Formação de Gestores e Inovação em Políticas Públicas Científicas e Tecnológicas do Paraguai”.



Fundação Repsol e Repsol.

Colaboração conjunta em temas de desenvolvimento social, energia e sociedade, “Quebrando Barreiras”, educação infantil ou desenvolvimento intelectual precoce, competências para o século XXI, construção da cidadania, governança da educação, ensino superior.

Fundación **Santillana**

Fundação Santillana.

Existe uma ampla cooperação entre ambas as entidades, desenvolvida no domínio dos seguintes temas: grupos de especialistas em TIC, reformas educacionais, leitura, Revista Ibero-americana de Educação, Prêmio Nacional TIC em Educação.



Fundação SM.

Realização de programas e projetos de cooperação de interesse mútuo. Seminário sobre “TIC e Educação”, Concurso de boas práticas sobre o uso de tecnologias na organização de escolas ou em programas de inovação nas diferentes disciplinas curriculares. Estímulo ao desenvolvimento da quinta edição do concurso “O que você está lendo?”, focado no desenvolvimento de blogs para estudantes de escolas. Segunda Convocatória de um Concurso Ibero-americano. II Seminário Internacional sobre Educação em Direitos Humanos.



Fundação Telefônica.

Colaboradora regular da OEI em várias iniciativas. Recentemente, destacam-se: 1) Iniciativa regional sobre a exploração dos resultados da medição de impacto das TICs nas escolas e 2) Fortalecimento e atualização do Bacharelado Técnico Produtivo em Administração de Sistemas e Aplicações Informáticas no Equador.

VOCES

Fundação Voces para la Conciencia y el Desarrollo.

As ações em comum promoveram a divulgação do projeto “Luzes para Aprender” por meio de sua rede de artistas e de outras iniciativas. Além disso, foi impulsionada uma rede de artistas Ibero-americanos comprometidos com este projeto, que incorporará ações de sensibilização e adesão ao projeto na celebração de concertos, festivais e outros atos de ação solidária.



Instituto de Estudos Políticos para a América Latina e África IEPALA-UCM.

O marco de colaboração estabelecido culminou com o desenvolvimento de um “Curso de Formação de Professores a ser realizado na UCM” destinado a angolanos e pessoas dos PALOP sobre as exigências intelectuais, éticas, pedagógicas e sociopolíticas do sistema integrado de todos os direitos humanos e com uma abordagem abrangente e interdisciplinar.



Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas (IPDAL)

Foi criado um marco comum de cooperação para regular todas as atividades relacionadas com a realização de programas e projetos que sejam de interesse comum.



Plano Internacional.

As bases e os procedimentos de colaboração entre a OEI e o Plano Internacional foram criadas em relação às Metas 2021, que se materializaram em programas como: a campanha “Aprender sem medo”, o Programa de Apoio à Educação de Jovens e o Programa Ibero-americano de Apoio à primeira infância. Além disso, esta ONG tem sido uma parceira regular da OEI ou do FUNDIBER em processos de apresentação de propostas.

Parte VI: Cooperação com outros parceiros

Organizações internacionais e principais financiadores internacionais

Na última década, tanto na Secretaria-Geral como nos escritórios, realizaram-se diversos encontros e reuniões com muitas organizações internacionais, cujas relações tiveram diferentes escopo e natureza.

A aliança estável com alguns organismos internacionais também foi fundamental no processo de apoio ao projeto das Metas Educativas 2021, como com o UNICEF, a UNESCO, a CEPAL e o PNUD.

Estes distintos tipos de relações podem ser resumidos como: visitas institucionais para o contato inicial, realização de convênios (com ou sem financiamento) e, finalmente, a partir de sua faceta como financiadores internacionais: competindo ou negociando a obtenção de fundos, por via de subsídios ou licitações internacionais.

Organizações internacionais e principais financiadores internacionais



Unión Europea

UNIÃO EUROPEIA (UE).

A OEI desenvolveu uma estreita relação com a UE nos últimos anos, tornando-se o seu principal parceiro internacional. Desde 2014, a OEI é uma das poucas organizações que foram credenciadas pela Comissão Europeia para executar projetos de **cooperação delegada** (por exemplo, PAGODA no Paraguai) e, por outro lado, tem participado ativamente em Programas Regionais, ganhando contratos de serviços e obtendo subsídios financiados principalmente pela Direção-Geral de Cooperação Internacional e do Desenvolvimento (DG DEVCO) da Comissão Europeia, entre os quais se destacam:



EUROsociAL

Programa regional de cooperação técnica da União Europeia para promover a coesão social nas políticas públicas dos países da América Latina. Em um consórcio liderado pela FIIAPP e com diferentes parceiros de coordenação entre aqueles que se destacam por seu trabalho direto com a OEI; GIZ, IILA e CIEP.

A OEI tem participado desde o seu início (2005-2010) nas diferentes fases do programa, especialmente na relativa à educação secundária e mais especificamente na prevenção do fracasso escolar, retenção e readmissão, com a implementação de políticas setoriais e com a valorização do intercâmbio de experiências.

Na fase seguinte, a EUROsociAL II (2012-2015), a OEI atuou como um parceiro técnico operando na área de educação e emprego. O trabalho “entre pares” foi promovido como uma ferramenta para a cooperação institucional, e para isso foram desenvolvidas atividades no domínio do reforço da educação secundária e sua vinculação com a educação para o trabalho. Na área de emprego, a atuação centrou-se nos sistemas nacionais de qualificações profissionais.



EU Policy and Outreach Partnership – Brazil and South America.. Projeto regional de apoio aos objetivos da Política Externa da União Europeia por meio de sua Diplomacia Pública (Brasil, Argentina, Colômbia, Peru, Uruguai e Chile).



Contrato Marco: Lote 3. Direitos Humanos. Líder ARS Progetti.



Unión Europea



Contrato Marco: Lote 4. Educação, Cultura.
Líder EPRD.



Horizon 2020 - EULAC Focus.
Sobre as relações culturais e científicas UE-CELAC, liderado pela Universidade de Barcelona (2016).



Eurosolar.
Em alguns países, a colaboração ocorreu com este programa europeu (já concluído) com o projeto “Luzes para Aprender”.



Luzes para a Cidadania Global.
com FUNDIBER.



Projeto Balcões Únicos I e II (OSS-LAC).
Projeto enquadrado na atividade da OEI sobre migração para o retorno voluntário. Esta iniciativa foi continuada pelos projetos ERIN 2016, geridos pelo governo dos Países Baixos, mas financiados pela UE.



APCEIU (Asia-Pacific Centre of Education for International Understanding under the auspices of UNESCO)

Organização da família da UNESCO, especialista em Cidadania Global; criou-se um marco de cooperação para desenvolver e implementar em conjunto programas destinados a alcançar objetivos coletivos na educação, nas áreas da educação básica, da avaliação da educação e do ensino superior, centradas em programas de formação de professores e de mobilidade, e para desenvolver capacidades e a compreensão dos conceitos de cidadania global (em suas siglas em inglês: GCED, Global Citizenship Education) por parte de educadores e estudantes dos Estados Ibero-americanos.



Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

Há diversos acordos que têm regulamentado as relações OEI-CEPAL nos últimos anos. Destacam-se os referentes ao estudo econômico da CEPAL sobre as Metas Educacionais 2021 em cada um dos países e em suas diferentes metas, a “Contribuição da Carta Cultural ao Desenvolvimento Econômico” e as assistências técnicas para elaboração de “Contas satélite” em vários países.



Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, foram realizadas várias reuniões e coordenações para identificar iniciativas de interesse comum, como por exemplo, a análise da possibilidade de participar em conjunto em um projeto no âmbito do programa europeu Erasmus+. Na Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo realizada em Cabo Verde, em 17 de julho de 2018, a OEI foi admitida como observadora associada na CPLP, sendo a primeira organização internacional a alcançar este estatuto.

Parte VI: Cooperação com outros parceiros



UNESCO.

A parceria entre ambas as organizações (e seus respectivos institutos) tem sido estreita no último período, materializando-se na assinatura de vários acordos cujos temas giram em torno da educação de jovens e adultos e da aprendizagem ao longo da vida.

Outras organizações internacionais com as quais foram assinados convênios de colaboração foram: OEA, Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Instituto Ítalo-Latino Americano (IILA), ACNUR e UNICEF.

Além disso, outras entidades financiadoras internacionais com as quais os escritórios nacionais trabalharam (visitas institucionais, convênios, subsídios e contratos de serviços) com o apoio da SG são o BID, o BM, USAID, MERCOSUL (Programa de Apoio ao Setor Educacional

do MERCOSUL, PASEM), Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), Comunidade Andina de Nações (CAN), entre outras.

Nesta linha, cabe destacar a *Millennium Challenge Corporation (MCC)*, especialmente com seu fundo para a América Central FOMILENIO.





Outras organizações internacionais



Associação de Televisão Educativa e Cultural Ibero-americana (ATEI).

A colaboração materializou-se na produção de um programa audiovisual relacionado com a inclusão educacional e o direito à educação de todas as pessoas no âmbito Ibero-americano.



Associação Ibero-americana de Educação a Distância (AIESAD).

Cabe destacar a implementação de um programa de intercâmbio virtual de alunos de ciclo curto ou bacharelato, licenciatura, graduação ou mestrado entre as universidades pertencentes à Rede PIMA-AIESAD.



Associação para o Desenvolvimento da Educação na África (ADEA).

Trata-se de uma organização internacional estabelecida no Banco Africano de Desenvolvimento com sede na Tunísia. No marco da iniciativa de apoio às populações afrodescendentes, que coincide com as iniciativas africanas em torno da reflexão sobre a diáspora, a OEI e a ADEA assinaram um acordo de colaboração e estabeleceram um mecanismo de diálogo para o desenvolvimento de iniciativas conjuntas.



Education Above All – Foundation QATAR (Prêmios WISE).

Graças ao prêmio recebido por “Luzes para Aprender” na cúpula de WISE, realizada em novembro de 2017, contactamos com diferentes entidades como potenciais colaboradoras.



Federação Ibero-americana de Sociedades de Educação Matemática (FISEM).

Por meio de diversos acordos, ela colabora na realização dos Congressos Ibero-americanos de Educação Matemática (CIBEM) e realizou de forma conjunta uma campanha com o objetivo de arrecadar fundos destinados à compra de material didático para os diferentes centros escolares das áreas mais afetadas pelo terremoto no Equador.



Federação Internacional dos Conselhos de Artes e Agências Culturais (IFACCA)

A parceria foi definida na celebração da Cúpula Mundial de Cultura e Artes em Valeta (Malta) em 2016.



Global Partnership for Education. A Aliança Global pela Educação.

apoiar mais de 65 países em desenvolvimento para garantir que cada criança receba uma educação básica de qualidade, dando prioridade aos mais pobres, mais vulneráveis e àqueles que vivem em países afetados pela fragilidade e pelo conflito. Diversas reuniões e visitas foram realizadas entre as equipes de ambas as organizações para identificar e concretizar iniciativas de interesse mútuo.



Instituto Coreano de Desenvolvimento Educacional (KEDI, por sua sigla em inglês).

É um instituto dependente do escritório do primeiro-ministro da Coreia do Sul dedicado à prospecção e investigação de políticas e planejamento educacional. A OEI colaborou com o KEDI no desenvolvimento da investigação “Cooperação e desenvolvimento da educação, da ciência e da tecnologia entre a Coreia do Sul e os países em desenvolvimento: América Latina”.

Parte VI: Cooperação com outros parceiros



Instituto Europeu de Itinerários Culturais (IEIC, Luxemburgo).
O marco de colaboração foi estabelecido para regular a implementação de programas e projetos de cooperação, que sejam considerados de interesse mútuo.



Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH).
Foi estabelecido um marco de colaboração para a realização de programas e projetos de cooperação, que sejam considerados de interesse mútuo.



International Centre for Sport Security Europe and Latin America (ICSS).
Com sede no Catar, esta organização pretende universalizar os valores do esporte enquanto luta contra o tráfico de crianças no mundo do futebol. Participou de diversas reuniões e grupos de trabalho, concretizando a colaboração em um acordo marco que dá ênfase especial a temas relacionados à juventude, educação, esporte, formação e desenvolvimento, além de fortalecer o interesse comum em promover ações de cooperação que permitam a proteção de menores, a adesão, divulgação e implementação da Carta de Boas Práticas promovida pela ICSS.



Liga Árabe para a Educação, a Cultura e a Ciência (ALECSO).
Organização que mantém grande similaridade com a OEI, tanto por sua natureza intergovernamental e regional quanto pelo número de países que abrange, bem como por suas áreas de atuação. Em abril de 2011, ambas as organizações assinaram um acordo, visando à cooperação interinstitucional, que está sendo desenvolvida por meio de várias atividades.



Liga Ibero-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Superação da Pobreza e da Exclusão Social.
Foi definido um marco regulatório para a realização de programas e projetos de cooperação, que sejam considerados de interesse mútuo.



SEAMEO (Organização dos Ministros da Educação do Sudeste Asiático).
Organização homóloga à OEI, porém estabelecida entre os governos dos países do Sudeste Asiático, para promover a cooperação regional em educação, ciência e cultura na região. O diálogo começou em 2011 para identificar áreas de interesse comum e foi finalizado em 2013 com a assinatura de um convênio. A SEAMEO manifestou interesse na experiência latino-americana no campo da educação bilíngue intercultural, no ensino de espanhol, nas experiências de formação técnica e profissional, e no projeto e funcionamento do Centro de Altos Estudos Universitários da OEI.



Universidades

A cooperação entre a OEI e as universidades é especialmente importante em relação às atividades ligadas ao CAEU e à certificação de programas e diplomas conjuntos. As principais universidades com as quais foram assinados acordos com escopo variável e de diferentes tipos são as seguintes:

Universidades



Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

O interesse crescente da OEI pela comunidade Ibero-americana de língua portuguesa permitiu fortalecer os laços com a Academia desses países e, em particular, ampliou-se o desejo de realizar atividades de cooperação em áreas de interesse mútuo de ambas as instituições predominantemente nos campos da educação, da ciência, da cultura e do desenvolvimento social entre os países membros da comunidade Ibero-americana.



Associação de Universidades Privadas de El Salvador.

A OEI está comprometida com a integração nacional das universidades centro-americanas e, especificamente, de El Salvador, estabelecendo um marco de colaboração acadêmica e de intercâmbio de informação que possa facilitar a mobilidade universitária, entre outros tipos de atividades.



Conferência de Reitores das Universidades Espanholas (CRUE).

No marco de colaboração foi definido para realizar atividades e manter os intercâmbios necessários para a realização de programas e projetos de cooperação, sempre de interesse mútuo e natureza preferencial pelas instituições signatárias, nos campos da educação, da ciência, da cultura e do desenvolvimento social na Ibero-América.



Consejo de Reitores do Panamá (CRP).

Como no caso anterior, o objetivo final é fortalecer o EIC e o papel de ambas as instituições na região e, para isso, está previsto também o desenvolvimento de ações conjuntas no campo do ensino superior, ciência, tecnologia e inovação.



Consejo Superior Universitário Centro-americano (CSUCA).

Ambas as instituições buscam promover sua cooperação nos campos da educação, da ciência e da cultura no domínio do ensino superior.



Consejo Universitário Ibero-americano (CUIB).

São realizadas ações conjuntas em matéria de educação superior, ciência, tecnologia e inovação que contribuam para a construção do Espaço Ibero-americano do Conhecimento (EIC) e fortaleçam o papel de ambas as instituições como referência na área.



Consejo de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP).

Foi definido um marco de colaboração que contempla ações conjuntas em matéria de ensino superior, ciência, tecnologia e inovação, que contribuam para a construção do EIC.

Parte VI: Cooperação com outros parceiros



FLACSO Brasil.

Em coordenação com o escritório da OEI no Brasil, esta universidade foi contatada para fazer parte do consórcio de licitação do Instrumento de Parceria: *EU Policy and Outreach Partnership - Brazil and South America*, que a OEI liderou com sucesso. Após a assinatura do contrato com a UE, foi firmado um acordo de consórcio com a FLACSO, que se traduzirá quando o contrato principal termine em uma transferência de um percentual dos lucros em conceito de participação



Fundação da Universidade de Cantábria para o Estudo e a Investigação do Setor Financeiro (UCEIF).

Prevê-se a realização de atividades e o estabelecimento das relações necessárias para a execução de programas e projetos de cooperação, que sejam considerados de interesse mútuo e natureza preferencial por ambas as instituições, nos campos da educação e do empreendedorismo, especialmente, nos países membros da comunidade Ibero-americana.



Instituto Interuniversitário de Comunicação Cultural (IICC).

Recentemente, foi mantido o Protocolo Adicional vigente entre ambas as entidades, cujo objetivo era colaborar na iniciativa denominada "Portal Ibero-americano de Direito da Cultura", mediante a ampliação do prazo de validade e o incremento da contribuição econômica de acordo com o Plano de Trabalho. Também foi acordada a realização de um estudo sobre a institucionalidade da área de museus e patrimônio na Ibero-América.



Pontifícia Universidade Católica Argentina "*Santa María de los Buenos Aires*".

O "Curso de formação docente para o ensino das ciências" é coordenado em conjunto.



Rede Interuniversitária Euro-Americana de Investigação sobre Competências Midiáticas para a Cidadania (ALFAMED).

Um marco de colaboração foi estabelecido para regulamentar quantas atividades e relações podem ser realizadas para executar programas e projetos de cooperação, que sejam considerados de interesse mútuo.



Universidade Central do Chile.

Buscou-se facilitar e promover o desenvolvimento da cooperação acadêmica, científica e cultural e tem-se colaborado no desenvolvimento do "Diploma de inclusão educacional e diversidade".



Universidade de Barcelona.

Tem-se colaborado na formação de pós-graduação em Educação em Valores e está prevista a organização conjunta de atividades de terceiro ciclo, a criação de equipes de investigação, identificação e formulação conjunta de projetos.



Universidade de El Salvador.

Um marco de colaboração foi definido entre as partes, para o desenvolvimento de ações conjuntas na área do ensino superior, da ciência, da tecnologia e da inovação, contribuindo para a construção do EIC.



Universidad de Oviedo.

Foram realizadas ações de colaboração em investigação e divulgação nos campos da ciência, tecnologia e inovação. Além disso, foram desenvolvidos cursos de vários níveis, tanto de formação de professores como de formação de especialistas em CTS e em cultura científica. No total, cerca de 12 mil alunos se formaram nessas ações.



Universidad de Salamanca.

A atividade de cooperação centrou-se nos campos da educação, ciência e cultura, materializada em colaboração conjunta na celebração do Congresso das Línguas, o IV Congresso Ibero-americano de Filosofia da Ciência, na realização de um Mestrado Interuniversitário sobre estudos sociais da ciência, da tecnologia e da inovação, e no estabelecimento de um programa de Práticas Acadêmicas Externas para seus alunos.



Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED).

A cooperação com a UNED tem sido muito intensa nos campos da educação, ciência e cultura, e tem sido refletida na elaboração conjunta de vários cursos nos últimos anos e de um programa de estágio para seus alunos:

- Curso de “Especialista Universitário em Indicadores e Estatísticas Educacionais”.
- “Especialista Universitário na Preparação de Licitações Internacionais para Projetos de Cooperação”.
- “Especialista Universitário em Planejamento e Gestão de Intervenções de Cooperação para o Desenvolvimento”.



Universidad Nacional de Educación (UNAE) do Equador.

Foram realizadas ações conjuntas de formação de professores, assim como Congressos, Seminários e Foros em diferentes campos da educação.



Universidad Nacional de La Plata.

A cooperação tem girado em torno do desenvolvimento e da realização da “Especialização em Culturas Escritas e Alfabetização Inicial” em várias edições, tanto em formatos virtuais quanto em semipresenciais.



Universidad Politécnica de Valência.

A relação com esta universidade tem se concentrado na realização de ações de formação em temas de inovação: Mestrado Interuniversitário em Cultura de Ciência e Inovação, Mestrado em Gestão de Ciência e Inovação e Curso de Boas Práticas ligado à Universidade-Entorno Socioeconômico. Ela colaborou no desenvolvimento do *Manual de Valência* de indicadores de vinculação no marco do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade.



Universidad Pontificia de Comillas.

Foi estabelecido um marco de cooperação para regular atividades e relações, tais como a criação e validação do sistema de indicadores, que foi elaborado para ser aplicado no Plano Estratégico do Ministério do Trabalho e Imigração e o Patrocínio da Pós-Graduação Universitária em Migrações Internacionais Contemporâneas e em Cooperação para o Desenvolvimento.

Parte VI: Cooperação com outros parceiros



Universidade de San Carlos da Guatemala (USAC).

Buscou-se definir um marco de colaboração composto por ações conjuntas em matéria de ensino superior, ciência, tecnologia e inovação que contribuam para a construção do EIC.



Universidade de Aveiro.

As ações de colaboração que foram realizadas estão ligadas ao ensino das ciências, entre as quais se pode destacar a celebração do V Seminário Ibero-americano de Educação CTS em 2016.

Parte VII: Estratégia de comunicação



Reputação, notoriedade, transparência e prestação de contas

De acordo com *Approaching the future 2018. Tendências em reputação e gestão de intangíveis (Corporate Excellence -Centre for Reputation Leadership e Canvas Estratégias Sustentáveis)*, mais de 71% da população mundial não confia em suas instituições para resolver os problemas globais. Não é à toa que um dos principais desafios e objetivos da OEI para o período 2019-2020 é contribuir para o aumento da percepção social positiva da educação, da ciência e da cultura, áreas que tendem a associar-se mais a problemas (assédio escolar, baixo desempenho acadêmico, falta de investimento em inovação ou cultura etc.) do que a soluções.

Neste cenário de descrédito das organizações na sociedade, a melhoria da confiança, a transparência e a prestação de contas tornaram-se a pedra angular da estratégia de gestão dos ativos intangíveis. Isto foi destacado durante a celebração em Miami (Estados Unidos) da I Cúpula Ibero-americana de Comunicação Estratégica CIBECOM'2017 sob o lema "Reputação, Sustentabilidade e Transparência: pilares do século XXI".

Honestidade, integridade e propósito corporativo são os fatores mais importantes para construir a confiança, de acordo com a pesquisa da consultoria de opinião pública GlobeScan. No momento em que as organizações estão mais expostas do que nunca e a sociedade espera mais delas, a OEI — como qualquer outra organização — não pode controlar a sua reputação, uma vez que esta reside nas mentes de suas partes interessadas, porém, a OEI pode administrá-la implementando estratégias de forma integrada e transversal, a fim de incentivar comportamentos favoráveis em relação à organização. Nesta sociedade líquida definida pelo sociólogo, filósofo e ensaísta Zygmunt Bauman, é necessário preencher a lacuna entre a imagem desejada e a reputação alcançada nos diferentes grupos de interesse. E esta é uma responsabilidade que incumbe a toda a organização.

No roteiro da Organização de Estados Ibero-americanos para o biênio 2019-2020, a melhoria da notoriedade e posicionamento da organização inevitavelmente envolve o reforço de sua influência e imagem, o aumento da frequência e a qualidade das mensagens, uma presença maior em fóruns estratégicos, o trabalho em rede com parcerias público-privadas relevantes e a melhoria da comunicação e coordenação interna.

Da mesma forma, a OEI deve tender a ser cada vez mais transparente, superando a opacidade às vezes atribuída às grandes organizações. A publicação deste Programa-Orçamento 2019-2020 da OEI na internet é uma boa prova disso. A prestação de contas dos programas, projetos e da própria organização, adaptada aos novos formatos (interativos, multimídia) e canais (especialmente digitais) é o guia que marcará os próximos dois anos.

Outro aspecto também relevante é que a comunicação precisa reforçar o caráter essencialmente bilingue da OEI, ampliando espaços políticos, educativos e culturais na mídia de modo a estimular o interesse e divulgação dos dois idiomas oficiais da Organização, além das centenas de línguas originárias preservadas e integradas nos contextos educativos da região.

Imagem e identidade corporativa





A identidade corporativa da OEI são todos aqueles atributos e valores que a tornam única: sua missão, o significado de seu logotipo, seu lema ("Educação, nossa prioridade") e todas aquelas amostras tangíveis que tornam a organização única e que a exibem para o mundo: desde as apresentações por ocasião da participação em espaços públicos até as suas bandeiras exteriores ou o material corporativo dos escritórios.

A OEI é um órgão intergovernamental criado para promover a educação, a ciência e a cultura dos países que a compõem. Nossa imagem corporativa baseia-se em três aspectos fundamentais:

- ◆ As pessoas no centro da ação da OEI.
- ◆ A integração Ibero-americana por meio da educação, da ciência e da cultura.
- ◆ A organização como ponte entre a Ibero-América e a Europa.

As pessoas são transversais à educação, à ciência e à cultura. Portanto, o logotipo corporativo reflete esse caráter humanista a partir do uso da figura humana.

Figura 9. Representação histórica e cultural do homem



Fonte: Manual de identidade da OEI

Se fizermos uma análise visual da representação histórica e cultural do homem, observaremos que características essenciais e comuns se repetem em quase todas elas. Como resultado, nossa representação corporativa apresenta parte dessas características comuns.

O segundo aspecto da identidade corporativa da OEI é a sua **definição como uma ponte entre as duas regiões do mundo que compõem a Ibero-América**: América e Europa. Para tanto, em nosso logotipo, o círculo é usado para simbolizar o mundo e sua divisão em duas partes iguais, para representar a união dos dois continentes. Além disso, foi atribuído um valor cromático a cada uma das metades: a verde à esquerda, representando a América e a azul, a Europa. Como consequência da escolha de duas cores com tonalidades parecidas, a massa cromática resultante dá uma sensação de homogeneidade, o que fortalece a ideia de uma ponte.



O logotipo oficial da OEI é o conjunto formado por:

- ◆ O símbolo que desenha uma figura humana resultante da união dos dois semicírculos gráficos, formando um círculo completo.
- ◆ A grafia especificada com o acrônimo da entidade (OEI). O tipo de letra "Glaser Stencil" é utilizado com a aplicação das cores corporativas que imitam o jogo cromático do círculo.
- ◆ O logotipo em sua versão desenvolvida incluídas legendas compostas pelo nome completo da organização e o objetivo pretendido, com o tipo de letra *Trade Gothic Fina*, formando dois blocos e mantendo sempre o espaçamento entre linhas e tamanhos de seus respectivos corpos inalteráveis.

Comunicação externa

Meios de comunicação

"A OEI precisa hoje, mais do que nunca, dos meios de comunicação para ser relevante e influente"

Parte VII: Estratégia de comunicação

Nos últimos anos, temos assistido a uma proliferação acentuada de fontes de informação. A evolução dos novos hábitos de consumo tornou o público cada vez mais informado: segundo o estudo *Trust in News* (Kantar Mídia)²⁵, as pessoas obtêm — em média — informação de quatro fontes diferentes. Estas fontes também mudaram: 65% dos cidadãos em escala global recebem notícias por meio de redes sociais, mecanismos de busca, aplicações móveis, etc.

No entanto, pela primeira vez, os meios de comunicação já aparecem como a instituição menos confiável: 78,5% dos países desconfiam de sua mídia (*Trust Barometer 2018*²⁶ de Edelman), sendo as plataformas digitais e as redes sociais consideradas como menos confiáveis e as publicações impressas e a televisão como as mais confiáveis. Isso se deve em parte à proliferação exponencial de notícias falsas desde 2017: de acordo com os editores dos Dicionários de Oxford, sua disseminação aumentou em 365%. **Na era da pós-verdade** (“a distorção deliberada de uma realidade que manipula crenças e emoções, a fim de influenciar a opinião pública e as atitudes sociais”, segundo a Real Academia Espanhola), **a facilidade de acesso às fontes — comprovadas ou não — modificou as expectativas que as organizações devem cumprir ao interagir com seus grupos de interesse.**

No caso específico da Ibero-América, a relação meios de comunicação–poder reflete-se em um cenário caracterizado por uma alta concentração de oligopólios de comunicação, cuja influência nas decisões governamentais é notável. Paralelamente, o setor público em muitos países não chega a consolidar o seu modelo, ao mesmo tempo em que os meios de comunicação comunitários permanecem com uma forte tradição, mas com uma pequena margem de influência.

Neste contexto, a **Organização de Estados Ibero-americanos precisa hoje, mais do que nunca, dessa cadeia de transmissão que são os meios de comunicação** para posicionar a sua marca e o seu trabalho, bem como gerar confiança e ser relevante e influente. Dado que, apesar dos esforços já realizados neste sentido no passado, a presença da Organização na mídia e, portanto, a sua visibilidade na sociedade é desigual na região Ibero-americana e está mais orientada para a divulgação de eventos e programas pontuais do que para explicar a organização de forma global no formato 360°.

Portanto, as linhas estratégicas de trabalho da OEI em relação aos meios de comunicação para o período 2019-2020 são:

- ◆ **Criar alianças estáveis de difusão de conteúdos com os principais grupos de mídia de cada país** que garantam a presença e a visibilidade da OEI de maneira estável.

- ◆ Investir tempo e esforço na **conversão dos meios de comunicação em aliados** mediante um intenso trabalho de relações públicas formais e informais com os jornalistas.

- ◆ Utilizar fórmulas de colaboração diferentes, tais como:

- Propostas de **dossiês monográficos** ou multimídia especiais sob a fórmula de conteúdo não publicitário de marca.

- Envolver a mídia do **storytelling** ou **narrativa da OEI** por meio de histórias reais que transmitam sua essência e seus valores, ao mesmo tempo em que se conectam emocionalmente com seus principais públicos. “Aqueles que contam histórias, governam a sociedade” (Platão).

- **Visitas de campo** para que grupos de **colaboradores** conheçam os projetos em primeira mão e possam documentá-los. Está provado que é a melhor maneira de garantir **coberturas em meios de comunicação de alto impacto** e que os jornalistas se tornem, ao mesmo tempo, **embaixadores da organização.**

- ◆ **Posicionar a OEI perante a mídia como a primeira referência informativa em educação, ciência e cultura na Ibero-América.**

- ◆ **Colocar à disposição da mídia, especialistas e porta-vozes**, tanto para realizar entrevistas como para elaborar artigos de opinião sobre questões atuais e de interesse da imprensa.

- ◆ Organizar **conferências de imprensa e cafés da manhã informativos com a mídia** na secretaria-geral e nos escritórios nacionais.

- ◆ Mudar o **estilo de comunicação** — excessivamente institucional — para outro mais alinhado aos novos tempos: **mais próximo, que transmita transparência e comprometimento**, mas sem deixar de lado o selo de profissionalismo que caracteriza a organização.

Este aumento na exposição dos meios de comunicação deve inevitavelmente estar acompanhado por dois elementos estratégicos de comunicação:

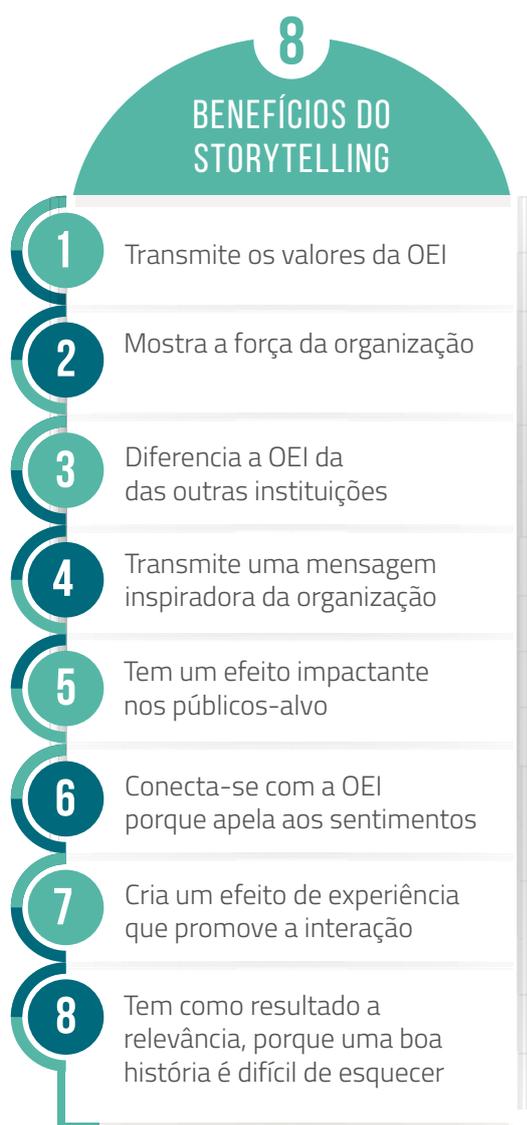
Por um lado, **um plano de comunicação** em crises baseado no mapa de riscos de reputação da OEI. Assim como todas as organizações, a OEI é passível de receber eventuais impactos negativos na mídia. Portanto, é necessário que a Organização monitore e acompanhe exaustivamente possíveis danos à sua imagem. Da



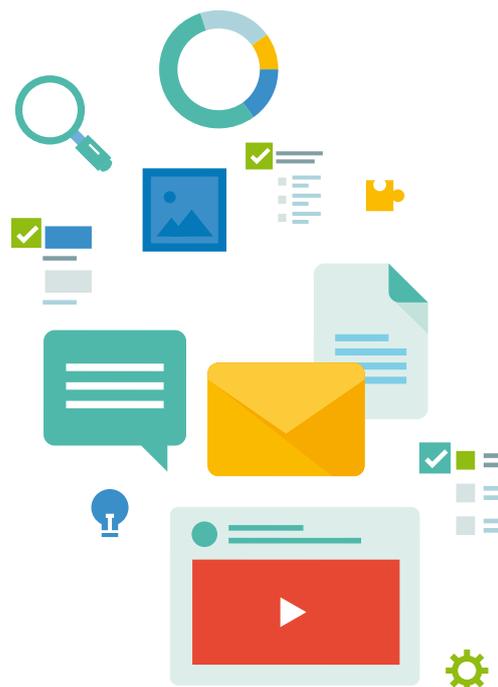
mesma forma, é preciso criar um gabinete de crise com um protocolo e estratégias específicas de comunicação de emergência para responder com diligência a essas possíveis ameaças, caso ocorram.

Por outro lado, é necessário ter **porta-vozes especialistas dentro da Organização** que sejam capazes de transmitir a missão, visão, valores e principais programas da Organização, seu papel decisivo na Ibero-América ou suas linhas estratégicas de ação, gerenciando a linguagem e os tempos dos meios de comunicação e entendendo seu papel como ponte com a audiência/cidadania. Um plano de formação para porta-vozes com simulações de casos reais de comunicação institucional é fundamental para alcançar este objetivo.

Figura 10. Benefícios do Storytelling



Fonte: Elaboração própria.



Canais (web, redes sociais e boletins informativos)

“A OEI é o organismo com a maior rede de escritórios e especialistas em cooperação ibero-americana e com a maior presença digital na região”

As novas tecnologias revolucionaram a comunicação e modificaram a maneira como nos relacionamos e em que recebemos e consumimos a informação.

As redes sociais e web são sinônimos de carta de apresentação e, às vezes, os únicos meios pelos quais os usuários conhecem e se aprofundam sobre a Organização. Atualmente, essa tendência não pode ser ignorada e, nos processos corporativos, torna-se um canal de comunicação e interatividade transversal.

Trabalhamos há 70 anos na Ibero-América, experiência que nos tornou o organismo com a maior rede de escritórios e especialistas em cooperação ibero-americana e, conseqüentemente, com a maior presença digital da região.

Assumir um compromisso estratégico com a comunicação digital pressupõe um trabalho constante para adaptar-se às novas tendências que estão em constante mudança. A missão para os próximos quatro anos visa melhorar a presença digital da OEI em termos qualitativos.

Parte VII: Estratégia de comunicação

Segundo dados do *Relatório Latino Barômetro 2016*²⁷, o nível de penetração das redes sociais na América Latina é bastante elevado e a tendência está em alta: “o uso do Facebook tem crescido constantemente desde 2010, chegando a 50% em 2016 (...). Em 2009, apenas 4% dos latino-americanos afirmaram que usavam o Twitter, número que triplicou nos últimos 7 anos, chegando a 13% em 2016. O YouTube passou de 13% em 2009 para 28% em 2016”. Na Espanha, os dados não ficam muito atrás e, segundo o *Estudo Anual de Redes Sociais 2018*²⁸ elaborado pelo IAB, as redes sociais contam com mais de 25,5 milhões de usuários no país.

Aproveitar estes espaços em uma tendência crescente de comunicação mediante conteúdos de qualidade, cada vez mais audiovisuais, significará uma melhoria da presença digital, uma maior visibilidade e um reforço da identidade.

Neste processo de progressão digital, tornaremos mais acessíveis, com uma comunicação mais horizontal, permitindo que nossa comunidade seja ativa para facilitar a comunicação institucional.

Ser acessível também significa ser encontrado. Nosso objetivo é que os espaços web gerados pela OEI sejam lugares de referência e confluência na região em termos de educação, ciência e cultura. A adaptação da web a formatos responsivos para que os usuários acessem as informações a partir de um celular, sem penalização por parte dos mecanismos de busca, iniciada em meados de 2016 com o lançamento do novo web design, foi o primeiro passo. Esta adaptação deve prosseguir com a adequação do conteúdo aos padrões web e à velocidade de carregamento da própria página.

Tabela 4. Dados de maio de 2018

Facebook @ Paginaoei		Twitter @ EspacioOEI		YouTube	
2015	120.646	2015	48.100	2015	6.959
2018	152.621	2018	58.600	2018	11.417
+31.975 seguidores		+10.500 seguidores		+4.458 seguidores	
+26,5% de aumento de seguidores		+21,82% de aumento de seguidores		+60,9% de aumento de seguidores	

Fonte: Elaboração própria.

Neste esforço para melhor alcançar mais pessoas, os boletins não estão esquecidos, já que representam uma atividade que permite que as notícias mais relevantes cheguem diretamente ao nosso banco de dados de pessoas interessadas.

Eventos

Os eventos são a ocasião ideal para reforçar a visibilidade e notoriedade da OEI e fazer a diferença. A este respeito, ocasiões como a celebração, por exemplo, das Conferências Ibero-americanas de Educação e Cultura, o 70º aniversário da OEI em 2019 ou a possível mudança de sede da Secretaria-Geral são fundamentais para projetar no exterior uma imagem renovada, ao mesmo tempo em que estas celebrações funcionam como um catalisador de mudança nesta nova etapa da Organização e uma engrenagem a mais da maquinaria de comunicação externa do organismo.

Comunicação interna: Secretaria-Geral e escritórios nacionais

“Todos e cada um dos 500 trabalhadores da OEI são seus principais ativos e porta-vozes que podem levar suas mensagens adiante”

A melhoria do ambiente de trabalho ou o fortalecimento de uma missão compartilhada por meio da comunicação são, mais do que nunca, alguns dos maiores desafios das organizações.

A OEI não está imune a esse desafio. **Nesta nova fase, a Organização precisa construir uma cultura corporativa baseada em valores comuns**, que impulse a mudança da OEI de dentro para fora, em direção à sociedade a qual ela serve.

Nesta mudança qualitativa, não há dúvida de que **os melhores embaixadores de uma organização a estão dentro da própria Organização**. Portanto, todos e cada um dos 500 funcionários da OEI não são apenas seus principais ativos, mas também os porta-vozes que podem amplificar e levar suas mensagens adiante. **Na motivação, participação, compromisso e orgulho de pertencer ao quadro de pessoal da Organização de Estados Ibero-americanos reside a chave** para garantir a realização do sucesso global da Organização.



Assim sendo, os principais objetivos da comunicação interna que a OEI pretende realizar durante o biênio 2019-2020 são:

- ◆ **Construir uma cultura que se traduza em um maior sentimento de compromisso e de vínculo.**
- ◆ **Unir cultura e estrutura com a estratégia global da Organização.**
- ◆ **Otimizar os canais e processos de coordenação interna** dentro da secretaria-geral e desta com os escritórios nacionais.
- ◆ **Enfatizar e obter o máximo retorno do que constitui um dos principais pontos fortes da OEI:** a existência de **seus 18 escritórios nacionais**, que formam uma rede inédita e de sucesso no espaço Ibero-americano.
- ◆ **Dar um rosto humano à OEI** como uma alavanca para melhorar a transparência e gerar confiança entre os principais públicos externos.

Como alcançar estes objetivos? Para começar, mediante o **autodiagnóstico para conhecer o estado da reputação**

interna global e, como consequência, implementar mecanismos de avaliação da comunicação interna.

Além disso, é necessário construir um relato confiável, consistente e compartilhado da OEI. Este instrumento envolve tanto o **resgate dos seus 70 anos de história** quanto à **definição do posicionamento da OEI com relação a questões sensíveis, atuais ou de gestão interna** alinhadas com a estratégia global.

Por último, é preciso **impulsionar canais de comunicação multidirecionais eficazes** entre a direção, os funcionários e as diversas áreas mediante a promoção de reuniões informais periódicas para compartilhar informações cruciais sobre os resultados e a tomada de decisões. Da mesma forma, é necessário estimular as formas de comunicação que utilizem as redes sociais, incentivando a participação ativa em campanhas internas.

Assim — e somente desta forma — a OEI poderá **enfrentar os principais desafios e alcançar as metas propostas, aproveitando ao máximo o seu principal recurso: as pessoas.**

Figura 11. Comunicação Interna OEI



Fonte: Elaboração própria.

Parte VIII:

Modelo organizacional



Gerenciar uma nova época: mudanças no modelo organizacional da OEI

Todas as organizações, tanto em sua estrutura interna como em sua atividade institucional, funcional ou operacional, evoluem para se adaptar a diferentes ambientes, a novas realidades de acordo com as mudanças em seus propósitos, nas missões que lhes são atribuídas ou devido a mudanças tecnológicas. O objetivo final é sempre o mesmo: ser mais eficazes e eficientes no cumprimento de seus objetivos.

A OEI não é alheia à necessidade de realizar esses processos de mudanças organizacionais e funcionais, como demonstra sua já vasta experiência de quase 70 anos. De fato, o Regulamento Orgânico da OEI, em seu artigo 41.8, habilita o secretário-geral a estabelecer a estrutura orgânica funcional da Secretaria-Geral que seja necessária para a realização de seus propósitos.

A mudança na Secretaria-Geral que ocorreu em 1 de julho, bem como o início de uma nova gestão desde essa data até 31 de dezembro de 2022, recomenda fazer ajustes na estrutura diretiva e organizacional da Secretaria-Geral e alinhá-los com as novas prioridades do programa já previstas no Programa-Orçamento 2019-2020.

A elaboração desta nova estrutura atende aos seguintes critérios:

- ◆ Fortalecer a capacidade de liderança e condução eficaz em cada área temática priorizada pela OEI para este novo mandato.
- ◆ Selecionar uma equipe de direção com alto nível de competência e experiência, de origem geográfica e nacional variada e que tenha um equilíbrio de gênero, tanto nos cargos diretivos como nos técnicos.
- ◆ Garantir a presença de diretores e técnicos lusófonos.
- ◆ Garantir um equilíbrio intergeracional.
- ◆ Estruturar o corpo diretivo de acordo com as novas prioridades e desafios enfrentados pela OEI.
- ◆ Centrar a atividade da OEI na Ibero-América e na educação, na ciência e na cultura, procurando evitar atividades que, por sua abrangência geográfica ou pela sua temática, não sejam de interesse prioritário para a ação missionária da OEI.

De acordo com o exposto acima, a estrutura organizacional da OEI será configurada da seguinte forma:

Secretaria-Geral

Secretário-geral. Máxima figura executiva e de representação da Organização

Gabinete do secretário-geral. Realiza tarefas de suporte e de coordenação de aspectos técnicos, institucionais, jurídicos e de comunicação

Auditoria Interna. Reportará diretamente ao secretário-geral.

Assessores do secretário-geral. Quando a especificidade e relevância do assunto e sua importância política o justificarem, o secretário-geral poderá designar assessores para áreas temáticas específicas, por um tempo determinado e de acordo com as disposições dos regulamentos da OEI.





Secretário-geral adjunto. Além do disposto no artigo 45 do Regulamento Orgânico da OEI, o secretário-geral adjunto tratará, em particular, de assuntos relativos a entidades multilaterais ou bilaterais de cooperação técnica e financeira, diferentes das próprias dos países da região, como nos casos do BID, do Banco Mundial, da União Europeia, da OCDE, etc. Para o exercício de suas funções, será assistido por uma equipe de coordenação técnica e administrativa.

Áreas de direção. Uma para cada área temática prioritária: língua portuguesa, educação, ciência, cultura, administração e relações institucionais. Suas funções básicas serão definir as políticas, programas e projetos de cada área, monitorar sua execução e prosseguir com sua avaliação e com seu relatório. O responsável de cada uma delas será auxiliado por uma equipe de técnicos, gerentes e membros administrativos.

Sedes nacionais e outros órgãos descentralizados

A OEI continuará contando com suas atuais sedes nacionais, 18 na Ibero-América e a sede da Secretaria-Geral em Madri. Existe a possibilidade de incorporar alguma outra sede nacional em um país que até este momento não foi definida.

Além desta estrutura descentralizada, propõe-se a disponibilização de outras entidades descentralizadas, cujo nível de gestão terá, em qualquer caso, competências temáticas e não administrativas ou territoriais, para orientar a implementação e o desenvolvimento de programas sub-regionais de interesse prioritário. Estas entidades dependerão diretamente da Secretaria-Geral da OEI, terão orçamento e capacidade operativa e funcional próprios e, em nenhum caso, terão competência hierárquica política ou operacional sobre as sedes dos países envolvidos em sua atividade.

Como referência, são propostos os seguintes eixos temáticos de alcance sub-regional:

- ◆ Programa de direitos humanos, cidadania Ibero-americana e educação em valores.
- ◆ Programa de primeira infância.
- ◆ Programa de iniciativas culturales singulares.
- ◆ Coordenação de iniciativas e projetos no espaço do MERCOSUL.

Órgãos consultivos

Consistem em:

Comissão de pessoal. Composta por representantes da Organização e de seus funcionários, a fim de ter um espaço de diálogo e de entendimento sobre questões que afetem as condições de desempenho profissional de sua equipe.

Comissão de coordenação. Representada pelo secretário-geral, secretário-geral adjunto, diretores gerais e diretor de Gabinete da SG. Ela reunir-se-á com a periodicidade que seja estabelecida e sua principal missão será conhecer a atividade da OEI, coordenar políticas e programas e propor iniciativas de desenvolvimento ou ajuste.

Conselho Assessor. Órgão máximo de consultoria e assessoria sobre as políticas e estratégias a serem desenvolvidas pela OEI. Composto por representantes do mais alto nível acadêmico e institucional dos países membros.

Terá um presidente, nomeado pelo secretário-geral da OEI, de nacionalidade diferente da deste último e da do secretário-geral adjunto. Além disso, o Conselho contará com uma secretaria permanente para apoiar a sua gestão e o desenvolvimento de suas atividades, de acordo com um plano de trabalho bienal que será realizado no âmbito do Programa-Orçamento, aprovado pelo Conselho Diretivo da OEI. Este Conselho Assessor terá um orçamento específico para o desenvolvimento de suas atividades.

Parte IX: Situação financeira



Parte IX: Situação financeira

Tabela 5. Orçamento-Programa OEI 2019-2020 (USD)

Orçamento-Programa OEI 2019-2020 (USD)	
Educação na Primeira Infância	24.128.000,00
Competências e habilidades para o século XXI na Ibero-América	22.578.000,00
Governança da Educação	22.078.000,00
Programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania	23.313.000,00
Ensino Superior	22.578.000,00
Observatório Ibero-americano da Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS)	80.850.000,00
Cultura Ibero-americana como elemento integrador e estruturador	80.615.000,00
Difusão da Língua Portuguesa na Ibero-América	23.250.000,00
Conselho Assessor	250.000,00
Comunicação Institucional	160.000,00
Cooperação e desenvolvimento Institucional	100.200.000,00
Total	400.000.000,00

Fuente: elaboración propia



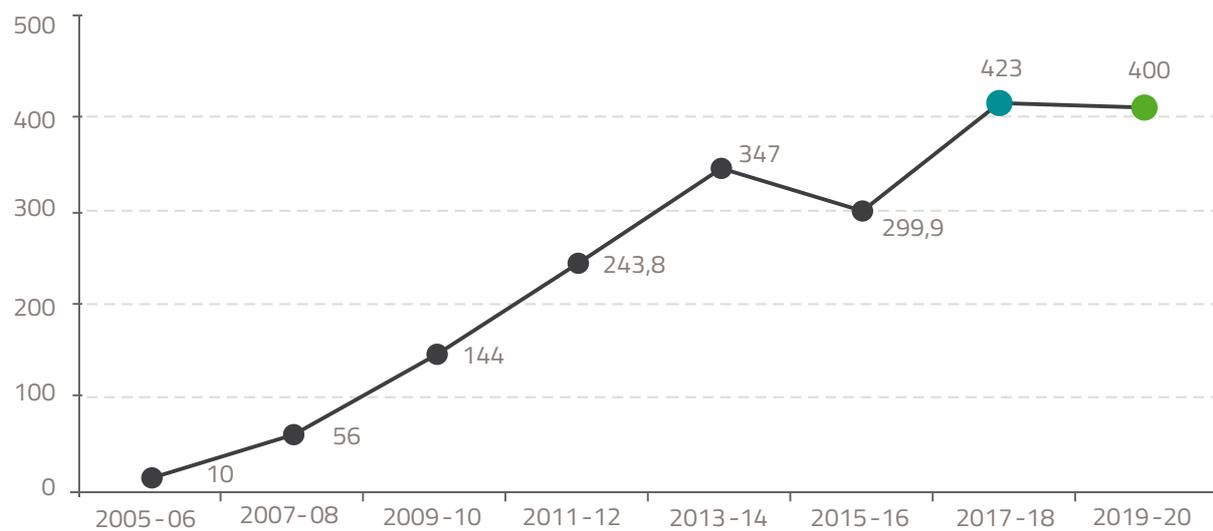
Tabela 6. Orçamento-Programa OEI 2019-2020 (USD)

Orçamento 2019-2020 da Organização de Estados Ibero-americanos (USD)	
Volume de Gerenciamento	400.000.000
Cooperação	260.000.000
Administração de recursos	140.000.000
Receitas Operacionais	
Quotas obrigatórias	6.904.582
Rendimentos derivados de convênios	25.450.000
Contribuições e prestação de serviços	5.150.000
Rendimentos financeiros	6.000.000
Total Receitas Operacionais	43.504.582
Despesas Operacionais	
Pessoal	22.000.000
Gerais	7.000.000
Cooperação com fundos próprios	14.375.000
Total Despesas Operacionais	43.375.000
Resultado Operacional	129.582

Fuente: elaboración propia

Parte IX: Situação financeira

Gráfico 12 Evolução do orçamento 2005-2020 (em milhões de USD)



- Execução orçamentária efetiva
- Orçamento para 2018
- Previsão orçamentária para 2019-2020.

Fuente: elaboración propia

Bibliografia



Bibliografía

- Allueva P. (2007). Habilidades del pensamiento. En M. Liesa, P. Allueva y M. Puyeto (coords.), *Educación y acceso a la vida adulta de personas con discapacidad*, pp. 133-158. Fundación "Ramón J. Sender". Barbastro, Huesca.
- Alzate, M. L. y Romo, G. (2014). *El enfoque de la gobernanza y su recepción en el marco gubernativo actual de las sociedades latinoamericanas*. Opinião Pública, vol. 20, nº 3, pp. 480-495. São Paulo, Brasil.
- Banco Mundial (2016). *Informe sobre el desarrollo mundial 2016. Dividendos digitales*. Washington DC.
- Banco Mundial (2017). *Boletín sobre América Latina y el Caribe*. Washington DC.
- Beas, J., Santa Cruz, J., Thomsen, P. y Utreras, S. (2001). *Enseñar a pensar para aprender mejor*. Ediciones Pontificia Universidad Católica de Chile. Santiago.
- Bloom, B. (1990). *Taxonomía de los objetivos de la educación: la clasificación de las metas educacionales, manuales I y II*. Librería El Ateneo Editorial. Buenos Aires.
- Borrero, L. (2008). *Enseñando a leer: Teoría, práctica e intervención*. Ed. Norma. Bogotá.
- Borzone, A. M., Silva, M. L. y Rosemberg, C. (2006). *Los precursores de la alfabetización*. Programa de promoción del desarrollo lingüístico y cognitivo para los jardines de infantes de la provincia de Entre Ríos, Argentina. Consejo General de Educación, Gobierno de Entre Ríos y Fundación ARCOR, Argentina.
- Buitrago Restrepo, F. y Duque Márquez, I. (2013). *La Economía Naranja, una oportunidad infinita*. BID.
- Burghardt, G. M. (2005). *The Genesis of Animal Play: Testing the Limits*. The MIT Press, Cambridge.
- Calderón, F., Hopenhayn M. y Ottone, E. (1996). *Esa esquiva modernidad: desarrollo, ciudadanía y cultura en América Latina y el Caribe*, Nueva Sociedad/Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, UNESCO, Caracas.
- Castells, M. (2005). *La era de la información: economía, sociedad y cultura I*. La sociedad de la red, Alianza Ed., Madrid.
- CEPAL (2008). *América Latina y el Caribe: Migración Internacional, Derechos Humanos y Desarrollo*. Santiago de Chile.
- CEPAL (2018). *La ineficiencia de la desigualdad, 2018 (LC/SES.37/3-P)*, Santiago de Chile.
- CEPAL/OEI/SEGIB (2010). 2021. METAS EDUCATIVAS. *La educación que queremos para la generación de los bicentenarios*. Madrid.
- CEPAL/UNICEF (2010). *Pobreza infantil en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile.
- Cetrángolo, Ó. y Curcio, J. (2017). *Financiamiento y gasto educativo en América Latina, (LC/TS.2017/95)*, CEPAL, Santiago de Chile.
- CISCAC/UNESCO (2015). *El primer mapa mundial de las industrias culturales y creativas*, EYGM.
- Comisión Nacional de Derechos Humanos (CNDH) (2017). *Suscriben "ombudsperson" de Iberoamérica la declaración de la ciudad de México, en favor de personas migrantes, refugiadas y solicitantes de refugio*. Comunicado de Prensa DGC/167/17. Ciudad de México.
- Corvalán, O., Tardiff, J. y Moreno, P. (coords.) (2014). *Manual para la innovación curricular universitaria basado en el desarrollo de competencias*. Chile.
- Cuenca, R. y Pont, B. (2016). *Liderazgo escolar: inversión clave para la mejora educativa*. Ed. Fundación Santillana. Santiago de Chile.
- Elliot, J. (1993). *El cambio educativo desde la investigación-acción*. Ediciones Morata. Madrid.
- Fernández Enguita (2016). *La Educación en la encrucijada*. Fundación Santillana. Madrid.
- Ferreyra, M. M., Ciro Avitabile, J., Botero Álvarez, F., Haimovich, P. y Sergio U. Banco Mundial (2017). *Momento decisivo: la educación superior en América Latina y el Caribe*. Resumen. Washington, DC.



Frey, C. y Osborne, M. (2017). *The future of employment: how susceptible are jobs to computerisation?* *Technological Forecasting and Social Change*, nº 114, pp. 254-280. Ed. Elsevier.

Fullan, M., Hill, P. y Crévola, C. (2006). *Breakthrough*. SAGE Publishing. L. A.

Gatti, B. A. (2005). *Formação de grupos e redes de intercâmbio em pesquisa educacional: dialogia e qualidade*. *Revista Brasileira de Educação*, nº 30, pp. 124-132, Río de Janeiro.

Hyden, G. (1992). Governance and the Study of Politics, en Hyden, G. y Bratton, M. *Governance and Politics in Africa*. Ed. Lynne Rienner Publishers, Colorado, US.

Hyden, G., Court, J., y Mease, K. (2004). *Making sense of governance. Empirical Evidence from Sixteen Developing Countries*. Ed. Lynne Rienner. Colorado, US.

Katz, J. (2016). *Adiós al viento de cola: se abre un nuevo ciclo de ajuste estructural*. CEPAL. Santiago de Chile

Lagos, R. y Zedillo, E. (2016). *Construyendo una educación de calidad para todos*. El Diálogo Interamericano-Fundación Santillana. Buenos Aires.

Lester, S. y Russell, W. (2011). *El derecho de los niños y las niñas a jugar. Análisis de la importancia del juego en las vidas de los niños y niñas de todo el mundo*. Serie Cuadernos sobre Desarrollo Infantil Temprano. Ed. Bernard van Leer Foundation.

Luzardo, A., De Jesús, D. y Pérez Kenderish, M. (2017). *Economía Naranja. Innovaciones que no sabías que eran de América Latina y el Caribe*, BID.

Magendzo, A. (2001). *La pedagogía de los derechos humanos*. Lima.

Melhuish, E., Belsky, J., Leyland, A. H. y Barnes, J. (2008). *Effects of fully-established Sure Start Local Programmes on 3-year-old children and their families living in England: a quasi-experimental observational study*, *The Lancet*, 372, 9650, (1641), UK.

Murillo Torrecilla, F. J. (coord.) (2007). *Investigación iberoamericana sobre eficacia escolar*. Ed. Convenio Andrés Bello, Bogotá.

OCDE/CAF/CEPAL (2018). *Perspectivas económicas de América Latina 2018: Repensando las instituciones para el desarrollo*, Éditions OCDE, París.

OCDE/Fundación SM (2018). *Docentes en Iberoamérica: Análisis de PISA y TALIS*, Madrid, 2018.

OEI (2009). *Sistema de Información sobre Primera Infancia en Iberoamérica*. Documento de presentación. Buenos Aires.

OEI – Fundación Santillana (2016). *Estudio Comparativo de cultura y desarrollo en Iberoamérica. Estado de las políticas públicas y aportes para el fortalecimiento de las economías creativas y culturales*, Madrid.

OEI (2016). *Miradas sobre la educación en Iberoamérica. Avance en las Metas Educativas 2021*, Madrid.

OEI/CEPAL (2014). *Cultura y Desarrollo Económico en Iberoamérica*, OEI, Madrid.

Perrenoud, P. (2007). *Diez Nuevas Competencias para enseñar*. Invitación al viaje. Barcelona.

Pedró, F. (2017). *Tecnologías para la transformación de la educación*. Fundación Santillana. Madrid.

Peralta, M. V. (2014). *El desafío de construir una auténtica pedagogía latinoamericana para la educación inicial*. Diálogos del SIPI. Buenos Aires.

PNUD. Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (2016). *Progreso multidimensional: bienestar más allá del ingreso. Informe regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe*. Nueva York.

Bibliografía

- Purkey, S. y Smith, M. (1983). *Effective schools: A review. The elementary School Journal*, nº 83, pp. 427-452.
- Reto, L. A., Machado, F. L. y Esperança, J. P. (2016). *Novo Atlas da Língua Portuguesa. New Atlas of the Portuguese Language*. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa.
- Sarlé, P. (2006). *Enseñar el juego y jugar la enseñanza*. Ed. Paidós. Buenos Aires.
- Sarlé, P. (2012). *Experiencias infantiles, espacios y lugares para jugar. Juego y educación infantil*. Fundación Navarro Viola, Buenos Aires.
- STEIMAN, R. (2002). *A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. Dissertação de mestrado. UFRJ, Río de Janeiro.
- Tedesco, J. C. (2015). *La Educación Argentina Hoy. La urgencia del largo plazo*. Siglo XXI/FUNDACIÓN OSDE. Buenos Aires.
- The Economist (2016). *The impact on jobs. Automation and anxiety. Will smarter machines cause mass unemployment?* Recuperado 13 agosto 2018 y disponible en <https://www.economist.com/special-report/2016/06/25/automation-and-anxiety?fsrc=scn/tw/te/pe/ed/automationand anxiety>
- Tuñón, I. (2014). *Derecho al juego. Entre el tiempo escolar, los amigos y el espacio público*. Boletín del Barómetro de la Deuda Social de la Infancia. Ed. Universidad Católica Argentina, Buenos Aires.
- UNESCO (2012). *Educación para los Derechos Humanos*. París.
- UNESCO (2017). *Reporte Anual 2016. Oficina Regional de Educación de la UNESCO para América Latina y el Caribe*, Santiago de Chile.
- UNESCO/IIPE/OEI (2011). *La educación de pueblos indígenas y afrodescendientes*. Informe sobre tendencias sociales y educativas en América Latina. Buenos Aires.
- Valiño, Gabriela (2005). *El juego en la infancia y en el nivel inicial. Ponencia presentada en Encuentro Regional de Educación Inicial*, Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Buenos Aires.
- Vegas, E., Bos, M. S, Zoido, P. y Elías, A. (2017). *Lecciones de PISA para América Latina y el Caribe*. Ruta Maestra. Bogotá.



¹ DIKER, G. (2001): *Organización y perspectivas del nivel inicial en Iberoamérica: Principales tendencias*. TERIGI, F. (2002): *Análisis comparativo de los currículos iberoamericanos: procesos, condiciones y tensiones que debemos considerar*. MALAJOVICH, A. (2002): *Análisis de los documentos curriculares de Iberoamérica*.

² ODS N° 4. *Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, em particular:* i) Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes, ii) Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário e iii) Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da Cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

³ <https://unchronicle.un.org/es/article/proteccion-de-los-derechos-humanos-en-el-marco-del-derecho-internacional-universal>

⁴ <http://cumbretratafiobogota2015.defensoria.gov.co/Noticias/noticia8.html>

⁵ <http://www.segib.org/memoria2016/wp-content/uploads/2017/10/03-XXV-cumbre.pdf>

⁶ <http://www.periodicoenfoque.com.mx/2018/04/realizan-cumbre-regional-latinoamericana-de-jovenes-por-los-derechos-humanos/>

⁷ <https://www.cepal.org/es/temas/agenda-2030-desarrollo-sostenible/objetivos-desarrollo-sostenible-ods>

⁸ <https://www.es.amnesty.org/quienes-somos/objetivos/>

⁹ *Educación 2030 Declaración de Incheon y Marco de Acción. Hacia una educación inclusiva y equitativa de calidad y un aprendizaje a lo largo de la vida para todos*. Recuperado en: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Santiago/pdf/ESP-Marco-de-Accion-E2030-aprobado.pdf>

¹⁰ <http://siare.clad.org/codigoiber.pdf>

¹¹ Observatorio Iberoamericano de la Ciencia, la Tecnología y la Sociedad (OCTS)

¹² XV Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Declaração: <https://www.oei.es/historico/xvcumbredc.htm>

¹³ <http://www.instituto-camoes.pt>

¹⁴ www.politicascsti.net

¹⁵ www.redindices.org

¹⁶ Assim afirmou Enrique V. Iglesias, secretário geral ibero-americano e Francisco Piñón, secretário geral da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI), na apresentação da edição da Carta Cultural Ibero-americana, aprovada pela XVI Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo de Montevideu, Uruguai, durante os dias 4 e 5 de Novembro de 2006.

¹⁷ Artigo 1 dos Estatutos da OEI: *A Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura ou Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura, anteriormente denominada "Escritório de Educação Iberoamericana" é um Organismo Internacional de caráter governamental para a Cooperação entre os países Ibero-americanos nos campos da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura no contexto do desenvolvimento integral, Suas siglas são "OEI" e seus idiomas oficiais, o espanhol e o português.*

¹⁸ A cultura aparece em quase todos os fins da OEI, em conformidades com o artigo 2 dos seus Estatutos:

1.. Fins gerais:

- a) Contribuir a fortalecer o conhecimento, a compreensão mútua, a integração, a solidariedade e a paz entre os povos Ibero-americanos através da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura.
- b) Colaborar com os Estados Membros na ação tendente a que os sistemas educativos cumpram o com o triplo acometimento: humanista, desenvolvendo a formação ética, integral e harmônica das novas gerações; social e de democratização, assegurando a igualdade de oportunidades educativas; e produtivo, preparando para a vida do trabalho.
- c) Promover e cooperar com os Estados Membros nas atividades orientadas à elevação dos níveis educativo, científico, tecnológico e cultural.
- d) Fomentar a educação como alternativa válida e viável para a construção da paz, mediante a preparação do ser humano para o exercício responsável da liberdade, da solidariedade, da defesa dos direitos humanos e das mudanças que possibilitem uma sociedade mais justa para a Ibero-América.
- e) Estimular e sugerir medidas encaminhadas à obtenção da aspiração dos povos Ibero-americanos para sua integração educativa, cultural, científica e tecnológica.
- f) Promover o vínculo dos planos da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura com os demais planos de desenvolvimento, entendido este como a serviço da homem e procurando a distribuição equitativa de seus produtos.
- g) Promover e realizar programas de cooperação horizontal entre os Estados Membros com os Estados e instituições de outras regiões.
- h) Cooperar com os Estados Membros para assegurar a inserção do processo educativo no contexto histórico-cultural dos povos Ibero-americanos, respeitando a identidade comum e a pluralidade cultural da Comunidade Ibero-americana, de grande variedade e riqueza.
- i) Contribuir à difusão das línguas espanhola e portuguesa e ao aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de seu ensino, assim como a sua conservação e preservação nas minorias culturais, residentes em outros países. Promover, ao mesmo tempo, a educação bilingüe para preservar a identidade cultural dos povos da Ibero-América, expressa no plurilingüismo de sua cultura.
- j) Colaborar estreita e coordenadamente com os organismos governamentais que se ocupam da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura, e promover a cooperação horizontal dos países Ibero-americanos nesses mesmos campos.

2. Fins específicos:

- a) Fomentar o intercâmbio educativo, científico, tecnológico e cultural, e difundir em todos os países Ibero-americanos, as experiências e resultados alcançados em cada um deles.
- b) Fortalecer os serviços de informação e de documentação sobre o desenvolvimento da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura nos países Ibero-americanos.
- c) Orientar e assessorar as pessoas e os organismos interessados nas questões culturais, educativas, científicas e tecnológicas.
- d) Difundir os princípios e recomendações aprovados pelas Assembléias Gerais da OEI e promover a sua realização efetiva.
- e) Convocar e organizar congressos, conferências, seminários e demais reuniões, sobre temas educativos, científicos, tecnológicos e culturais, e participar naquelas as que for convidada, procurando seu planejamento harmonizado com outros eventos de igual natureza.
- f) Colaborar na preparação de textos e de material de ensino e na formação de criterios didáticos ajustados ao espírito e à realidade dos povos Ibero-americanos.
- g) Cooperar com os Ministérios de Educação dos países Ibero-americanos na realização dos seus planos educativos, científicos, tecnológicos e culturais, e colaborar especialmente no aperfeiçoamento e na Coordenação de seus serviços técnicos.



- h) Promover a coordenação dos países Ibero-americanos no seio das Organizações Internacionais de caráter educativo, científico, tecnológico e cultural, a fim de que sua cooperação nelas seja eficaz e útil, tanto no âmbito nacional como no plano internacional.
- i) Promover a criação e a coordenação de organizações, associações, uniões e demais tipos de entidades nacionais, regionais ou internacionais, relacionadas com os diferentes graus de ensino e com os diversos aspectos da vida educativa, científica ou cultural dos países Ibero-americanos, que poderão constituir-se como entidades independentes ou associadas.
- j) Conceder o caráter de Entidade Associada à OEI a instituições educativas, científicas, tecnológicas e culturais.
- k) Criar centros especializados, fundar institutos, estabelecimentos e demais entidades e organismos de investigação, de documentação, de intercâmbio, de informação e de difusão em matéria educativa, científica, tecnológica e cultural, e os serviços descentralizados que exijam o cumprimento de seus fins ou a execução de seu programa de atividades.
- l) Fomentar o intercâmbio de pessoas no campo educativo, científico, tecnológico e cultural, assim como estabelecer mecanismos de apoio adequados para tal fim.
- m) Estimular e apoiar a investigação científica e tecnológica, especialmente quando se relaciona com as prioridades nacionais de desenvolvimento integral.
- n) Estimular a criação intelectual e artística, o intercâmbio de bens culturais e as relações recíprocas entre as diferentes regiões culturais Ibero-americanas.
- o) Fomentar a educação para a paz e a compreensão internacional e difundir as raízes históricas e culturais da Comunidades Ibero-americana, tanto dentro como fora dela.
- p) Cooperar como outros Organismos Internacionais para alcançar uma maior eficácia no desenho e na realização dos programas educativos, científicos, tecnológicos e culturais, em função das necessidades dos Estados Membros.
- q) Promover o fortalecimento de uma consciência econômica e produtiva em nossos povos, através de uma formação adequada em todos os níveis e em modalidades do sistema educativo.

¹⁹ Se trata de los 13 os Programas Iber: Iberartesanías, Ibercultura viva y comunitaria, Iberarchivos, Iberescena, Ibermedia, Ibermuseos, Ibermúsicas, Iberorquestas juveniles, Iber-rutas, Ibercocinas, tradición e innovación, Iberbibliotecas, Ibermemoria sonora y visual y la Red de Archivos Diplomáticos Iberoamericanos (RADI).

²⁰ Conferência mundial sobre as Políticas Culturais, México, 1982.

²¹ *La Economía Naranja, una oportunidad infinita*, de Felipe Buitrago Restrepo e Iván Duque Márquez. (BID, 2013).

²² *Cultura y Desarrollo Económico en Iberoamérica (OEI, CEPAL, 2014). Y Estudio Comparativo de cultura y desarrollo en Iberoamérica (OEI, Fundación Santillana, 2016).*

²³ Supõe um avanço inquestionável a colocação em marcha do Observatório ibero-americano da Cultura (OIBC), iniciativa aprovada na XVI Conferência Ibero-americana, realizada na cidade do Panamá em 13 de setembro de 2013, com a participação dos responsáveis pela informação estatística cultural de cada país e dos diversos sistemas subregionais (SICSUR, CAN y SICA). Porém ainda é necessário fortalecer as estatísticas nacionais sobre cultura e conhecer seu impacto no desenvolvimento econômico de cada país.

²⁴ Não se trata de contruir do zero; existem valiosos trabalhos como o informe *Avanzar en la construcción de un Espacio Cultural Iberoamericano. Desarrollo de la Carta Cultural Iberoamericana (OEI-CEPAL, 2012).*

²⁵ <https://es.kantar.com/media/tv/2017/noviembre-2017-estudio-trust-in-news/>

²⁶ <https://www.edelman.com/trust-barometer>

²⁷ <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

²⁸ <https://iabspain.es/wp-content/uploads/iab-toptendencias-2018-final.pdf>

Organizaçã
de Estados
Ibero-americanos

Para a Educaçã
a Ciênci
e a Cultura



Organizaci3n
de Estados
Iberoamericanos

Para la Educaci3n,
la Cienc
y la Cultura

www.oei.es

 [@Paginaoei](https://www.facebook.com/Paginaoei)

 [@EspacioOEI](https://twitter.com/EspacioOEI)

 www.youtube.com/oei